

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A Insurreição no meu Quintal: processo decisório e percepção da diplomacia
norte-americana durante a Revolução Cubana (1958-1960)

Bruno Henz Biazetto

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação em História,
como requisito parcial e último para a
obtenção do grau de Mestre em História,
sob orientação do Professor Doutor Helder
Volmar Gordim da Silveira.

Porto Alegre, RS – Brasil

Janeiro de 2008

Tudo podemos empregar contra os inimigos.

Cardeal Richelieu

Freedom is not the right to do what we want, but what we ought. Let us have faith that right makes might and in that faith let us; to the end, dare to do our duty as we understand it.

Abraham Lincoln

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais, pelo apoio incondicional desde os primeiros momentos da vida, e aos familiares mais próximos pela alegria da maravilhosa convivência. Agradeço também ao meu orientador, Helder da Silveira, por acreditar no meu potencial como acadêmico desde o V semestre. E além de um grande orientador, é também um grande amigo. Naturalmente menciono a PUCRS e o CNPq, que providenciaram com que esta pesquisa fosse realizada sob as melhores condições possíveis e imagináveis para um Historiador. Lembro também dos amigos do grupo de pesquisa de todas as sextas, bem como acrescento o Bernardo, Erico, Guilherme e Daniel. Todos grandes amigos e atentos espectadores e incentivadores desta pesquisa. Não poderia deixar de citar os amigos do pós, Luís, os dois Rodrigues (Perla e Oliveira), Caren e Fred, pelas agradáveis disciplinas e conselhos ao longo da dissertação. Ao final, agradeço aos professores Marcelo Suano, Janete Abrão, Luciano Marques de Jesus e Draiton Gonzaga de Souza pelo exemplo de sabedoria e caráter.

Resumo

O presente trabalho aborda a percepção e o processo decisório da diplomacia norte-americana ao longo dos primeiros anos da Revolução Cubana, entre 1958 e 1960. Os documentos aqui utilizados são oriundos da coleção *Foreign Relations of the United States*, uma das principais fontes de pesquisa sobre a política externa dos Estados Unidos. O foco da pesquisa se concentra na análise de como os conflitos internos do Departamento de Estado e seus estereótipos sobre a América Latina, acabaram afetando a constituição de uma política externa para Cuba naquele momento de crise.

Abstract

This dissertation treats about the State Department's perception and decision making process during the early years of the Cuban Revolution, between 1958 and 1960. The documental source of this research comes from the *Foreign Relations of the United States*, one of the most important collections of its kind, allowing historians to have a better understanding of the nature that guides the US foreign relations. Also, the analysys here is focused into the understanding of how the historical stereotypes about the Latin Americans and the American political traditions mix together to draw a foreign policy to Cuba on that moment of crisis.

Sumário

Introdução.....	8
Capítulo 1- A Cuba Aliada.....	19
1.1 A não intervenção.....	19
1.2. Tensões e a não intervenção.....	39
Capítulo 2 – A Cuba “Neutra”.....	76
2.1. Testando Castro.....	58
2.2. O Rito de Passagem.....	77
Capítulo 3 – A Cuba Paria.....	101
3.1. O presidente e lideranças.....	101
3.2 Mãos a Obra.....	118
3.3. Meu vizinho é um satélite Comunista.....	144
Considerações Finais.....	164
Referências Bibliográficas.....	174

Introdução

A diplomacia é uma instituição bastante antiga. A função de representar um grupo de pessoas perante outro e mediar interesses e conflitos sempre foi algo necessário. Mas, o trabalho do diplomata transcende a definição dessas duas palavras. Os embaixadores, cônsules e ajudantes trazem consigo a percepção de outros povos e influenciam decisivamente ações que interferem constantemente no campo político da história.

A atividade diplomática tem se tornado mais exigente e complexa. A cada surgimento de uma nova potência, as relações internacionais foram tendo novos contornos, com congressos, tratados, sistemas e teorias. Isso tudo acontecia sem que o foco principal fosse perdido: mediar e representar, sobretudo no interior da modernidade ocidental. Assim, se chega ao século XX com um sistema de alta complexidade, com decisões em escala global, onde os resultados da articulação político-diplomática afetam diretamente o cotidiano.¹

A principal potência de cada época se torna a referência básica pela qual o sistema internacional é analisado em um dado período. Como se está falando de século XX, a baliza tende a ser os Estados Unidos da América, a potência cuja própria história se mistura tanto com a do século passado, que até mesmo alguns especialistas da área chamam de “o século americano”.² A colaboração ideológica e prática dos Estados Unidos para o desenvolvimento da diplomacia já se fazia sentir desde seus primeiros dias após a independência, onde propunha um modelo alternativo à *política de poder* da Europa.

Desde então, o prestígio e o poder daquela antiga colônia inglesa cresceu geometricamente, permitindo que ela se tornasse uma superpotência ao final da Segunda Guerra Mundial. A partir de 1945, diante da necessidade de reorganizar o sistema, a diplomacia estadunidense enfrentava um desafio ímpar na sua trajetória, que acabaria por exigir novas concepções de mundo e novas soluções para alguns problemas antigos.

¹ Ver FERGUSON, Niall. *Colossus: the rise and fall of the american empire*. London: Penguin Books, 2005. Cap 2. KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon and Schuster, 1994. Cap 31.

² Ver BROGAN, Hugh. *The Penguin History of the United States*. London: Penguin Books, 2001.

O fato de ter se tornado um protagonista do cenário internacional, e de compartilhar esse protagonismo com a União Soviética, alterou as suas relações com todos os atores do sistema, sejam potências ou não. Na América Latina, mesmo sendo uma esfera de influência consagrada, novos questionamentos à liderança norte-americana estavam surgindo. Ao largo da disputa intersistêmica da Guerra Fria³, os latino-americanos começavam a experimentar novas situações no campo da política e da economia. Nações como o Brasil, a Argentina e o México se industrializavam, enquanto outras buscavam novas alternativas políticas, em busca de um maior desenvolvimento social.

Esperava-se, pelo menos por parte de alguns desses países, que o relacionamento de *boa vizinhança* com os Estados Unidos fosse mantido, visando dar vazão justamente a um período de avanço democrático e social na América Latina.⁴ Porém, os estadunidenses estavam envoltos pelos desafios anteriormente citados, o de construir um sistema internacional à sua imagem e semelhança e, ao mesmo tempo afastar a possibilidade da hegemonia soviética. É a partir desse momento, início dos anos 1950, que ocorre um distanciamento entre os interesses de alguns países latinos e estadunidenses.

As reações geradas a partir deste fato foram as mais diversas, mas uma das mais destacadas foi àquela ocorrida na ilha de Cuba, a partir da segunda metade da mesma década. Lá, um grupo de rebeldes que começou apenas desafiando os princípios da sociedade em que viviam, acabariam entrando em choque com a superpotência de sua época. Essa história já foi contada muitas vezes, sob perspectivas bastante diferentes.⁵ Mas, como toda vez que se realiza uma retomada ao passado, sempre há uma nova abordagem possível.

É aqui que a diplomacia norte-americana e a Revolução Cubana se cruzam, já que o instrumento inicial dos Estados Unidos para compreender o que acontecia, e tomar as medidas consideradas cabíveis, se deram via processo diplomático. A

³ HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

⁴ Ver PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: UFRGS editora.2003.

⁵ Ver GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

constituição da percepção do governo estadunidense sobre a nova situação da política cubana foi sobretudo construída através do trabalho e da *visão de mundo* dos representantes que o governo norte-americano envolveu na questão.

Dessa forma, o propósito desta dissertação consiste em analisar o processo diplomático estadunidense na gênese da Revolução Cubana. Aqui, a tarefa do diplomata extrapolou os deveres de representar e mediar, pois a necessidade de contornar uma situação nova e colocá-la no contexto da Guerra Fria exigia que os representantes estadunidenses fossem praticamente os intermediários da criação de uma nova realidade na pequena ilha. A *percepção* de mundo operada por eles naquele momento, bem como, o processo *decisório* fruto dessa interpretação, tiveram um grande impacto na história latino-americana dos últimos 50 anos.

Por isso, a retomada e a compreensão dos postulados que nortearam a política externa dos Estados Unidos para Cuba naquele momento é algo valioso para a historiografia. Esse período, entre 1958 e 1960, que foi quando se deu a consolidação do regime castrista no poder, é geralmente esquecido diante da Guerra Hispano-americana, da Emenda Platt, da Crise dos Mísseis ou de outros episódios mais recentes envolvendo a complexa relação entre os dois países.⁶ E geralmente, quando se abordam os clássicos sobre a Revolução⁷, se dá muita importância para uma interpretação com o enfoque na conjuntura política cubana e não no processo decisório da diplomacia estadunidense.

E o caso, por exemplo, de Moniz Bandeira e Richard Gott, que se utilizam da documentação americana, mas o foco não está na interpretação das ações políticas e diplomáticas dos Estados Unidos. Este trabalho estabelece duas distinções em relação às duas obras anteriormente citadas. A primeira, é que a análise está concentrada na diplomacia americana, tendo como aspecto conjuntural a revolução cubana, sendo que a proposta aqui desenvolvida poderia ter sido aplicada para outros países com quem os Estados Unidos mantêm relações diplomáticas, como também para outros períodos históricos da política externa estadunidense.

A segunda diferença é que a documentação diplomática não é um complemento da análise, mas sim, o ponto central sob o qual a dissertação está

⁶ Existem os exemplos recentes da polêmica em torno da devolução do menino Elián González para Cuba e a crise gerada pelos boatos relativos a doença de Fidel.

⁷ Op. Cit, nota número 5.

assentada. Isso é possível graças à qualidade do acervo disponível e da documentação selecionada através da coleção *Foreign Relations of the United States* (FRUS). Alguns volumes desta coleção foram adquiridos em um estágio de pesquisa realizado na universidade de Wisconsin, em 2004, entre eles, o volume relativo à Cuba no período aqui analisado.

Trabalhar com esta presente coleção se constitui em uma vantagem, pois os principais documentos sobre o tema estão concentrados num mesmo lugar e não dispersos como nas salas eletrônicas de leitura do *Freedom of information act*⁸ disponíveis na internet. Se o próprio FOIA é fruto de uma luta intensa dos historiadores estadunidenses pela divulgação de informação, a constituição da FRUS é um processo que leva a pesquisa a um nível superior. Nela, historiadores catalogam e selecionam o que de mais relevante aparece na documentação liberada, visando dar ao pesquisador uma base documental onde ele pode desenvolver suas próprias pesquisas, embora exista um certo prejuízo devido a pré-seleção realizada,

De acordo com William Zlany, historiador responsável pela organização deste volume, o objetivo era compreender os esforços da diplomacia estadunidense em Cuba na tarefa de analisar as motivações de Castro antes e depois da Revolução. A outra meta consistia em analisar a formulação política em Washington no caso cubano. A coleção traz mais vantagens, além de condensar a documentação de diversas agências em um mesmo volume. Ela possui notas explicativas sobre documentação adicional disponível em outras coleções, e também tem uma lista completa com biografias das pessoas citadas no período e uma coletânea de siglas e jargões. Tudo isso representa um acréscimo importante em relação ao que está disponível na internet.

Por tudo isso, ela constitui uma ferramenta essencial dos historiadores estadunidenses na constituição de suas pesquisas.⁹ No Brasil, dada a dificuldade de aquisição, ela ainda não se constituiu em um meio usual para os trabalhos sobre história dos Estados Unidos. O portal das agências que liberam material FOIA ainda

⁸ FOIA.

⁹ Ver GADDIS, John Lewis. *The Cold War: a new history*. New York: Penguin Press, 2005. IMMERMANN, Richard H (org). *John Foster and the Diplomacy of the Cold War*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

tem sido a principal fonte , já que não exige que o pesquisador vá até a América do Norte para buscar a documentação. Contudo, o FOIA, mesmo sendo acessível, torna-se menos completo, dadas as limitações anteriormente citadas.

Mas o *corpus* documental precisa ser agregado de outras fontes e debates, que tornem exeqüível a tarefa de compreender a política externa estadunidense e quais eram os princípios que norteavam os diplomatas americanos naquele momento e os conduziam à tomada de decisões. Era corrente no Departamento de Estado a seguinte frase na geração de diplomatas do começo da Guerra Fria:

“Se querem saber de onde viemos, se lembrem de Elihu Root e Henry Stimson.”¹⁰

Olhando para os escritos desses diplomatas, pode-se perceber que os debates que eles trouxeram refletiam com precisão as preocupações de uma nova era para a diplomacia estadunidense. Root destacava que a tarefa de construir uma política externa coerente em uma democracia era bastante árdua, e demandava esforços contínuos do governo para que as decisões no exterior de alguma forma refletissem o anseio interno. Ele apontava para uma diplomacia pública, fruto da educação em massa e da constituição de uma imprensa livre, mesmo que essa imprensa, às vezes, tivesse um papel “irresponsável” na interpretação dos eventos internacionais.

Henry Stimson reforçava, ao final dos anos 40, a mesma mensagem que Root havia passado no começo do século, que era a tarefa de constituir uma política externa que representasse um equilíbrio entre a experiência democrática estadunidense e as novas necessidades do mundo pós-guerra. Stimson alertava também para que os soviéticos não fossem “demonizados”, mesmo com o fato de que a relação entre os dois países estivesse em um período de tensão considerável.

Traçando um paralelo entre os dois, existia um ensinamento que fazia muito sentido para os diplomatas estadunidenses dos anos 1950. Consistia na compreensão de que os Estados Unidos não mais poderiam recuar de seu papel de

¹⁰ ISAACSON, Walter. THOMAS, Evan. *The Wise Men: six friends and the world they made*. New York: Touchstone, 1988. P. 180.

protagonista do sistema internacional, e de que era chegada a hora de a nação norte-americana tomar para si a tarefa de “ordenar o mundo” à imagem e semelhança de seu próprio país. Era chegada a hora de romper plenamente com o legado isolacionista¹¹ e trazer para si a tarefa de reordenação do sistema, como comenta o próprio Stimson:

“Primeiro, e o mais importante, os americanos precisam agora entender que os Estados Unidos se tornaram, para o bem ou para o mal, um membro totalmente comprometido com a comunidade internacional. Isto não aconteceu como uma escolha consciente, mas como um fato dado, e a nossa única escolha é enfrentar isso ou não. Por mais de uma geração, a crescente correlação da vida americana com a vida mundial ultrapassou o nosso pensamento e a nossa política; a nossa recusa em ver a realidade durante esses últimos anos foi uma das principais causas da nossa considerável parcela de responsabilidade pela catástrofe da Segunda Guerra.”¹²

Diante do desafio de reconstruir a Europa, de se construir uma efetiva política de contenção para as pretensões hegemônicas da União Soviética, a tarefa mais trabalhosa era a de se adaptar a um mundo onde voltar para casa não era uma alternativa. Foi um trabalho árduo, realizado por diversas presidências e executado pelo grupo de diplomatas que aqui estudamos, a de mostrar para os norte-americanos que a participação estadunidense no cenário mundial era necessária em um momento de crise. A partir da compreensão desse sentido de “missão e dever”, é que se pôde perceber a natureza da ação diplomática americana na Guerra Fria.

Tal sentido está, não somente ligado com a retórica de Root e Stimson, mas remete também a origens muito semelhantes na vida desses diplomatas. Hoje em dia, o Departamento de Estado é representado por um amplo espectro de pessoas, sejam de etnias diferentes, bem como oriundos de estados de todas as regiões dos Estados Unidos. Já nos anos 1950, a diplomacia ainda era uma função eminentemente exercida pelos filhos das famílias mais abastadas da costa leste, ou,

¹¹ O isolacionismo se constituiu como uma força importante na constituição da política externa estadunidense. Ele parte da premissa que, os Estados Unidos, como uma nação de “valores superiores” deveria ficar de fora de maiores engajamentos no cenário internacional, visto como um ambiente “vil.” Esse sentimento se manifesta diversas vezes e de diferentes formas ao longo da História política dos Estados Unidos.

¹² HOGE, James F. ZAKARIA, Fareed. *The American Encounter: the United States and the Making of the Modern World*. New York: Basic Books, 1997. P. 144.

por filhos de diplomatas de carreira, ou ,também, por pessoas que na sua infância viveram em muitos países acompanhando as respectivas carreiras de seus pais.¹³

A maioria dos diplomatas de carreira foram criados nas escolas tradicionais do leste americano, como Groton e Saint Albans. Essas escolas, por sua vez, tentavam emular as escolas britânicas de Eton e Harrow, criadoras da elite colonial inglesa que controlou o mundo do século XIX. Esses locais de ensino estadunidenses tinham como hábito, no começo do século, trazer muitos professores ingleses para ministrar as mais diversas disciplinas. Eles enfatizavam a mensagem da união anglo-americana, e dos Estados Unidos como uma experiência nova em relação àquilo que a Inglaterra havia sido.

De acordo com Walter Isaacson, esse ideal britânico colaborou bastante para a formação intelectual dos quadros da diplomacia americana dos anos 1930 a 1950.¹⁴ O resultado disso seria a formação de um pensamento de política externa *tipicamente americano*, mas que via na Grã-Bretanha uma espécie de baliza, ou, por assim dizer, um tipo ideal. Retomar as origens desses diplomatas, embora não fosse o foco desta análise, se constituiu em um passo prévio importante para o entendimento de seus princípios e valores e, até mesmo surpreendentemente, encontrar maiores semelhanças em sua origem do que inicialmente se poderia ter imaginado.

Outro ponto vital para o desenvolvimento dessa pesquisa foi a leitura dos teóricos da política externa norte-americana. Impressiona a verdadeira plêiade de autores¹⁵ que trabalham com essa temática, defendendo posições tão diversas e ao mesmo tempo tão ricas e fascinantes. Porém, foi necessário selecionar alguns autores que se adequassem melhor à proposta de análise aqui inserida, bem como que o debate entre esses autores não deixasse o conteúdo histórico disperso.

Assim, se estabeleceu uma metodologia. O debate principal sobre modos de ação da diplomacia estadunidense ficou por conta de Henry Kissinger e Walter Russell Mead. A eterna predileção de Kissinger pelo universo do Congresso de

¹³ Ver ISAACSON, Walter. THOMAS, Evan. *The Wise Men: six friends and the world they made*. New York: Touchstone, 1988. Cap 1.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Ver Niall Ferguson, Cristina Pecequilo, John Lewis Gaddis, Timothy Garton Ash, em suas diferentes obras produzidas.

Viena e o modo de como ele relaciona esse mundo com uma dicotomia entre valores e necessidades, faz dele uma referência importante nesta pesquisa.

A partir dessa opção por Kissinger, foi necessário encontrar um autor que estabelecesse um contraponto a este acadêmico. Nessa direção, Russell Mead constitui a defesa de um modelo de inserção internacional “tipicamente estadunidense”, renegando o ideal de Kissinger, aquilo que ele chama de “realismo continental”.¹⁶ Outro ponto bastante forte da obra de Mead é a definição que ele realiza das escolas de pensamento da diplomacia norte-americana.

O autor levou bem adiante algo que Bernard Henri-Lévy apenas sugere em suas palestras e em seu livro “American Vertigo”.¹⁷ O resultado foi a sua definição de quatro escolas da diplomacia americana, que recebem o nome de quatro personalidades ilustres daquele país: Hamiltoniana, Jeffersoniana, Wilsoniana e Jacksoniana. A tipificação realizada por Russell Mead colabora com a tarefa de interpretar o pensamento dos diplomatas, bem como entender as linhas de ação e debate no processo decisório de política externa.

É necessário fazer duas ressalvas, porque em sua obra às vezes Mead possui um tom excessivamente ufanista, mas isso não impede a sua utilização de uma forma mais abrangente. Também alguém poderia pensar que tal divisão estanque não corresponderia à realidade, ou seria um exercício intelectual demasiado simplista por parte do autor. O próprio Mead explica e elucida seu ponto de vista:

“Tal como as vejo, as quatro escolas são entidades definidas e distintas, mas que mudam com o tempo. Elas se mesclam e se confundem e, o que é o mais importante, fazem parte da história política e não da história das idéias. Elas representam movimentos e conjugações de interesses e de pontos de vista, e não princípios abstratos. São igrejas, e não credos.”¹⁸

Mead percebe a divisão das escolas como apenas um instrumento que possa facilitar a interpretação dos rumos da diplomacia estadunidense. E é importante destacar novamente que não é uma divisão rígida, mas sim que se adapta caso a

¹⁶ MEAD, Walter Russell. *Uma orientação especial: A política externa norte-americana e a sua influência no mundo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército editora, 2006. Cap 2.

¹⁷ LÉVY, Bernard-Henri. *American Vertigo*. New York: Random House, 2007.

¹⁸ Op cit. P.137.

caso, e que também as idéias das escolas se fundem várias vezes, como é possível perceber no presente caso da Revolução Cubana. Portanto, pelo contraditório em relação a Kissinger e também pela questão das escolas, este intelectual se constituiu como parte do referencial teórico dessa dissertação.

Além de Mead e Kissinger, utilizou-se também Niall Ferguson, que trabalha em uma linha muito semelhante a de Kissinger, que se estabelece uma dicotomia entre “moral” e “realismo” na diplomacia. Cristina Pecequilo¹⁹ também é peça fundamental para a realização da interface entre pensamento estadunidense e a política externa para a América Latina, colaborando para o entendimento do desgaste da relação entre os Estados Unidos e os países latino-americanos, no contexto da Guerra Fria.

John Lewis Gaddis²⁰ foi referência na pesquisa pelo seu trabalho sobre a Guerra Fria. Por fim, os nomes de Abraham Holtzman²¹, Kenneth Waltz²² e Hans Morgenthau²³ foram de grande importância para uma maior compreensão do sistema internacional e do funcionamento do Departamento de Estado. Como aqui está uma análise não só do processo decisório da diplomacia americana, mas também da percepção estadunidense de Cuba, uma outra gama de autores que analisam o imaginário estadunidense para a América Latina se fizeram presentes. São eles João Feres Júnior²⁴ e Frederik Pike²⁵ que, mesmo tratando de assuntos diferentes, possuem o mesmo foco, que são estereótipos estadunidenses sobre os latino-americanos.

¹⁹ PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: UFRGS editora, 2003.

²⁰ . GADDIS, John Lewis. *The Cold War: a new history*. New York: Penguin Press, 2005

²¹ . MONSMA, Stephen V. VAN DER SILK, Jack R. (orgs). *American politics: research and readings*. New York: Holt, Rinehart and Winston inc., 1970. Cap 10.

²² . WALTZ, Kenneth N. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: gradiva editora, 2002.

²³ MORGENTHAU, Hans J. *A Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. São Paulo: Editora UnB, 2003.

²⁴ JÚNIOR, João Feres. *A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru: EDUSC editora, 2005.

²⁵ PIKE, Fredrick. *The United States and America Latina: myths and stereotypes of civilization and nature*. Austin: University of Texas Press, 1992.

Quanto à estrutura do trabalho, optou-se por uma divisão temporal, analisando ano a ano, como a melhor alternativa para evidenciar rupturas, permanências e retornos nos padrões da política externa estadunidense para Cuba. E, dentro de cada ano, se abre uma janela de análise de algum aspecto que remonta ao processo decisório ou à percepção da diplomacia estadunidense sobre a questão cubana em particular, associada aos estereótipos sobre “os latinos”, em geral.

No primeiro capítulo ,aborda-se inicialmente a dúvida entre intervir ou não intervir em Cuba, durante a queda de Batista e de como esse dilema traz à tona a já citada dicotomia entre “moralidade” e “realismo”. Na segunda parte, trabalha-se com a percepção da diplomacia estadunidense sobre os últimos dias de Batista, tendo como foco episódios de tensão entre os rebeldes cubanos e cidadãos norte-americanos.

No segundo capítulo, trata-se dos episódios ocorridos nos primeiros nove meses do ano de 1959. O objetivo principal é analisar a passagem de Cuba de um estado aliado, sob Batista, para um estado inimigo, agora sob o comando de Fidel. Uma espécie de período de transição, geralmente renegada pela historiografia clássica do período, como Moniz Bandeira²⁶ e Richard Gott.²⁷ Na primeira parte, o olhar se direciona para as tentativas do Departamento de Estado de trazer Fidel para o lado americano, bem como, dos métodos empregados para comprovar para a cúpula de Washington se o governo cubano estava ligado ao comunismo internacional ou não. Na segunda parte, o foco está centrado no processo de quebra definitiva das possibilidades de entendimento entre a Cuba revolucionária e os Estados Unidos.

No capítulo final, que trata do ano de 1960, optou-se por três partes, dado o volume e a qualidade do material relativo a este ano. No primeiro momento, se aborda como as lideranças em Washington estabeleceram o planejamento para a derrubada do regime cubano; já ,na segunda seção, analisam-se as medidas tomadas em conjunto pelo Departamento de Estado e a CIA para a efetivação da

²⁶ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

²⁷ GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

remoção de Castro. Na terceira parte, é trabalhada a impressão da diplomacia estadunidense sobre a aproximação de Cuba com a União Soviética, e a reação dos norte-americanos diante da possibilidade do surgimento de um “satélite comunista” a alguns quilômetros de Miami.

Por último, mas não menos importante, é essencial lembrar que todo pesquisador é movido por algo que o conduz ao seu tema de pesquisa. A motivação, neste caso, surgiu do anseio de entender um pouco sobre as forças que compõem o mundo em que vivemos. Cada temática trabalhada nas ciências humanas é uma pequena janela que se abre em direção a essa possibilidade de entender o nosso próprio mundo. Trabalhar com um outro país, entendendo a sua cultura, costumes e tradições foi o desafio que conduziu à realização deste trabalho.

Analisar a polêmica atuação estadunidense no mundo foi certamente outro fator decisivo na escolha do tema. Parece sempre surpreendente como apenas um país consegue gerar tanto ódio e, ao mesmo tempo, tanta admiração. Diante das múltiplas janelas à disposição, escolher abrir a das relações internacionais, e por conseguinte, a dos Estados Unidos da América, são as que satisfazem o anseio de um pesquisador para colaborar, mesmo sendo apenas um grão de areia em uma vasta praia, com a compreensão do mundo em que vivemos e para o entendimento das reais dimensões da palavra *poder*.

1.Cuba Aliada.

1.1A não intervenção.

Henry Kissinger certa vez afirmou que o paradigma das Relações Internacionais não está centrado em justiça e legitimidade, mas sim em equilíbrio e poder.²⁸ Os Estados Unidos mantiveram esses dois fatores muito bem balanceados desde os tempos da Doutrina Monroe na América Latina. O resultado disso é que os estadunidenses conseguiram com êxito transformar todo continente americano na sua esfera de influência mais segura e estável.

Através do uso do poder, em doses e formas bastante diferenciadas, foi possível criar um equilíbrio muito favorável aos objetivos diplomáticos estabelecidos pelo Departamento de Estado. Dentro deste cenário positivo, a ilha de Cuba se constituía em um exemplo bem acabado de como os americanos exerciam seu poder na América Latina.

Lá os americanos se estabeleceram com um duplo propósito: controlar as vastas plantações de cana de açúcar e a *posteriori* um agradável refúgio tropical. Mesmo com a atribulada vida política da ilha, marcada por revoltas e conflitos quase que permanentes, a diplomacia americana sempre foi capaz de manter a sua primazia na área, garantindo a manutenção da sua posição de hegemonia na região.

Quando Fidel desembarcou com seus homens, em 1956, e montou uma guerrilha em Sierra Maestra para derrubar o governo do ditador Fulgêncio Batista, isso não representava uma novidade ou algo preocupante para o Departamento de Estado. Afinal de contas, era somente mais um momento atribulado de uma ilha atribulada e, não importando o resultado, alguma negociação seria possível para a continuidade do bem estar dos interesses americanos na ilha.

Diante dessas perspectivas é que a partir de 1958 o governo dos Estados Unidos começava a delinear novas políticas e interesses, visando a

²⁸ DALLEK, Robert. *Nixon and Kissinger*. New York: Haper Collins, 2007. P.80.

permanência do *staus quo* do momento. O movimento de Castro crescia bastante, mas a inaptidão de Batista em combater o movimento não preocupava muito a Casa Branca. Como comenta Richard Gott:

“Os americanos acreditavam que tinham muito pouco a temer de uma vitória de Castro, já que esta seria certamente seguida pela anarquia e pela luta política como ocorreu na revolução de 1933. Pouco na história cubana sugeria que uma vitória de Castro seria seguida de meio século de estabilidade.”²⁹

Contudo, existia um dilema que assolava o executivo estadunidense de modo geral. Ajudar militarmente Batista, como se estava fazendo até então? Ou buscar novos rumos democráticos para Cuba? A administração Eisenhower estava bastante desgastada na América Latina naquele momento, principalmente por causa do conhecido “descaso” do país em relação aos problemas econômicos e sociais ao sul do continente.³⁰ A situação se tornava ainda mais deteriorada em função do golpe na Guatemala em 1954 (ocorrido com ajuda americana) e com a adoção de um receituário liberal, que ia de encontro aos governos mais nacionalistas das Américas.

Este fator era potencializado pela influência da imprensa liberal norte-americana, por quem Batista era visto como um ditador opressor de seu povo e uma vergonha para os Estados Unidos, que deveriam ser os primeiros a defender a democracia em qualquer instância. Reportagens do *New York Times* e do *Washington Post* exigindo medidas contra Batista irritavam o governo. Essa querela governo – imprensa está retratada na conversa entre um diplomata americano e o repórter do *Times*, Herbert Matthews:

“O senhor Matthews disse que era uma “vergonha” que a nossa política tivesse como resultado o rótulo de pró-Batista. Eu novamente reiterei que a nossa política, se

²⁹ GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006. P. 164.

³⁰ PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: UFRGS editora, 2003. P.215

apresentada corretamente ao povo cubano, não poderia ser considerada como favorável ao regime de Batista.”³¹

Diante da pressão³² vinda da imprensa e do Congresso, o governo se vê na obrigação de iniciar um processo de transição democrática em Cuba. Para isso, o instrumento de pressão utilizado contra Batista é o encerramento dos envios de armas do programa de Assistência Mútua para os aliados ocidentais. Em janeiro de 1958 havia o pedido por 100.000 cartuchos de munição para a marinha, 10.000 granadas de mão e 3.000 balas de canhão de 75 mm.³³

Existiam ainda outros pedidos pendentes como tanques e aviões, equipamentos que os americanos sempre se demonstraram bastante relutantes em entregar com a devida rapidez para a América Latina nesta fase da Guerra Fria. Em 17 de janeiro, Roy Rubottom, chefe do setor de assuntos inter-americanos do Departamento de Estado, resolve adotar temporariamente o embargo de armas para Cuba, como forma de pressionar Batista para a realização de eleições. Em um memorando para John Foster Dulles, ele explica as motivações do ato:

“Ao considerar este problema uma série de fatores foram pesados. O ARA acredita que não existe alternativa ao lidar com o presente governo constituído em Cuba, não importando quanto nós desaprovamos certos atos desse regime. Os investimentos americanos em Cuba estão estimados em US\$ 774 milhões e existem aproximadamente 5.000 americanos vivendo naquele país.”

Rubottom prossegue:

³¹ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P 79. “Mr. Matthews said it was a ‘shame’ that our policy should result in being branded pro-Batista. I again reiterated that our policy, if presented accurately to the Cuban people, could not be constructed as favoring the Batista regime.”

³² No segundo mandato de Eisenhower havia uma enorme pressão daquilo que os republicanos chamavam de “imprensa liberal”, como o *New York Times* e a revista *Time*. Existiria uma espécie de “agendamento” com notícias que mostrassem uma inferioridade americana na Guerra Fria, o que poderia ajudar os democratas em 1960, na ótica republicana.

³³ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P.6.

“Além do mais, nós acreditamos que se trabalharmos com o presente regime, enquanto mantemos uma rédea curta nas nossas manifestações de cooperação com ele, nós teremos a melhor chance de encorajar eleições aceitáveis e transferir de forma ordeira o governo para o sucessor de Batista.”³⁴

No mesmo dia, o embaixador em Cuba, Earl Smith, recebe as instruções vindas do ARA, onde William Wieland³⁵ informa que uma remessa de carros blindados está cancelada até que Batista efetive novamente as garantias constitucionais e crie um clima favorável às eleições até primeiro de junho de 1958. Essa solução intermediária agradava inicialmente tanto a opinião pública americana como a bancada democrata do Congresso.

A pressão parecia estar também realizando efeitos sobre o governo cubano. O encontro ocorrido em fevereiro entre Batista e Smith mostrava que o ditador estaria bem comprometido com eleições em primeiro de junho, e que até mesmo aceitaria observadores da ONU e a OEA para a provável eleição. De acordo com a versão do embaixador, eram os rebeldes de Castro e não ele que estriam “sabotando” o retorno para democracia.³⁶

Ao fim de fevereiro de 1958, acontece um momento paradigmático para o entendimento do processo decisório da diplomacia americana. Smith escreve para o Departamento de Estado finalmente se referindo ao chamado princípio de não intervenção. Diante da dificuldade na realização de “eleições honestas”, da descrença da oposição e da “falta de uma liderança forte”, à exceção de Castro, o embaixador se encontrava muito pessimista. E afirmava

³⁴ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P.9. ARA é a sigla para Bureau of inter-american affairs. “In considering this problem a number of factors have been weighted. ARA believes that there is no alternative to dealing with the presently constituted government in Cuba, however much we may disapprove of certain acts of that regime. American investments in Cuba amount to \$774 million and there are some 5.000 americans residing in the country...Furthermore we believe that if we work with the present regime, while holding a tight rein on the manifestations of cooperation with it, we stand the best chance of encouraging acceptable elections and an orderly transfer of the government to a successor to Batista.”

³⁵ Willam Wieland foi diretor do Escritório para assuntos da América Central até setembro de 1958; também foi diretor do Escritório para Assuntos Caribenhos e Mexicanos, de setembro de 1958 até outubro de 60.

³⁶ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 28.

que em virtude desse princípio os americanos não possuíam muitas alternativas à mão.³⁷

É interessante perceber que esse tipo de atitude não é algo normal para esse cenário. Nós temos um governo amigo, em plena Guerra Fria, sendo ameaçado por forças de caráter político bastante duvidoso aos olhos americanos. Tal soma de fatores, associado ao fato de ser um evento na esfera de influência consagrada dos Estados Unidos, a não intervenção deveria dar lugar ao retorno do clássico padrão intervencionista, que sempre marcou a atuação da política externa estadunidense na América Latina.

A reação poderia não se dar via intervenção direta, mas sim com apoio militar constante dado pelos programas de venda de armamentos, como estava sendo feito até janeiro de 1958. Agora, o embargo bélico não se dá mais sob a justificativa das eleições, mas sim sob a justificativa de que Cuba vive um momento de crise. E que era o dever dos Estados Unidos, seguir os tratados assinados e não intervir nos assuntos internos da Cuba. Isso significava uma quebra no padrão tradicional, onde tratados eram quebrados em nome das necessidades conjunturais norte-americanas.

A partir de março os rebeldes começam a realizar mais greves e ataques contra o governo cubano, como comenta Richard Gott:

“A data da greve geral foi marcada para 9 de abril e as preparações foram feitas no mês anterior, com bombas explodindo em Havana, para preparar a população, criando um clima de caos incipiente. O movimento deu um golpe importante na véspera de uma importante corrida de carros em Havana ao seqüestrar Juan Manuel Fangio, o campeão mundial de formula um, da Argentina. E depois o soltou com uma enxurrada de publicidade.”³⁸

Em resposta, Smith escreve para Washington dizendo que “a situação em Cuba é tal que pode resultar na queda de Batista antes das eleições.”³⁹ Em meio à crise, o embaixador conversou com o ditador que teria

³⁷ Idem. P. 37.

³⁸ GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006. P. 162,163.

³⁹ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P 48.

afirmado novamente que iria fazer eleições honestas e que a imprensa mundial iria observar todo o evento.⁴⁰ Em resposta aos apelos de Smith, Foster Dulles pede para que “um clima favorável seja criado para as eleições”⁴¹, mas destaca que não poderia existir nenhuma intervenção americana.

Novamente conversando com Guell⁴², em 12 de março, Smith pareceu ter entendido a mensagem que do Secretário de Estado, afirmando que:

“A política externa norte-americana é de estrita não intervenção, e nós vamos continuar a aderir a essa política.”⁴³

“O governo dos EUA não vai intervir ou injetar a si mesmo nos assuntos de Cuba.”⁴⁴

Isso significava que, a princípio, Batista está sozinho na luta contra Castro. Para o próprio Smith, que possuía uma grande amizade com o ditador, não deve ter sido muito agradável dar tais notícias, em um momento onde Castro ganhava muita força no plano interno da política cubana.⁴⁵ Para fazer algumas reflexões com o embaixador, o sub secretário de Estado, Christian Herter, escreve para Earl Smith:

“O seu tel. Levanta sérias dúvidas no Depart. se o regime de Batista pode sobreviver. Os EUA verdadeiramente não desejam intervir nos assuntos internos cubanos, acredito que o relacionamento especial dos EUA com Cuba requer que nós procuremos todos os meios possíveis para usar a nossa influência construtiva com o governo e a oposição para encontrar uma solução pacífica para o problema.”⁴⁶

⁴⁰ Op. Cit.. P. 50.

⁴¹ Op. Cit.. P. 51.

⁴² Ministro das Relações Exteriores de Cuba.

⁴³ Op. Cit. P. 53. “US Foreign policy is one of strict non-intervention and we will continue to adhere to that policy.”

⁴⁴ Idem. P.54. “US Government will not intervene or inject itself in affairs of Cuba.”

⁴⁵ Ver BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998..

⁴⁶ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 56. “Your tel raises serious doubts in Dept. Whether Batista regime can survive. While true that US does not desire intervene

O telegrama de Herter ajuda a evidenciar um dos pontos da não intervenção, o “relacionamento especial” com Cuba. Apesar da ilha não ser nenhuma potência do sistema inter-americano, pela sua proximidade geográfica com os Estados Unidos ocupava um lugar muito importante como centro de lazer e turismo. Cuba representava uma das imagens favoritas dos anglo-saxônicos, o idílio do paraíso tropical, onde se esquece da vida urbana, e se assume uma vida livre e sem regras.⁴⁷

Além desse aspecto do imaginário, Cuba era responsável por grande parte do açúcar fornecido aos Estados Unidos, bem como era o segundo maior fornecedor de Níquel do ocidente, atrás apenas do Canadá. Todos esses fatores somados, colaboram para explicar o porquê de Herter se referir a um pretense “relacionamento especial” no caso Cubano. Mas esse relacionamento especial não justifica plenamente a não intervenção.

Antes do debate sobre as motivações desse antiintervencionismo ser aprofundado, é salutar mostrar sobre que bases ele se apresenta no discurso diplomático norte-americano. O embaixador Smith escreve para Washington retratando as possibilidades de pacificação entre governo e rebeldes em Cuba. Nos dois últimos parágrafos, ele faz uma inferência bastante interessante sobre as possibilidades americanas:

“Os EUA serão culpados, mesmo que injustamente, caso Batista sobreviva ou caia (a não ser que a Igreja tome os devidos passos para nos livrar dessa responsabilidade)...E podemos continuar fazendo isso sem dar a nenhum lado a oportunidade de nos acusar de intervenção.”⁴⁸

Cuban internal affairs, believe US special relationship to Cuba requires that we seek by every means possible use our constructive influence with government and Opposition to help find peaceful solution to problem.”

⁴⁷ Ver GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

⁴⁸ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 62. “US will be blamed, even though unjustly, whether Batista survives or whether Batista falls (unless Church should again take steps to relive us of such responsibility).”

Smith manda uma mensagem dúbia neste memorando. Pois ao afirmar que os Estados Unidos serão acusados de qualquer forma, é uma crítica velada às tentativas do Departamento de Estado de manter uma boa imagem da atuação americana neste episódio. O “fazendo isso” da citação, remete ao desejo que Smith possuía de que o governo americano voltasse a ajudar Batista, dando a entender que isso seria possível, sem dar uma aparência ser uma política intervencionista. O embaixador apelava com este argumento para que o foco volte a ser poder e equilíbrio e não justiça e legitimidade.

Contudo, as mensagens de Smith merecem uma análise mais atenta, pois ele tem relações muito próximas com o grupo de Batista e até mesmo com o próprio. Por isso, ele se postava cada vez mais contra a política de não intervenção dos Estados Unidos, que ele percebia como o passo decisivo para o fim de Batista. Então, é importante destacar que o pensamento do embaixador não era fruto de uma crença num pretenso Realismo, mas sim resultado de suas preferências pessoais, como afirmou Moniz Bandeira.⁴⁹

Contudo, apesar dos gostos do seu embaixador, o Departamento de Estado reforçava a política de não intervenção e do embargo de armas para Cuba como peça principal dessa política. William Snow⁵⁰ explica para o Secretário Dulles o porque de continuar a presente política:

“O ARA considera que o envio continuado de armas de combate para Cuba neste momento deve trazer críticas severas de ambas as casas do Congresso, que atualmente estão considerando uma extensão do Programa de Segurança Mútua, e que por sua vez pode também aumentar o banho de sangue em Cuba. Resultando em críticas adversas da imprensa e do público, tanto em Cuba como nos EUA.”⁵¹

Snow prossegue:

⁴⁹BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.P. 51.

⁵⁰ Secretário Assistente de Estado para assuntos inter-americanos até novembro de 1959.

⁵¹ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 67. “ARA considers that the continued shipment of combat arms to Cuba at this time would bring sharp criticism from both houses of Congress which presently are considering an extension of the Mutual Security Program and might increase bloodshed in Cuba resulting in adverse criticism from both the US and Cuban public and press.”

“A sua aprovação da decisão do Ara, feita após consulta com outros interessados no Departamento e no Departamento de Defesa, que novos envios de armas à Cuba não serão autorizados até que as condições cubanas melhorem ao ponto onde as armas fornecidas serão exclusivamente utilizadas para defesa do hemisfério e não para assuntos internos.”⁵²

Esse memorando de Snow mostra bem a determinação com que a presente política vinha sendo encaminhada. Interessante perceber que essa é uma decisão conjunta entre os Departamentos de Estado e Defesa, ou seja, até mesmo o núcleo de uma linha mais intervencionista, que seriam os militares, estão garantindo o seu apoio inicial à não intervenção e ao embargo de armas.

Também é interessante notar que neste instante as decisões sobre Cuba ainda estão eminentemente centradas no Departamento de Estado, com a Casa Branca aparecendo muito pouco e também com uma pequena participação dos Chefes do Estado Maior Conjunto.⁵³ O processo decisório ainda está centrado na figura do ARA, que elabora e decide sobre a o foco da política americana para Cuba, que é a não intervenção.

Tal política não se sustentava sem uma certa dose de questionamento. Mesmo com a sua aplicação já em curso desde o começo do ano, ainda existiam alguns instantes de dúvida, como mostra esse memorando de Dulles:

“O Departamento tem considerado a possibilidade de que a sua ação poderia ter um efeito psicológico adverso sobre o governo cubano, e com isso poderia contribuir ou acelerar uma eventual queda de Batista, mesmo que isso não fosse intencional. Por outro lado, o envio de armas americanas iria provavelmente chamar ressentimento ainda mais fortes contra os EUA e associar isso com os métodos de força de Batista...”⁵⁴

⁵² Idem. “Your approval is requested of ARA’s decision, made after consultation with other consultation with other interested offices of the Department and the Department of Defense, that further shipments of combat arms to Cuba not be authorized until cuban conditions improve to the point where arms furnished will be dependably used for hemisphere defense and not internal strife.”

⁵³ Joint Chiefs of Staff.

⁵⁴ Op Cit. p. 71. “Department has considered possibility its action could have adverse psychocological effect GOC and could unintentionally contribute to or accelerate eventual Batista downfall. On the other hand,

Dulles destacou neste memorando que um eventual apoio ao governo cubano poderia atrapalhar os programas de ajuda militar na América Latina, bem como aumentar a pressão do Congresso e ser um convite aos rebeldes para que atacassem as propriedades norte-americanas. Nesse ponto, já estava claro que Batista estava praticamente abandonado à própria sorte pela diplomacia estadunidense, porque ele não era mais uma alternativa viável para a manutenção dos interesses americanos na ilha. Mesmo que ele fosse a saída mais fácil para afastar o comunismo de Cuba, colaborando com a permanência de um equilíbrio favorável aos estadunidenses na região do Caribe.

O Secretário, reiteradas vezes dá as mesmas ordens para Smith, que são transmitir para Batista e Guell que a política americana não seria alterada, e que o governo teria de resolver seus problemas com seus próprios meios. Smith reespondia para Dulles, afirmando que Castro sim seria o real ditador, e não Batista, que desejaria a democracia.⁵⁵

Em carta para o Secretário, o embaixador faz outra de suas críticas veladas a postura do Departamento:

“O objetivo e a esperança dessa embaixada é por uma solução pacífica, a qual eu acredito que a maioria do povo cubano deseja. Não existe nenhum ganho no fato de que é relativamente fácil mudar de ditadores, mas é muito difícil se livrar da ditadura. É o povo de Cuba que está ‘montado no tigre’. E mudar de tigres não é a solução.”⁵⁶

Earl Smith corrobora com a premissa inicial da política estadunidense para Cuba, que era a tentativa de constituir uma democracia, ao estilo norte-americano. Contudo, o embaixador afirmava que simplesmente colocar Fidel

shipment US com bat arms at this time would probably invite increased resentment against US and associate it with Batista strng arm methods”

⁵⁵ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. p.76.

⁵⁶ *Idem*. “The objective and hope of the Embassy is for a peaceful solution, which I believe the majority of the people of Cuba also want. There is no gainsaying the fact that it is relatively easy to change dictators but very hard to get rid of dictatorship. It is the people of Cuba who are ‘riding the tiger’.Exchanging tigers is not the solution.”

e abandonar Batista não seria a solução. Para Smith, apostar em Batista significava apostar na via segura para uma democracia saudável, e praticar a não intervenção significava entregar o país nas mãos de Castro, ou seja, outro ditador. O embaixador não estava sozinho no Departamento em suas impressões, mas era a voz mais corrente e forte do período.

Contudo, o clima ameno havia se transformado em tensão permanente entre o Departamento de Defesa e o Departamento de Estado. Ao longo do mês de abril, Castro realizou uma série de greves e revoltas que colocaram o governo cubano em risco. Contudo, apesar do fracasso dos ataques dos rebeldes, os militares americanos acreditavam que medidas mais enérgicas eram necessárias para defender os interesses americanos na ilha.

Em reunião de um comitê de inteligência, o general Schow criticava política então desenvolvida pela diplomacia americana, afirmando que ela somente favorecia a Castro e que isso dava a impressão de que o Departamento gostava do líder rebelde. Gordon Arneson, diretor de inteligência e pesquisa do Departamento de Estado, em resposta afirmou que não era esse o objetivo das políticas exercidas pelos diplomatas em Cuba, e que lhe chamava a atenção muito negativamente as reportagens favoráveis à Castro que surgiam na imprensa americana.⁵⁷

Em contrapartida as forças que apoiavam a política daquele momento eram bastante articuladas e estavam fazendo valer a sua pressão na tomada de decisões do governo. Em reunião dos Chefes do Estado Maior Conjunto é possível perceber essas influências:

“O Secretário Assistente encontrou oposição durante um testemunho recente dado no Capitólio sobre a política na América Latina e a conexão disso com o Programa de Segurança Mútua. Os senadores Morse, Mansfield e Fulbright foram particularmente enfáticos.”

Prossegue a minuta do encontro:

⁵⁷FRUS. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 78.

“Tendo em vista todas essas considerações, o Sr. Stewart⁵⁸ disse que o Departamento de Estado decidiu aplicar uma política rígida de não intervenção em Cuba. Ele notou que membros de ambos os Comitês de Assuntos Exteriores do Congresso, após orientações dadas por membros do Departamento, afirmaram que o Departamento não possuía alternativa, a não ser tomar a atitude que teve na questão do embargo ao envio de armas.”⁵⁹

Esse encontro é bastante valioso para mostrar a dicotomia existente em torno do assunto no momento. De um lado, tem-se os não intervencionistas, que estão compostos por grande parte do corpo diplomático em Washington, de uma maioria no Congresso e da opinião pública estadunidense. De outro lado, os que pedem por um apoio ao governo de Cuba, com base em que seria um aliado dos Estados Unidos enfrentando uma ameaça comunista. Nesse grupo encontramos o embaixador Smith, diplomatas de orientação mais conservadora e o Pentágono.

Existem duas figuras bastante importantes na hierarquia da tomada de decisões. Uma é o Secretário de Estado e outra é o próprio presidente, naturalmente. John Foster Dulles apresentava um comportamento bastante favorável as políticas tomadas no ARA por Roy Rubottom e William Wieland, os responsáveis diretos pelas tomadas de decisão nos assuntos de América Latina. Uma demonstração clara disso é o memorando de aprovação da política em Cuba na questão das armas:

“Em mantendo o desejo do Secretário, os carregamentos de armas para Cuba sob a ajuda do Programa de Assistência Militar, continuarão sendo retidos até que exista a

⁵⁸ Allan Stewart foi diretor do Escritório de Assuntos da América Central até dezembro de 1958, Oficial encarregado de assuntos cubanos, Escritório dos Assuntos Mexicanos e Caribenhos, dezembro de 1958 – outubro de 60. Após outubro de 60, diretor do , Escritório dos Assuntos Mexicanos e Caribenhos.

⁵⁹ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 90. “Assistant Secretary Rubottom met this opposition during recent testimony on the Hill about Latin American policy and the connection with the Mutual Security program. Senators Morse, Mansfield and Fulbright were particularly outspoken in their criticism of US aid to latin american dictators. In view of all these considerations, Mr. said, the State Department had decided to apply rigidly a policy of non intervention in Cuba. He noted that members of both of the Foreign Affairs Commitees of the Congress, after briefings by Departmental officers, had indicated that the Department had no alternartive but take the action it did on the suspension of arms shipments.”

garantia de que tal equipamento será somente utilizado apenas na defesa do hemisfério.”⁶⁰

A afirmação posta acima mostra um Dulles privilegiando justiça e legitimidade em detrimento de uma política de poder. O Secretário sempre foi ligado à elite corporativa da costa leste americana. Elite essa muito interessada no fracasso de Castro, pois em caso de sucesso dos rebeldes, seus investimentos em Cuba (legais e ilegais) estariam correndo sério risco. Dessa forma, o Secretário estava realizando uma política totalmente contrária aos interesses de seus patrícios.⁶¹

Tal atitude também era uma negação da própria trajetória do Secretário no comando da diplomacia americana. Stephen Rabe⁶² é um crítico ácido das ações de Dulles para a América Latina, retratando seu apoio constante a ditadores, lembrando a derrubada de Arbenz na Guatemala. É interessante perceber que o aspecto que Rabe destaca sobre todos ou outros é que Foster Dulles parecia pensar que a única política possível seria a militarização, baseada no constante envio de equipamento bélico para regimes latino-americanos baseados na doutrina de guerra interna⁶³.

Esse Dulles, que coordenou ações na Guatemala e no Irã parece ser bem diferente deste de maio de 1958. Falando em respeito aos tratados assinados pelos Estados Unidos, em cooperação via OEA e ONU para a realização de eleições em Cuba, e por fim, embargo de armas. Tão instigante quanto o papel do Secretário neste ano de 1958, é o do presidente Eisenhower.

A presidência de Eisenhower é bastante curiosa em relação ao processo decisório. Existe uma linha uniforme entre analistas do executivo⁶⁴

⁶⁰ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 93. "That, in keeping with the Secretary's desire, shipments of combat equipment for Cuba under the grant Military Assistance Program continue to be Witheld until there is assurance that such equipment will be used only in the defense of the hemisphere."

⁶¹ BROGAN, Hugh. *The Penguin History of the United States*. London: Penguin Books, 2001. P. 609.

⁶² IMMERMANN, Richard H (org). *John Foster and the Diplomacy of the Cold War*. New Jersey: Princeton University Press, 1990. Cap 6.

⁶³ Idem.

⁶⁴ Ver Abraham Holtzman em obra já citada, Stephen Graubard em seu livro "The Presidents".

neste momento, que é a de que o general foi um dos poucos presidentes a compartilhar poder e tarefas, indo de encontro à tradição da “presidência imperial.” Tradição essa tão bem encarnada pelo seu vice, Richard Nixon, quando este assumiu a presidência em 1969.

De acordo com Richard Fenno Jr.⁶⁵ a presidência de Eisenhower possuiu um ritmo diferente, pois o presidente preferia delegar tarefas e ser um coordenador ao invés de mandatário supremo. Ao contrário da maioria dos presidentes americanos, ele não era um político de carreira, já que passou a maior parte de sua vida ligado ao exército. Por isso entendia que precisava compartilhar poder com os políticos tradicionais e, através desses, entender melhor o funcionamento da máquina estatal. Fenno comenta:

“Historicamente, uma ênfase no gabinete é frequentemente associada com uma série de atitudes e crenças que minimizam forte liderança executiva. Indivíduos dessa capacidade persuasiva tendem a destacar os homens ao seu redor, as melhores mentes ou o time, em um relativo detrimento do poder presidencial.”⁶⁶

De acordo com Chester Pach e Elmo Richardson⁶⁷, o general entendia que se adaptar aos moldes da política era a sua primeira tarefa como presidente. Ele também entendia que para efetivar as suas políticas adiante ele precisava estabelecer um novo modo de governar e fazer a burocracia funcionar ao seu favor. Nessa tarefa de conceber as políticas de Estado, Eisenhower recebeu quatro ajudas importantes: O procurador geral Herbert Brownell, o Senador Robert Taft, o General Lucius D. Clay e o Secretário de Estado John Foster Dulles.⁶⁸

⁶⁵ MONSMA, Stephen V. VAN DER SILK, Jack R. (orgs). *American politics: research and readings*. New York: Holt, Rinehart and Winston inc., 1970.P. 156.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ PACH, Chester J. Richardson, Elmo. *The presidency of Dwight D. Eisenhower*. Wichita: University of Kansas Press, 1991.P. 29.

⁶⁸ Os quatro nomes aqui citados comungavam em uma linha política que contemplava os republicanos internacionalistas, bastante favoráveis aos grandes conglomerados e oscilando entre um anticomunismo moderado ou bastante virulento. O perfil desses quatro personagens, colaboraram para moldar o estilo da presidência de Eisenhower, um típico republicanismo da costa leste.

Os quatro recomendaram a Eisenhower para que ele se adaptasse melhor a política, que ele compartilhasse tarefas com os subordinados, e que chamasse para si somente as questões mais centrais que esses subordinados eventualmente trouxessem para ele. Na política externa, essa seleção era feita pelo próprio Dulles e um conselho chamado de *Secretariat*, que era responsável pela filtragem das informações que chegavam das embaixadas e consulados do mundo inteiro.

No período Eisenhower, assim, o Departamento de Estado teve uma liberdade de ação considerável para a criação de suas políticas, sem uma opressiva presença presidencial. Tal fato, gerou uma série de novas possibilidades em termos de política externa, bem como uma maior autonomia de setores como o ARA para a implementação da diplomacia estadunidense.

Em um quadro de maior autonomia, era possível até mesmo o surgimento de políticas de caráter mais liberal em um governo republicano, como a não intervenção em Cuba. Além de um comportamento conjuntural diferente por parte de Dulles e de um perfil presidencial diferenciado, uma outra explicação provável para uma postura não intervencionista vem de um evento crucial para a política externa de Eisenhower, que foi a crise do canal de Suez.

Era parte essencial do projeto nacionalista egípcio de Nasser, construir a represa de Aswan. Porém, ele estava enfrentando dificuldades em arrumar um empréstimo no ocidente, que lhe possibilitaria a construção da represa. Assim, Nasser resolveu arriscar tudo em uma estratégia arriscada, que era nacionalizar a o canal de Suez como uma forma de pressionar a liberação dos recursos. A nacionalização afetou diretamente os interesses ingleses e franceses na região, já que os dois países eram acionistas majoritários do estratégico canal.⁶⁹

França e Inglaterra logo pensaram na solução militar para intervir no canal e fazer valer os seus direitos sobre ele. Ambos países contavam com o apoio americano para a empreitada, o que, para a surpresa deles, não

⁶⁹ Ver Henry Kissinger em *Diplomacy* cap. 21.

aconteceu. Muito pelo contrário, Eisenhower se irritou com seus aliados pelo rompante de colonialismo dos europeus. A intervenção seguiu e foi um fracasso total para as pretensões das duas potências européias. A imagem americana ficou fortalecida, mesmo com o enfraquecimento da aliança atlântica.

Assim, diferentemente do primeiro mandato, marcado por uma postura mais proativa, a recomendação para a ação externa passou a ser a moderação, diante de novas circunstâncias como mostram Chester Pach e Elmo Richardson:

“A prosperidade Eisenhower se dissolveu na pior recessão desde a Grande Depressão. O lançamento do Sputnik, o primeiro satélite artificial do mundo, abalou a confiança na superioridade tecnológica americana e levantou questões sérias sobre a segurança americana.”⁷⁰

Os autores prosseguem:

“Alegações de tráfico de influência contra Sherman Adams comprometeram a integridade do círculo interno do presidente. Disputas violentas sobre o orçamento, subsídios rurais, ajuda externa e política espacial desgastaram as relações de Eisenhower com o Congresso e criaram dúvidas sobre a efetividade de sua liderança. Acossado pela esquerda e a direita, Eisenhower encontrou no caminho do meio uma rota pedregosa e solitária.”⁷¹

Diante de todos esses fatores combinados, cria-se no ano de 1958 uma quebra no padrão reativo da atuação americana para a América Latina, através do caso cubano. Seria aquilo que Amado Cervo, quando se referiu a política externa de Castelo Branco chamou de “passo fora da cadência.”⁷²

⁷⁰ PACH, Chester J. Richardson, Elmo. *The presidency of Dwight D. Eisenhower*. Wichita: University of Kansas Press, 1991.P. 159.

⁷¹ Idem.

⁷² BUENO, Clodoaldo, CERVO, Amado. *A política Externa Brasileira 1822-1985*. São Paulo: Ática, 1986.

Ao longo do ano, a política de não intervenção vem sendo reafirmada pelos canais diplomáticos americanos, para o desespero de Smith e Batista. Em resposta para Roy Rubottom, o embaixador faz a seguinte crítica:

“Eu sinto que é o dever da embaixada apontar que sob a presente política de armas em relação a Cuba, a relação entre os EUA e Cuba estão se tornando cada vez mais desgastadas, e os únicos beneficiários dessa política podem ser no fim os comunistas.”⁷³

Smith aqui começa a fazer o jogo de Batista para os americanos. Conforme vamos analisar no próximo capítulo, ao passo que o impasse militar em Sierra Maestra se transforma em derrota, o ditador se utiliza de argumentos alegando que o conflito não era uma luta interna cubana, mas sim seria uma luta contra o comunismo. O fato é que Earl Smith, conforme se aprofundava a crise, parecia mais ser “lobbista” de Batista para assuntos estadunidenses do que embaixador americano em Cuba.

Mas a medida do embargo de armas e da não intervenção era algo realmente polêmico, que continuava a gerar sérios debates mesmo entre seus apoiadores. Em 26 de junho, Roy Rubottom escreve para Murphy⁷⁴ atestando que “os Estados Unidos vivem um sério dilema nas relações com Cuba.”⁷⁵ Ao mesmo tempo que havia uma enorme pressão do Congresso e da opinião pública para a manutenção da política que estava sendo aplicada, Cuba era um Estado amigo que precisava de ajuda. Rubottom concluiu que apesar de tudo, essa era ainda a escolha menos ruim à disposição do Departamento de Estado.

Contudo, o Pentágono ainda tentava afirmar seu ponto de vista. O diretor de inteligência do Estado Maior Conjunto, Major Robert Breitweiser⁷⁶, afirmava que existia uma diferença entre “prestígio” e “popularidade”, e que

⁷³ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 108. “I feel it duty of the Embassy point out that, under present US arms policy toward Cuba, relationships between Cuba and US becoming more and more strained and that the only beneficiaries of this policy in the end may turn out to be the communists.”

⁷⁴ Robert Murphy foi Subsecretário de Estado para assuntos políticos até agosto de 1959.

⁷⁵ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P.113.

⁷⁶ Diretor de Inteligência dos Chefes do Estado Maior Conjunto.

uma intervenção na América Latina, fosse ela militar ou política, seria impopular mas não afetaria o prestígio dos Estados Unidos.”⁷⁷

Apesar dos reiterados argumentos do Pentágono, o Departamento de Estado ainda vencia a queda de braço em Washington, no que se refere à política adotada em Cuba. Uma querela surgida em torno da venda de aviões de treinamento t-28 para Cuba, acirrou o debate que já se arrastava desde o início do ano. A polêmica se dava à medida que alguns assessores militares informavam que esses aviões poderiam ser convertidos do seu uso de treino para um uso agressivo. Pairava a dúvida entre mandar os aviões e ganhar pontos com conservadores em casa e com o governo cubano ou congelar a remessa e ganhar pontos com o Congresso e a imprensa.

O dilema seguiu durante um mês, até que um memorando de Stewart sobre a situação de Cuba buscava encerrar a questão. E ele conclui este memorando dessa forma:

“O autor está firmemente convencido que a venda dos T-28 vai nos colocar em um grande problema com a oposição, elementos liberais no hemisfério e nos Estados Unidos, e com aqueles senadores e congressistas que tem feito tantas críticas para a nossa política diante de governos ditatoriais.”⁷⁸

Na seqüência, o Escritório para Assuntos da América Central⁷⁹ fez uma recomendação de políticas para Cuba, inspirada nas instruções de Stewart. Neste memorando, recomendava-se a manutenção da não intervenção dos assuntos internos de Cuba como uma pedra angular para uma melhor imagem dos Estados Unidos diante do “mundo livre”. Bem como era essencial cooperar com a ONU e OEA para a busca de uma “solução democrática”, mesmo que imperfeita

Diante disso, se reafirmava o embargo de armas e o não envio dos aviões T-28. Os Estados Unidos adotaram também uma nova estratégia de

⁷⁷ Op. Cit. P.148.

⁷⁸ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P.167. “The writer is firmly convinced that sale of the T-28s would get us into deep trouble with the cuban opposition, liberal elements in the hemisphere and the United States, and those Senators and Congressmen who have been making so much ado of our policy toward dictatorial governments.”

⁷⁹ Office of Middle American Affairs.

pressão contra seus aliados, especificamente a Inglaterra e o Canadá, que estavam vendendo armas para o governo cubano. Os americanos esperavam com isso, diminuir a pressão, como afirmado anteriormente e também trazer um clima de maior segurança para os estadunidenses que viviam na ilha e seus investimentos contra qualquer possível intervenção rebelde.

Em agosto, um relatório feito pela embaixada endossa pela primeira vez a política de não intervenção em Cuba, mesmo com a ressalva de que esta não fosse melhor solução de todas. Contudo, Smith argumentava que esse caminho era o único que permitiria uma liberdade de negociação maior diante de uma mudança radical do cenário político cubano.⁸⁰ Essa concessão do embaixador, diante das demandas de Washington ficou ainda mais evidente quando ele alerta que os governos da Bélgica, Inglaterra e Canadá ainda buscam vender armas para Cuba. Ele entrega a decisão do bloqueio das armas para o Departamento na Capital americana, sem emitir qualquer juízo de valor.⁸¹

Na verdade, a partir de setembro ele mesmo sente que o governo está para cair e que as condutas já estabelecidas pela cúpula da diplomacia estadunidense não iriam sofrer nenhuma alteração radical diante das circunstâncias do período. Conforme se aproximava o fim do ano, era impossível negar que a situação se tornava mais crítica para Batista e seus associados na ilha. Castro ganhava força ideológica e militar, enquanto as forças governamentais se rendiam em larga escala.

Essa situação foi apresentada para Eisenhower na reunião do Conselho de Segurança Nacional, em trinta de outubro. O encontro começou com uma explanação dos irmãos Dulles sobre a situação da ilha e as eleições, que se realizariam em novembro, mesmo com as garantias constitucionais ainda suspensas.

Diante da explicação de tal cenário de possíveis eleições fraudulentas, um espantado Eisenhower pergunta: “Por que Batista não fez nada sério para derrotar esses rebeldes? Ele não tem marinha?”⁸² O diretor da CIA respondeu

⁸⁰ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P186.

⁸¹ *Op. Cit.* P. 214.

⁸² *Op. Cit.* P. 244.

que tudo que estava ao alcance do ditador já havia sido feito e que a marinha cubana era na verdade a marinha americana. Tempo para refletir sobre o que aconteceu em 1958 era algo necessário a partir de agora, já que Batista caiu em primeiro de janeiro de 1959, e uma nova política teria de ser montada.

A não intervenção, em última instância, colaborou para um desfecho bastante desfavorável aos interesses estadunidenses, que foi a vitória de Castro. Devido aos diversos fatores aqui apresentados, a implementação de tal política foi uma vitória dos grupos de pressão liberais americanos sobre um governo republicano. Foi uma política condizente com o discurso de democracia e obediente aos tratados assinados juntamente com outras nações das Américas.

Contudo, a primazia do conceito de justiça e legitimidade acabou por minar o equilíbrio dos Estados Unidos na sua região de interesse perene e assegurado. A partir da alteração do equilíbrio, se iniciou uma contestação do poderio estadunidense. Contestação essa vinda da própria Cuba, com o apoio de uma União Soviética mais confiante diante dessas demonstrações de “fraqueza” dos Estados Unidos.

Apesar de alguns fatores aqui apresentados terem sido muito importantes para a formulação da não intervenção em 1958, como a pressão do Congresso e da imprensa *liberal*, um padrão de atuação presidencial diferenciada, e uma relação única com Cuba, existem outros que merecem uma análise mais profunda.

Para que se compreenda com maior plenitude o processo decisório da diplomacia estadunidense no decorrer de 1958, é importante analisar as tensões ocorridas em Cuba como as eleições, os seqüestros, a presença comunista e a visão do movimento 26 de julho e seus líderes. É sobre essa temática que a próxima parte desse trabalho vai se debruçar.

1.2. Tensões e a não intervenção.

Na parte anterior do texto, trabalhou-se com a predominância da política de não intervenção em Cuba no ano de 1958. Bem como com seus propósitos, princípios e motivações. O intento agora é mostrar como as tensões existentes em Cuba naquele ano, fomentaram e despertaram essa quebra temporária de um padrão intervencionista.

Portanto, foi necessário focar em pontos e eventos bastante específicos, que propiciassem uma melhor reflexão sobre o tema abordado na primeira parte. Dessa forma, foram escolhidos alguns temas, tais como a percepção da diplomacia estadunidense sobre o movimento rebelde cubano, o sequestro dos cidadãos americanos e canadenses e a eleições presidenciais de 1958.

É importante iniciar pela percepção norte-americana sobre o movimento 26 de julho, pois a decisão do grau de intervenção americana estava diretamente relacionado com o fato de o movimento 26 de julho ser visto como uma ameaça direta ou não aos interesses estadunidenses. Em 10 de fevereiro de 1958, o embaixador Smith afirmou que Castro estava perdendo terreno. E que o movimento, apesar de “barulhento”, era desorganizado.⁸³

Isto não é totalmente verdade. O movimento 26 de julho havia se estabelecido com relativo sucesso em Sierra Maestra, em fins de 1956. Após resistir a severos ataques do exército cubano durante todo ano de 1957, a situação em 58 já se encontrava bastante estabilizada, como comenta Richard Gott:

“Após dois anos nas montanhas, Castro dominou seus rivais em todos os lugares e estava muito perto da vitória.”⁸⁴

Corroborando com tal pensamento, o diplomata Daniel M. Braddock⁸⁵ escreveu um relatório para Washington descrevendo a situação na província de

⁸³ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. Pg. 21

⁸⁴ GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006. P.164.

Oriente, onde se localizava Sierra Maestra. Braddock afirmava que o a área controlada pelos rebeldes era bem superior à inicialmente imaginada, que seriam somente as montanhas. O movimento já controlava as cidades de Manzanillo, Bayamo e Niquero.

Braddock descreve o equilíbrio de forças na região:

“Como resultado, a área em questão é uma espécie de terra de ninguém. O exército controla o que ele considera os pontos chave, e as forças rebeldes são capazes de operar no resto da área com relativa impunidade...”⁸⁶

Essa versão trazida pelo diplomata vai de encontro às percepções oferecidas pelo embaixador Smith, geralmente bastante otimistas no que se referia a colaborar com Batista. Porém, Smith e Braddock concordavam no essencial para a formulação da política no Departamento de Estado, que era o fato de os rebeldes de Castro não terem capacidade suficiente para tomar o poder em Cuba por conta própria.

Neste mesmo mês, o cônsul americano em Santiago de Cuba, Oscar Guerra, escreve também para o Departamento sobre as suas impressões sobre Castro e o Movimento. Ele destacava que Castro era uma figura bastante popular em diversas classes sociais, mesmo sendo tão polêmica. Ele também afirmava que apesar de os rebeldes não terem sido capazes de articular uma derrota decisiva contra o exército cubano, eles estavam oferecendo uma resistência formidável.

Guerra chamou a atenção para um aspecto interessante, que era a situação caótica que o conflito deixava a juventude cubana, que estava com as escolas e universidades fechadas, além da economia devastada. Ele apontava que isso significaria um obstáculo para os Estados Unidos no futuro, que teriam de lidar com uma “geração perdida” de cubanos.

Por fim, ele afirmava categoricamente que não era um movimento comunista, mas pelo seu caráter juvenil, apresentava um sério risco de infiltração por parte

⁸⁵ Conselheiro da embaixada em Cuba.

⁸⁶ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 25. “As a result the area in question is a sort of no man’s land. The Army holds what it considers the key points, and rebel forces are able to operate in the rest of the area with relative impunity.”

de agentes soviéticos em um futuro próximo.⁸⁷ Conforme se passavam os meses e a intensidade da crise política em Cuba aumentava, mais os relatórios analisavam e especulavam sobre o Movimento e suas possibilidades dentro de novos cenários.

Um memorando de Gordon Arneson, Diretor de Inteligência e Pesquisa ajuda a entender o agravamento da situação e suas prováveis perspectivas. Arneson atestava que a possibilidade de uma mediação pacífica para o embate entre Batista e Castro estava encerrada. E que Fidel começava a exercer maior pressão na província Oriente, controlando até mesmo a cobrança de impostos, que é uma tarefa basilar do Estado.

Sobre um eventual cenário de uma tomada de poder por parte da oposição, comenta Arneson:

“Caso o *Movimento 26 de Julho* tenha sucesso na sua tentativa de derrubar o governo de Batista, existe muito pouco sobre a sua liderança que inspire confiança, ou que poderia mostrar as virtudes da integridade, moderação e responsabilidade que serão necessárias para restaurar a ordem e a tranqüilidade em Cuba.”⁸⁸

Ele ainda afirmava que o movimento não era comunista, mas os chamou de “imatuross” e “irresponsáveis.”⁸⁹ Aliás, Guerra havia se referido anteriormente aos cubanos como “ingênuos” na sua compreensão política, o que retrata bem a clássica visão anglo-saxônica da América Latina como uma “criança”⁹⁰. Esses estereótipos criados no século XIX ainda estavam bem vivos, como podemos evidenciar.

E tal percepção interfere em dada medida no processo decisório por parte do governo americano. Essas noções se tornam bastante comuns ao longo dos próximos memorandos. O diplomata Henry Hoyt comentava que com o fracasso da rebelião de abril, Castro teria de lidar melhor com os grupos mais

⁸⁷ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 30.

⁸⁸ *Op. Cit.* P. 77. “Should the *26 of July movement* be successful in its attempt to overthrow the Batista government, there is little about its top leadership to inspire confidence that it would show the qualities of integrity, moderation, and responsibility which will be needed to restore the tranquility in Cuba.”

⁸⁹ *Idem.*

⁹⁰ JÚNIOR, João Feres. A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos. Bauru: EDUSC editora, 2005. Introdução.

“responsáveis” da política cubana, explicitamente chamando o grupo de Castro de irresponsável, novamente.⁹¹

Esse é um comportamento comum das lideranças estadunidenses ao longo da História das relações do país com o sul do continente. Tal entendimento facilitava o andamento de uma política de não-intervenção, à medida que com tais conceitos, como os acima apresentados, o Movimento era visto como um estorvo, mas não uma ameaça. E o fato de não ser percebido como uma ameaça direta abria maior espaço para a defesa de políticas que advogavam um menor grau de intervenção por parte do Departamento de Estado.

O novo cônsul em Santiago de Cuba, Park Wollam, escreveu para Terrence Leonhardy⁹², ele acreditava que apesar de o governo anunciar mais vitórias, a luta ainda estava longe de acabar. Wollam também relembrou a sua experiência em três países revolucionários, destacando que dificilmente essa luta será decidida em uma batalha só. O cônsul surpreendentemente chamou a revolução de “Guerra Civil”, a única vez que tal termo aparece em toda documentação.⁹³

Ao longo do ano, a percepção começa a se alterar dramaticamente, como já demonstraram os últimos memorandos. De um conflito de menor escala passa a ser percebido como uma luta política de monta e ao mesmo tempo decisiva, tal qual a luta de Martí ou a Revolução de 33. A partir disso, era necessário buscar um melhor entendimento do caráter do Movimento, principalmente em relação às pretensas afinidades com o comunismo.

A questão girava literalmente em torno das afinidades da liderança, pois os americanos sabiam através de suas fontes da CIA em Moscou que os Soviéticos nada tinham a ver com o movimento de Castro⁹⁴. O embaixador Smith estimava que os comunistas possuíam 12.000 membros, mas que apesar desses números e de sua boa organização, a sua influência política não era considerável. E

⁹¹ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 88.

⁹² Encarregado dos Assuntos Cubanos até dezembro de 1958.

⁹³ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 103.

⁹⁴ Ver BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. P. 247.

apesar de seu apoio a Fidel e de contar com a simpatia de Che e Raúl, não era a corrente dominante entre os rebeldes.⁹⁵

Apesar da certeza do governo americano de que o movimento não era comunista, o discurso antiamericano gerava desconforto na Casa Branca. Esse discurso, somado aos eventos de abril, mais os sequestros e ataques a propriedades norte-americanas ao longo de 1958, colaboraram para uma deterioração severa da percepção do Departamento de Estado sobre o Movimento. Poderemos perceber isso quando o próprio Departamento pressiona as suas fontes diplomáticas para saber até que ponto este anti-americanismo era meramente um instrumento de retórica ou não.

Em agosto de 58, a Divisão de Pesquisa e Análise⁹⁶ preparou memorando sobre a situação política em Cuba, onde era relatado que o discurso anti-americano era "real", mas muito baseado em uma "visão errada" sobre os Estados Unidos. Principalmente no que se referia à presença americana no país, que era percebida como nociva. Muito dos elementos que baseavam tal discurso foram identificados como "típicos do comunismo", dando a entender uma pretensa infiltração comunista dentro do Movimento.⁹⁷

Em setembro, Leonhardy se reuniu com Ernesto Betancourt, que era o representante de Castro nos Estados Unidos. Uma espécie de porta voz do 26 de julho. Leonhardy, ao questionar Betancourt sobre esse posicionamento contra os Estados Unidos por parte dos rebeldes, obteve a resposta que isso tinha mais a ver com a base do Movimento. Ele admite que essa base, por ser muito jovem, estava de certa forma conectada com uma retórica de um certo "teor comunista".

Referindo-se as lideranças, Betancourt defendeu que esse era um instrumento para agregar as bases, e não uma crença real. Ele até mesmo disse que o 26 de julho possuía uma aparência muito "direitista" às vezes, por contar com o apoio de muitos homens ricos de Cuba. E que uma retórica mais radical

⁹⁵ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. Pg 160.

⁹⁶ Setor do Departamento de Estado que compilava e analisava relatórios e informações das embaixadas e consulados ao redor do mundo, visando o aproveitamento das mesmas na formulação de política externa.

⁹⁷ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. 196.

em certas circunstâncias colaborava para cimentar um projeto social que ainda não estava evidente para Fidel e seus auxiliares.⁹⁸

Apesar de todas essas consultas, a dúvida ainda pairava nas mentes do Departamento sobre o discurso contra os Estados Unidos e o seu verdadeiro significado. Visando encerrar a questão, a Divisão de Pesquisa e Análise, através de seu chefe (Andrew Wardlaw), escreve um breve memorando sobre as lideranças do 26 de julho. Neste memorando, ele afirmava categoricamente que o Movimento não era comunista, mas alegava que ele era contra os Estados Unidos e que “flertava” com o Marxismo.

Wardlaw frisou que afirmativas mais precisas sobre o caráter dos rebeldes ainda estavam em andamento, e que pelo momento de ebulição que vivia Cuba, e pela “imaturidade” dos integrantes do Movimento, a presente apreciação feita no relatório poderia ganhar novos contornos.⁹⁹ Ao longo do fim de setembro e começo de outubro torna-se evidente que Fidel ganhava bastante força, e que o discurso de Batista e seus generais não condizia exatamente com a situação encontrada no campo de batalha, onde o exército encontrava sérias dificuldades.

Os diferentes comunicados diplomáticos destacavam justamente esse ganho de terreno por parte de Castro e começavam a ventilar a real possibilidade de uma tomada de poder já ao final do ano. A negociação ainda não era uma possibilidade corrente entre ambas as partes, que somente dialogavam a base de intimidações. Os rebeldes haviam causado prejuízos na ordem de US\$ 2.4 milhões⁹⁹ para as empresas americanas, enquanto Dulles ameaçava abandonar a não intervenção.

Essas rugas, somadas ao crescente poder do 26 de julho, colaboravam para uma visão de um Movimento imaturo para o poder, que poderia se constituir em um problema para os Estados Unidos no futuro. O teor das mensagens diplomáticas se tornava às vezes relativamente chulo. Como é o caso do telegrama que o embaixador Smith escreve em 22 de outubro, em que ele

⁹⁸ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 206.

⁹⁹ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 216.

⁹⁹ *Op. Cit.* P.240.

chamava Raul e Fidel de “mentalmente desequilibrados” e sugeria que Raul era homossexual na Universidade.¹⁰⁰

Essa tentativa de diminuir moralmente a liderança do Movimento de Fidel era algo que se tornava comum, como pudemos perceber ao longo dos memorandos e telegramas aqui examinados. Naturalmente, este último exemplo, proporcionado por Earl Smith é um extremo. Mas as referências que remontam a um pretense despreparo do 26 de julho para o poder são muitas. Essa tendência de pensar o Movimento como despreparado, colaborava para uma política de não intervenção. À medida que o *status quo* não estava em jogo de forma decisiva, o uso da força era desnecessário, surgindo assim uma oportunidade para acalmar a imprensa *liberal* e os democratas do Congresso, sequiosos pela não utilização da força militar em Cuba.

Se o uso da força não estava se fazia necessário pelas conclusões retiradas da análise das lideranças e do poderio do 26 de julho naquele momento, um evento em especial colocou em xeque essa premissa. Em junho de 1958, em torno de 40 americanos foram seqüestrados pelas forças rebeldes. Esses estadunidenses trabalhavam em diversas empresas que exerciam importantes atividades econômicas na ilha.

A exigência feita para a soltura desses reféns foi de que os Estados Unidos parassem de dar qualquer apoio ao governo de Batista. Mesmo com o embargo de armas, os rebeldes alegavam que a base de Guantanamo dava suporte logístico para a força aérea cubana bombardear os rebeldes em Sierra Maestra. Entre os 40 seqüestrados, estavam 11 *marines* da base. Este fato gerou um grande descontentamento no meio militar americano, que começou a pressionar o Departamento de Estado por uma mudança na política que estava sendo praticada.

Em uma reunião realizada entre o Departamento e os Chefes do Estado Maior Conjunto, o ambiente estava realmente tenso. O almirante Burke¹⁰¹ afirmou que o governo estava colaborando com os rebeldes e os comunistas, e que o

¹⁰⁰ Op. Cit. P. 241.

¹⁰¹ Almirante Arleigh Burke era Chefe de Operações Navais.

Departamento de Estado deveria dar mais atenção às recomendações do embaixador Smith. Por sua vez, o general Taylor¹⁰² engrossava o coro das críticas quando afirmava que o governo americano fomentava a instabilidade interna de um aliado, e que isso era uma quebra com o padrão usual de defesa hemisférica.¹⁰³

Os homens do Departamento de Estado somente deram algumas respostas monossilábicas e falaram quase nada durante o encontro. Como se não conseguissem se legitimar diante da argumentação dos militares. Em 30 de junho, o Comandante de Guantanamo, Almirante Ellis mandava telegrama para Washington, onde avisava que iria tomar “medidas extraordinárias” para trazer os reféns de volta. Entre essas medidas estavam o desembarque de 200 *marines* na base e a prisão de simpatizantes do Movimento que trabalhassem no local.

Ele alertou que, caso nenhuma dessas medidas surtisse o efeito necessário, os americanos iriam dar plena assistência ao governo cubano na busca pelos seqüestrados. E que tal gesto envolveria o uso de toda a máquina militar americana disponível na região do Caribe.¹⁰⁴

Logo os rebeldes entregaram uma lista formal de exigências, na qual através do cônsul Park Wollam, exigiam a interrupção imediata dos envios de armas para Cuba, a garantia de que a base não seria um suporte contra as atividades rebeldes e que as armas do programa MAP¹⁰⁵ não seriam usadas nos conflitos internos.¹⁰⁶

A primeira e a segunda exigência não faziam muito sentido para os diplomatas do Departamento. O envio de armas por parte dos Estados Unidos estava bloqueado, como analisou-se anteriormente, desde o começo do ano. O uso de Guantanamo ainda é uma temática bastante polêmica, pois as evidências sobre o uso da base são muito conflitantes e a interpretação por parte dos

¹⁰² General Taylor era o representante do exército no JSC.

¹⁰³ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 118.

¹⁰⁴ *Op. Cit.* P. 120.

¹⁰⁵ O Military Assistance Program foi criado para aparelhar os exércitos da América Latina no começo da Guerra Fria. Era bastante baseado nos mesmos moldes do *lend-lease* dos anos 40.

¹⁰⁶ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P.125.

autores varia bastante.¹⁰⁷ Mas o último quesito, o uso das forças do MAP, fazia muito sentido e isso era admitido pelos próprios diplomatas estadunidenses.

De acordo com o MAP, as armas e as tropas treinadas sob o patrocínio deste programa de ajuda internacional só poderiam ser utilizadas em caso de defesa hemisférica e não em assuntos internos. O problema era que o governo americano em determinados casos fazia vista grossa para o uso ilegal das armas adquiridas através do programa, como no caso cubano. As tropas armadas e treinadas pelo MAP eram a força de elite cubana, composta de 800 homens treinados em solo norte-americano.

Retirar de Batista essas forças lhe deixava em uma situação delicada na luta interna que se seguia. Já os americanos, optaram pelo caminho do meio, já que não podiam fiscalizar o uso do MAP em Cuba, reforçaram o embargo de armas que chegariam sob os auspícios deste mesmo programa. Assim ficavam bem com os rebeldes e com Batista. As notícias que chegavam sobre os reféns eram bastante positivas. O embaixador Smith afirmava que eles estavam sendo bem tratados. Contudo, as negociações eram difíceis, já que as comunicações eram lentas e ruins.¹⁰⁸

Em memorando de Murphy para Herter, o diplomata trazia algumas sugestões para solucionar a questão. Uma delas era a de se buscar um mediador para falar com Castro. O embaixador estava automaticamente eliminado dessa tarefa pelas suas relações íntimas com Batista. Outra proposta trazida foi buscar a mediação da OEA, algo que era visto também como complicado.

Pelo menos os humores intervencionistas haviam baixado, já que em conversa com o Almirante Burke, Stewart disse que ele estava mais reticente em relação a uma invasão americana. A alegação era de que os reféns estavam muito espalhados e a região era muito montanhosa, logo a chance de êxito era muito pequena. Stewart assegurou que a força era somente um último recurso, e mesmo assim somente sob convite explícito do governo cubano.¹⁰⁹

¹⁰⁷ Alguns como Moniz Bandeira dizem que a base continuou a ser usada, enquanto outros autores americanos apontam na direção inversa, ou silenciam sobre o tema.

¹⁰⁸ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P.129

¹⁰⁹ *Op. Cit.* P. 133.

Alguns reféns já haviam sido libertados, mas Raul Castro Mantinha em torno de 20 pessoas prisioneiras, como garantia de que ele não seria mais bombardeado pela força aérea de Cuba. O embaixador americano escreveu uma nova carta para Raul, onde ele assegurava que as condições pedidas pelos rebeldes seriam cumpridas de fato. Earl Smith também informava que se mais pessoas não fossem liberadas, algumas medidas de retaliação diplomática seriam tomadas. Entre elas estavam a militarização da zona ao redor de Guantanamo, que é território cubano, bem como o cancelamento de vistos para simpatizantes do 26 de julho em solo norte-americano.

Smith destacava que eram boas medidas, mas que poderiam não surtir efeito imediato, já que a libertação não dependia somente de Fidel, mas sim de Raul. E a comunicação entre os dois não era das melhores, já que Raul era mais radical e pró-marxista, de acordo com o embaixador.¹¹⁰ Já em Washington, John Dreier¹¹¹ e Phillip Snow buscavam novas soluções no âmbito do Departamento de Estado. Eles ventilaram a possibilidade de uma intervenção via OEA.

Contudo, essa possibilidade foi eliminada por uma questão legal do Tratado do Rio, segundo a qual, só era permitida a mediação via instituição se fosse um contencioso entre dois Estados o que não era o caso. Dessa forma, não restava nada a não ser manter a neutralidade e a política de não intervenção, como assinado e acordado nos tratados anteriores. O máximo que poderia ser feito via OEA seria enviar um grupo de diplomatas que tentariam uma espécie de mediação com Castro, no que Dreier parecia muito pessimista.¹¹²

Apesar da interrupção dos ataques aéreos aos rebeldes, as negociações para a soltura dos reféns ainda continuavam em um ritmo bastante lento. Tal ritmo voltava a desagradar alguns membros das forças armadas. Quase vinte dias após os seqüestros, o Almirante Arleigh Burke escrevia um memorando para os Chefes do Estado Maior Conjunto, exigindo medidas de maior intensidade:

“É a minha opinião que enquanto os reféns proverem aos insurgentes proteção aos ataques aéreos, eles não serão soltos, ou soltos um ou dois de cada vez sobre um período determinado

¹¹⁰ Op. Cit. P. 135.

¹¹¹ John Dreier Diretor do Escritório de Assuntos políticos e Regionais inter-americanos; Representante dos EUA no conselho diretivo da OEA até setembro de 1960.

¹¹² *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 137-138

onde Raul Castro vai exigir maiores concessões dos EUA. O prestígio dos EUA na América Latina foi seriamente danificado pelos eventos das duas últimas semanas. Eu considero que o dano será quase irreparável se medidas fortes não forem tomadas agora para assegurar a soltura de nosso pessoal.”¹¹³

Burke sabia o que pedir, para quem pedir e de que forma pedir. Ele compreendia que um discurso que apelasse para o prestígio americano ecoaria forte no ambiente militar, onde a manutenção do poder no sistema internacional era visto, acima de tudo, como uma questão de força. Fazer pressão junto aos *Joint Chiefs* era a melhor maneira de contrabalançar o poderio do Departamento de Estado na alta cúpula do poder norte-americano.

Assim, o memorando de Burke foi paradigmático sob o prisma do intervencionismo, pois ele conseguia condensar os argumentos deste grupo, que era eminentemente representado pelos componentes do Pentágono. Seria ainda mais interessante se aquele período tivesse um Secretário de Defesa atuante, como foi Robert McNamara. Mas Mc Elroy¹¹⁴ foi uma figura muito apagada em sua passagem pelo secretariado. Diante de tal situação, não havia um mediador entre os militares e os civis, que deveria ser o papel do Secretário de Defesa, fazendo com que as tensões entre os dois grupos se tornassem ainda maiores neste momento.

Em 11 de julho, o General Nathan Twining, Chefe do Estado Maior Conjunto, escrevia para o Secretário de Defesa Mc Elroy. Nesta carta, ele pedia que os militares americanos fossem liberados para ajudar o governo cubano, que todos os reféns fossem soltos em 72 horas e que um grupo de *Marines* fosse enviado imediatamente para a ilha. Dessa forma, os militares davam praticamente um ultimato para os Secretários de Defesa e do Estado, que sabiam que a situação não poderia ser resolvida tão rapidamente.¹¹⁵

¹¹³ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991 p.140. “It is my opinion that so long as the hostages provide the insurgents protection from air attack, they will not be released, or released one or two at a time over a protracted period during which Raul Castro will demand increased concessions from the US. The prestige of the US throughout Latin America has been seriously damaged by the events of the last two weeks. I consider that the damage will be almost irreparable if strong measures are not taken now to secure the release of our personnel.”

¹¹⁴ Neil McElroy foi Secretário de Defesa entre outubro de 1957 e dezembro de 1959.

¹¹⁵ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 145.

No mesmo dia, o cônsul Park Wollam conseguia um avanço expressivo ao entrar diretamente em contato com os rebeldes e estabelecer um sistema de comunicação permanente entre eles. Mas mesmo diante disso, o General Robert Breiweiser defendia que “uma ação militar, mesmo que impopular, aumentaria o prestígio dos Estados Unidos”¹¹⁶

Foi a última manifestação intervencionista por parte dos militares, já que nos dias seguintes Wollam estabeleceu um efetivo canal de mediação entre os rebeldes e os Estados Unidos, encaminhando de uma forma segura a libertação dos reféns. A prova de que a situação se acalmava foi que em 17 de julho Castro mandou uma carta para o embaixador Smith se desculpando pelo incomodo gerado pelo seqüestro e nesta mesma carta se mostrava bastante confiante de que as razões para tal ato não iriam se repetir.¹¹⁷ Dois dias depois, Park Wollam e a rede de televisão CBS anunciavam que os 14 prisioneiros restantes haviam sido liberados por Raúl Castro, encerrando a crise de forma definitiva.

Durante esse contexto de constante desconforto entre Cuba e Estados Unidos, era parte do planejamento do Departamento de Estado incentivar a realização de eleições em Cuba como um momento essencial de uma transição pacífica. Essa idéia contava com o apoio da presidência, já que Eisenhower, a partir de seu segundo mandato, começava a perceber lentamente que um desenvolvimento voltado para a democracia tornaria a América Latina mais estável naquele momento. Sobre este tema, comenta Cristina Pecequilo:

“Especificamente, essa alteração emergiu de uma combinação de fatores internos e externos à América Latina, sinalizando que o “perigo comunista” era mais real e merecia mais atenção do que aquela dedicada pelos Estados Unidos até então”¹¹⁸

No começo de 1958, as perspectivas para uma eleição eram boas, pois os rebeldes estavam relativamente fracos e Batista estava gradualmente restabelecendo as garantias constitucionais “formais”. Tal clima era bem retratado pela amigável conversa entre Roy Rubottom e o embaixador cubano

¹¹⁶ Op. Cit. P. 148.

¹¹⁷ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P.154.

¹¹⁸ PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: UFRGS editora, 2003. P.218.

em Washington. Nela, Campa afirmava que a situação era serena em Havana e na maioria do país. Rubottom concordou e reafirmou o apoio americano à uma transição “tranqüila e honesta”.¹¹⁹

Aliás, essa era uma grande preocupação do governo estadunidense, que já conhecia bem o funcionamento das eleições na América Latina, que não primavam pela lisura plena em alguns casos. A solução encontrada foi a de enviar representantes da ONU e da OEA, como forma de garantir uma pretensa legitimidade ao processo eleitoral cubano, marcado para junho.

Contudo, a postura do governo de Cuba se modificou a partir do retorno de atividades mais incisivas por parte dos rebeldes e do embargo de armas imposto pelos Estados Unidos. O governo cubano se tornava mais arredo no que se referia às eleições de junho, preocupando os diplomatas estadunidenses que trabalhavam no país. Smith ainda se encontrava otimista, após encontro com Batista em fevereiro de 58. E até mesmo voltou a sugerir a presença de observadores internacionais.¹²⁰

Todavia, em resposta ao memorando de Smith, o Secretário Dulles se mostrava bastante reticente diante da possibilidade de eleições “honestas” em Cuba no mês de junho. Dulles afirmava que as indicações por parte de suas fontes eram de diversas irregularidades eleitorais. Entre as principais estavam as fraudes no registro de eleitores, a prisão de opositores e o medo da oposição de enfrentar Batista de uma forma mais direta. Diante disso, o Secretário desmentia seu próprio embaixador e sugeria à embaixada uma forma de o Departamento pressionar Batista.¹²¹

Cinco dias depois, em 26 de fevereiro, vem a resposta de Smith através de telegrama da embaixada. Nele, o embaixador mudou bastante o seu discurso, optando por uma linha mais contida. Ali, Earl Smith reconheceu que diante da opção pela não-intervenção muito pouco poderia ser feito em termos de pressão direta. A solução apontada por Earl Smith era prosseguir com o embargo de armas e buscar uma mediação conjunta entre Batista, a oposição e os enviados da OEA.

¹¹⁹ Op. Cit. P. 1.

¹²⁰ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P.28.

¹²¹ Op. Cit. P.36.

Quando ele se refere à oposição armada representada por Fidel Castro, o embaixador afirma que nenhuma espécie de negociação seria possível com aquele grupo. O motivo apresentado era o de que eles não possuíam interesse em um “modelo democrático” e que desejavam sinceramente o fracasso das eleições. Dessa forma, não era conveniente para o governo estadunidense a vitória ou mesmo a inclusão do 26 de julho no processo eleitoral.¹²²

Nesse ponto, tanto o embaixador como o Secretário concordavam. Castro e seu grupo não pareciam maduros para a disputa política, nas bases que agradavam aos Estados Unidos. A própria cúpula política norte-americana também já não acreditava que “eleições honestas” pudessem ser realizadas, já que Batista não arriscaria uma derrota para uma oposição que abrisse maior espaço para uma agenda reformista.

O Departamento de Estado se tornava mais pessimista com o passar do tempo, principalmente com a falta de êxito dos enviados da OEA e da Igreja Católica Cubana, bem como com o adiamento das eleições por tempo indeterminado. Tal adiamento foi anunciado pelo ditador cubano em março de 58, e não existia nova data marcada. Apesar desses constantes contratempos que o planejamento das eleições enfrentava, Smith ainda se mantinha otimista com as atitudes de Batista, como mostra este telegrama para o Departamento:

“Me parece que Batista iria apreciar uma aposentadoria honrosa. E ele pode obter isso através de eleições honestas. Tais eleições poderiam também receber apoio da oposição política. Por outro lado, os revolucionários não querem eleições sob qualquer circunstância e vão violentamente se opor a qualquer ação que venha a dar para Batista uma aura de respeitabilidade.”¹²³

É muito interessante notar que em dado momento o embaixador resume toda a questão política a uma mera questão pessoal entre os rebeldes e Batista sobre “respeitabilidade”, deixando de lado elementos muito mais complexos. Mas isso era resultante da crescente amizade entre ambos, que começava até

¹²² *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P.37.

¹²³ *Op. Cit.*. P.58.”It is my reaction that Batista would welcome an honorable retirement. This he may have through honest elections. Such elections would also receive the support of the political opposition. On the other hand, the revolutionaries do not want elections under any conditions and will violently oppose any action that will give Batista an aura of respectability.”

mesmo a atrapalhar as funções que Smith exercia como diplomata. Moniz Bandeira comenta tal aproximação:

“Quando alguém falava do ”embaixador”, referia-se evidentemente ao embaixador dos EUA. Os outros eram apenas embaixadores e mais o seu respectivo nome. Com tal posição, Arthur Gardner e Earl E. T. Smith tornaram-se amigos de Batista, ao tempo que foram embaixadores dos EUA em Havana, durante os anos 50.”¹²⁴

Essa atitude de Earl Smith trazia para ele próprio uma aura de desconfiança por parte de Washington. As suas opiniões, muito estimadas no passado, perdiam espaço para as políticas de cunho mais *liberal*, propostas por Roy Rubottom e William Wieland. Assim, seus pedidos por intervenção, ajuda militar e fé em Batista não encontravam eco nos altos-escalões diplomáticos do período. Tanto para Eisenhower como para Dulles, uma agenda mais “democrática” para a América Latina era vista como essencial naquele momento. Dessa forma, o fluxo de poder convergia na direção do ARA, em detrimento do Pentágono e das grandes multinacionais estadunidenses.

Diante da pressão de Castro e da indisposição de Batista, o Departamento de Estado começava a ventilar possibilidades de garantir uma transição estável em Cuba. A primeira saída sugerida foi a formação de uma junta civil-militar, que seria uma alternativa segura para uma queda prematura do ditador ou também caso ele derrotasse Castro e assim desistisse das eleições. Os diplomatas William Snow e Allan Stewart, da seção de América Latina, discutiam nomes para a composição desta junta.

De acordo com as fontes de ambos (exilados cubanos), no campo militar os generais Eulogio Cantillo e Díaz Tamayo eram as figuras mais confiáveis para uma transição. Eles não eram anti-americanos e contavam com sólido apoio nas camadas inferiores do exército. Já entre os civis, os nomes de maior destaque eram Miró Cardona e Gustavo Rúbio.

¹²⁴ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. P.161.

Cardona era presidente da Associação de Advogados de Havana, bem como um líder importante na questão de direitos humanos dentro de Cuba. Gustavo Rúbio foi vice de Batista entre 1940 e 1944, assim possuía o conhecimento necessário da máquina estatal cubana, bem como era considerado um homem honesto e de reputação ilibada dentro da sociedade cubana.

Ao final da conversa, ambos concluíram que tal curso de ação causaria ainda mais derramamento de sangue, bem como a quebra da política de não intervenção nos assuntos de Cuba. E que a junta somente se legitimaria caso o ditador perdesse o poder do país de maneira repentina para Fidel, e mesmo assim seria uma ação controversa e com possibilidades de êxito muito baixas. Restava então, de acordo com Snow e Stewart, apostar em um governo de transição saído das eleições que foram remarcadas para novembro. Fora disso, a única possibilidade viável seria lidar com Castro, o que não era uma alternativa aceitável para a administração Eisenhower, no momento.¹²⁵

Após o mês de março, o tema eleições perde muita força nos meios diplomáticos americanos. Crises como a ofensiva rebelde em abril, o seqüestro dos cidadãos norte-americanos e canadenses e a eterna polêmica em torno do embargo de armas ganham maior espaço. Em nova rodada de conversas sobre a situação cubana, Snow e Stewart estavam ainda mais preocupados com a deterioração da situação política em Cuba, bem como o projeto de eleições, que afundava a olhos vistos. As palavras de Allan Stewart apresentam o cenário daquele momento:

“A minha impressão é que a situação se deteriorou desde as duas semanas que passei de férias lá ano passado. Entre meus amigos americanos existia um sentimento de pessimismo sobre o futuro, diferente do ponto de vista anterior, quando acreditavam que os seus interesses estariam melhor servidos se apoiassem o regime de Batista.

Prossegue Stewart:

¹²⁵ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P68.

“Eles agora sentem que a erupção é inevitável, até mesmo em novembro, quando as eleições estão marcadas para serem realizadas, ou em Fevereiro, quando Batista deve deixar o cargo.”¹²⁶

Mesmo diante de tal situação, Smith ainda insistia que Fulgêncio Batista iria fazer “eleições honestas”, e que ele também iria aceitar observadores internacionais, mas estaria “esperando” um chamado da oposição.¹²⁷ Contudo, a cúpula do Departamento de Estado já estava ciente da verdadeira situação em Cuba e da “boa vontade” do ditador em relação às eleições vindouras.

Em agosto, o candidato do governo foi finalmente anunciado. Rivero Aguero, braço direito de Batista, foi indicado pelo próprio para sua sucessão. O diplomata Daniel Braddock se mostrava muito pessimista em seu relatório para o Departamento, onde ele fazia um breve relato sobre a situação política cubana, afirmando que Aguero encarnava a continuidade de maneira explícita.

Braddock acreditava que, a partir disso, o ânimo dos rebeldes não baixaria e as lutas continuariam, mesmo com a saída de Batista. E ainda existia o boato de que Aguero seria o presidente, mas que o ditador exerceria o papel de Chefe das Forças Armadas, para lidar pessoalmente com Castro. Tal jogo de forças impressionava o diplomata americano, que alertava ao Departamento que em breve eles estariam sem alternativas e que a neutralidade estaria em xeque diante de tal crise.¹²⁸

Seis semanas antes das eleições de 3 de novembro, Daniel Braddock envia um novo relatório para o Departamento de Estado. Nele, o diplomata atestava que o clima eleitoral era muito ruim, já que as garantias constitucionais estavam suspensas desde o início do ano. Assim, a oposição não conseguia fazer campanha com a mesma efetividade do governo, que podia atuar livremente. Como resultado, as eleições já estavam desacreditadas pela oposição, que já tinha certeza de que o processo seria fraudulento.¹²⁹

¹²⁶ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P.162. “My impression is that the situation has deteriorated in Cuba since two weeks spent there on vacation last year. Among american friends there was a feeling of pessimism about the future, different from the earlier viewpoint that their best interests would be served by supporting the Batista regime. They now feel an eruption is inevitable, either in November, when elections are scheduled to be held, or in february, when Batista is supposed to leave office. ”

¹²⁷ *Op. Cit.* P.180.

¹²⁸ *Op. Cit.* P.188.

¹²⁹ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P.217.

Ele também alegava que os candidatos de oposição eram muito fracos e que somente Castro possuía força, mas não estava disposto a participar das eleições. Ao fim do relatório, o diplomata resume bem a atitude geral do Departamento de Estado em relação ao evento de 3 de novembro:

“Apesar de as próximas eleições cubanas não possuírem os padrões de uma eleição democrática ideal, elas são as melhores que podem ser realizadas diante das circunstâncias que agora prevalecem. Elas são na opinião da embaixada infinitamente melhores do que uma violenta retirada de Batista e ainda melhor do que nenhuma eleição. É, portanto, do interesse dos Estados Unidos encorajar as mesmas.”¹³⁰

Dentro das conjecturas do poder no governo americano, o bloco do Departamento de Estado obteve uma significativa vitória diante de um grupo representado pelos militares e pelas grandes multinacionais.¹³¹ Estas que desejavam em Cuba uma intervenção nos moldes clássicos da atuação estadunidense na América Latina. Dulles acatou a política que Eisenhower havia traçado para a região em 1958, que se baseava sobretudo em uma agenda positiva e buscava atingir a médio prazo uma posição de distanciamento sobre assuntos internos dos países latinos.

A prova disso é que o Secretário deu suporte aos projetos mais moderados vindos de diplomatas como Roy Rubottom e William Wieland, em detrimento de visões tradicionais, como a do embaixador Smith. O próprio presidente não teve uma participação maior neste momento, pois outras tensões internas e externas o estavam consumindo, demandando maior atenção do que a relativamente turbulenta situação cubana. Tais fatores evidenciam ao menos uma tentativa de uma quebra de padrão para as relações interamericanas, onde Cuba seria uma espécie de ensaio para outras situações.

A combinação de embargo de armas e pressão por eleições foi efetiva sob certo aspecto, pois enfraqueceu Batista e obrigou o velho ditador a ceder poder. Contudo, estava em desconsiderar Fidel Castro e o desejo por mudanças

¹³⁰ Op. cit. P. 222. “Though the coming Cuban elections will not meet all the standards of an ideal democratic election, they are the best that can be had under the circumstances now prevailing. They are in the embassy’s view infinitely better than a violent overthrow of Batista and far better than no elections at all. It is therefore in the interest of the United States to encourage them. ”

¹³¹ United Fruit, Texaco, Nicaro, ITT.

drásticas em sua sociedade, o que Fidel e seus companheiros encarnavam bem naquela época. Dessa forma, Batista não conseguiu segurar o poder tempo suficiente sequer para a transição desejada por Washington. Acabou sendo deposto em 31 de dezembro de 1958.

Agora restava somente aquilo que o governo americano menos queria, que era lidar com Castro na condição de mandatário supremo do país. A partir disso se levantava uma pergunta nos corredores do Departamento de Estado: prosseguir a mudança ou estabelecer novamente o velho padrão? São questões como essa que vão consumir os trabalhos dos *policymakers* em Washington no ano de 1959, evidenciando novas lutas e contradições pela efetivação “dos melhores interesses” dos Estados Unidos em Cuba.

2. Cuba “Neutra”

2.1 Testando Castro

Em outubro de 1959, Roy Rubottom havia declarado que o “período de testes” em Cuba estava encerrado, e que a partir daquele instante a possibilidade de um relacionamento saudável com o governo revolucionário não existia mais.⁸³ A partir daquele momento as relações, entre Estados Unidos e Cuba atingiram um patamar onde os interesses de ambos, a partir das perspectivas de seus projetos políticos, eram irreconciliáveis.

Mas antes dessa ruptura, houve um período de nove meses onde os dois países buscaram uma linguagem comum de entendimento diplomático, mesmo diante do fosso ideológico que separava os dois regimes. E é sobre este período que o segundo capítulo desta dissertação vai se concentrar. Em um primeiro momento, vai-se analisar o impacto da chegada de Fidel Castro ao poder e as primeiras impressões do Departamento sobre o novo regime

Posteriormente, pretende-se focar a questão da mudança de estratégia estadunidense para Cuba, quando ocorre a passagem de um sistema de não intervenção para o retorno ao padrão clássico intervencionista. E, por fim, na segunda parte deste mesmo capítulo, vamos apresentar como essa modificação na estratégia aparece no contencioso sobre a cana de açúcar e a lei de reforma agrária.

Como comentado no capítulo anterior, a saída de Batista era esperada, mas não em dezembro de 1958. Diante dos eventos que se sucediam com tanta rapidez na ilha, o Departamento de Estado optou por uma linha de moderação. Esperava-se que através de uma política mais contida, seriam evitados maiores problemas com o novo governo e ainda existiria a possibilidade de trazer o então “nacionalista” Castro para o lado do “mundo livre.”

Este período não é muitas vezes tratado com o detalhamento necessário pela historiografia clássica do tema. Existe a preferência por uma espécie de

⁸³ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 616.

simplificação, que seria a de que o governo americano teria apenas o desejo de derrubar Castro desde o primeiro dia. Aqui, pretende-se montar uma argumentação diferente, mostrando a complexidade e a importância deste momento, quando o governo estadunidense trabalhava ao mesmo tempo com as duas possibilidades: a negociação e a remoção.

Já nos primeiros dias de janeiro, duas medidas de emergência foram tomadas. A primeira consistia no afastamento do embaixador Smith, que por sua ligação visceral com Batista, não possuía a menor condição de trabalhar como representante do governo estadunidense junto a Cuba.⁸⁴ E a segunda foi o imediato reconhecimento oficial do novo regime por parte da Casa Branca. A pressão pelo reconhecimento do 26 de julho como novo mandatário em Cuba veio de uma reunião na embaixada ,em Havana, com os principais dirigentes de multinacionais estadunidenses no país.

Nessa reunião, os representantes da Esso, Banco de Boston e Cimento Portland pediram o urgente reconhecimento por parte de Washington como forma mais efetiva de proteger os seus negócios na lha, pelo menos a curto prazo. O Diplomata Daniel Braddock comentou a reunião:

“Eles consideravam que o pronto reconhecimento era necessário para estabelecer o clima mais favorável possível onde os negócios pudessem prosseguir, e afirmaram que ,sem o reconhecimento, dos EUA eles seriam incapazes de lidar satisfatoriamente com os inúmeros problemas que os confrontavam.”⁸⁵

Imediatamente, o Secretário de Estado John Foster Dulles dá o seu aval para o reconhecimento:

“Eu creio que as declarações do novo governo têm sido feitas de boa fé e que é do nosso interesse nacional reconhecer o Governo Provisório de Cuba sem demora. O Governo

⁸⁴ Earl Smith foi substituído temporariamente pelo seu assessor Daniel Braddock em janeiro de 1959. Ao final do mesmo mês, assumiu Phillip Bonsal, que era diplomata de carreira servindo como embaixador na Bolívia. O pai de Bonsal havia servido na embaixada em Havana no começo do século XX, logo após a guerra Hispano-americana de 1898.

⁸⁵ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 346. “They considered that prompt recognition was necessary to establish most favorable climate in which to carry on business, and said that without recognition by US they would be unable to deal satisfactorily at all on the many problems confronting them.”

Provisório parece ser livre dos comunistas e existem indicações de que ele pretende buscar relações amistosas com os Estados Unidos.”⁸⁶

Castro ainda não havia chegado a Havana e, dessa forma, era essencial para o governo americano já ter uma linha de ação inicial para nortear futuras ações visando às relações com Cuba. Neste momento, o General Cantillo, chefe das forças armadas cubanas, afirmava que não iria se intrometer e que Fidel seria o novo chefe do país, pois contava com o apoio popular. Richard Gott explica as raízes desse apoio:

“Ainda que existam maiores dúvidas sobre o exato estado da crise econômica e social nos anos 50, a repressão dos anos de Batista era uma realidade que provocou um clamor de vingança, bem como demandas por um futuro melhor. A luta contra o ditador, para a maioria dos ativistas do Movimento 26 de julho, era motivada, tanto pelo desejo de se livrar de um maldito opressor, como pela esperança de uma melhor sociedade ainda por nascer. Foi por isso que Castro recebeu um apoio tão vasto, mesmo em uma sociedade cubana tão dividida.”⁸⁷

Nesse meio tempo, existe uma pressão enorme para que Smith saísse do país. O Departamento temia seriamente que ele fosse vítima da agitação que se seguia diante da chegada de Castro ao poder. Assim, Dulles pedia ao embaixador que escrevesse uma carta ao presidente, quando ele pediria o seu retorno à vida privada e explicaria o motivo de sua renúncia ao posto. O Secretário pedia urgência, pois realmente não sabia qual seria a reação de militantes mais extremados diante da presença americana na ilha.⁸⁸

Em 13 de janeiro de 1959, pela primeira vez a Casa Branca se manifesta sobre o assunto Castro, através de uma nota redigida pelo seu *staff*. Nessa nota, destacava-se o fato de que Castro não era um comunista, apesar de suas fortes

⁸⁶ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 347. ‘I believe that the statements of intention of the new government have been made in good faith and that it is in our national to recongnize the Provisional Government of Cuba without delay. The provisional government of Cuba without delay. The Provisional Government appears free from communist taint and there are indications that it intends to persue friendly relations with the United States. ’

⁸⁷ GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006. P.166.

⁸⁸ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P.352.

tendências nacionalistas e socialistas. Também era apresentado como alguém que tinha “gosto pela violência”, mas que não era um antiamericano convicto.⁸⁹

O Departamento também se preocupava com as primeiras informações que chegavam, principalmente no tocante às questões dos direitos humanos e democráticos, onde se enfatizava a atuação dos tribunais revolucionários. Moniz Bandeira comenta os julgamentos:

“Entrementes, os julgamentos e as execuções na fortaleza de La Cabaña, sob o comando de Che Guevara, de aproximadamente 550 militares e policiais, acusados de torturar, violar ou assassinar cerca de 20.000 pessoas, durante os dois últimos anos do governo Batista, começaram a provocar nos EUA ferozes críticas, sobretudo à forma “sumária e escandalosa” com que se realizavam.”⁹⁰

A imagem que Fidel Castro tinha dos americanos era vital para a condução das políticas do Departamento de Estado. O cônsul em Santiago de Cuba, Park Wollam, foi um dos que primeiro se manifestou a respeito. Ele atestava que Castro somente ecoava o sentimento geral dos cubanos, mas que não era totalmente contra a presença americana na ilha. E que cabia aos Estados Unidos a tentativa de mudar a imagem de “sócio de Batista.”⁹¹

Porém, pelo menos para os americanos, a imagem de Castro não era boa no resto da América Latina. Principalmente após o início dos expurgos, como retrata Roy Rubottom:

“Com poucas exceções, a reação oficial no comentário da imprensa e de cidadãos privados a respeito das execuções em Cuba é extremamente desfavorável na América Latina.”⁹²

A formação do novo gabinete também despertava a atenção dos diplomatas estadunidenses pelo caráter heterogêneo de sua composição. O primeiro ministério

⁸⁹ Op. Cit. P. 356.

⁹⁰ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.P.187.

⁹¹ Op.Cit. P.360.

⁹² *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P.369.”With minor exceptions, official reaction and commentary in the press and by private citizens respecting the executions in Cuba have been uniformly unfavorable in Latin America.”

estava repleto de membros que os Estados Unidos chamavam de “moderados”. Seriam nacionalistas sem tendências comunistas ou que possuíssem um desejo de apoiar o bloco oriental. Em contrapartida, existia a ala chamada de “radical”, representada por Che Guevara e por Raul Castro. Ambos eram tidos como comunistas e antiamericanos. E era entendido pela diplomacia americana que um embate entre essas duas correntes era algo bastante factível no futuro próximo.⁹³

Contudo, a impressão do Departamento era a de que a situação poderia ser controlada, mesmo sendo tão complexa. Era necessário lidar com um regime que ainda não havia se afirmado como “amigo dos Estados Unidos”, e que não havia dado sinais desejando tais intenções. Sem contar que os americanos sabiam que existia muito ressentimento por parte de cubanos como Castro, comentado por Park Wollam:

“Um pouco disso certamente pode ser sem sombra de dúvida atribuído ao orgulho de uma revolução vitoriosa. Acredito que muitos cubanos sempre tiveram um complexo de inferioridade em relação aos Estados Unidos, e o sentimento sobre a Emenda Platt ainda não está morto.”⁹⁴

Daniel Braddock, em substituição temporária de Earl Smith, comentava que Castro ainda era uma incógnita, pois não era nem comunista e nem pró-americano. Contudo, Braddock dizia que Castro culpava a imprensa internacional por distorcer as suas declarações, levando-o a contrair problemas com o governo estadunidense. O diplomata, através desse novo dado escreveu, em seu relatório que Castro ainda poderia mudar o seu “padrão errático” de comportamento.⁹⁵

Entretanto, nem todos percebiam as declarações e atitudes de Fidel com a mesma boa fé de Braddock. Em reunião conjunta entre o Departamento de Estado e o Pentágono, as divergências logo apareceram. O Departamento argumentava que para que uma “vantagem psicológica” fosse obtida sobre Castro, os americanos

⁹³ Op. Cit. P.370.

⁹⁴ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P.373. “Some of this is undoubtedly the proud reaction to a successful revolution. I think many cubans always had an inferiority complex with respect to the United States, and the feeling about the Platt Amendment is not dead yet”

⁹⁵ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P.383.

deveriam retirar as suas missões militares da ilha, na tentativa de criação de um laço de confiança com o novo governo.

O almirante Arleigh Burke estava particularmente descontente, já que afirmava que iniciativas cultivadas durante muitos anos seriam encerradas bruscamente. Ele citava especialmente o seu caso na marinha, pois ela era responsável por boa parte da frota mercante de Cuba. Existia também a preocupação por parte do almirante de que, sem a missão naval, o Caribe poderia perder parte da cobertura de proteção oferecida pelos Estados Unidos.⁹⁶

Contudo, era o Departamento de Estado que ainda detinha a primazia nas decisões governamentais relativas a Cuba, e portanto, as missões foram retiradas. Também atendendo a um pedido do próprio Fidel, que declaradamente não gostava da presença das mesmas em solo cubano. Mas, mesmo dentro do Departamento, já se iniciava um certo descontentamento com a política mais moderada, vinda desde 1958. Já em fevereiro, os indícios de tal mudança começavam a aparecer, como nos mostra esse memorando de Stewart Hill⁹⁷:

“Nas seis semanas desde o vôo do presidente Batista e a emergência de Fidel Castro como o vencedor na guerra civil, um governo estável, organizado e responsável não emergiu em Cuba. „98,,

Em reunião realizada pelo Conselho de Segurança Nacional, Dulles destacava que a situação em Cuba era “muito preocupante”, e que Fidel era muito inexperiente para ser um dos mandatários da nação. E que tudo isso poderia abrir espaços para uma infiltração comunista e o caos na ilha estaria instaurado, o que afetaria diretamente os interesses dos Estados Unidos. Ao final da reunião, Allen Dulles faz uma ilustração de como os americanos deveriam tratar o novo governo cubano:

⁹⁶ Op.Cit. P. 389.

⁹⁷ Assistente do Secretario de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos, julho de 1958 até agosto de 1960.

⁹⁸ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 395. “In the six weeks since the flight of President Batista and the emergence of Fidel Castro as the victor in the civil war, a fully stable, organized and responsible government has not emerged in Cuba. ”

“O Sr. Allen Dulles afirmou que os novos governantes cubanos deveriam ser tratados mais ou menos como fazemos com as crianças. Eles tinham de serem liderados, ao invés de repreendidos. Se fossem repreendidos, como com as crianças, seriam capazes de fazer qualquer coisa.”⁹⁹

Na verdade, a idéia clássica de “imaturidade” foi bastante trabalhada nos meios diplomáticos estadunidenses no que concerne às definições sobre as lideranças do 26 de julho. A imaturidade ajudava a explicar um certo posicionamento arredo de Castro contra o governo norte-americano e, de certa forma, reforçava estereótipos referentes aos latinos bastante típicos. João Feres Jr. analisa a percepção estadunidense sobre os seus vizinhos latinos:

“Ademais, dado que do ponto de vista americano, a condição latino-americana não justifica uma atitude de orgulho, a existência desse comportamento por parte dos latino-americanos sugere irracionalidade. Os adjetivos apaixonado (*passionate*) e impetuoso (*impetuous*) também se associam ao comportamento irracional. Ambos são usados para descrever tipos de ação guiadas por emoções e sentimentos, e por tanto, além do controle da razão.”¹⁰⁰

Feres Prossegue:

“Ser extravagante na aparência (*showy in appearance*) é obviamente uma característica negativa que denota excesso de vaidade, superficialidade e afetação. Por fim, “dismissive”, palavra sem tradução unívoca para o português, pode ser entendida como indiferença, falta de respeito e até mesmo dissimulação.”¹⁰¹

Após a visita de Castro aos Estados Unidos, em abril de 1959, o Sub-Secretário de Estado, Christian Herter, foi passar as suas impressões de Fidel para o presidente Eisenhower:

“Ele o descreveu como um indivíduo muito interessante, muito parecido com uma criança, bastante imaturo no que se refere aos problemas de governo, e intrigado e confuso por muitas das dificuldades práticas que o cercavam. Em inglês, ele falou com moderação e considerável

⁹⁹ Op.Cit. P. 398. “Mr. Allen Dulles pointed out that the new cuban officials had to be treated more or less like children. They had to be led than rebuffed. If they were rebuffed, like children, they were capable of doing almost anything.”

¹⁰⁰ JÚNIOR, João Feres. *A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru: EDUSC editora, 2005. Cap. 2.

¹⁰¹ Idem.

charme pessoal. Em espanhol, contudo, ele se tornou volúvel e excitado, e até mesmo selvagem.”¹⁰²

Novamente se reforça a questão da imaturidade e da criança, através da qual se pode perceber o filtro que permeia a visão de mundo anglo-saxônica em relação aos *latinos*. Ela se torna ainda mais evidente, quando se compara a fala em inglês e espanhol, utilizando-se inclusive o adjetivo “selvagem” ao falar das reações do líder cubano se expressando em sua língua original. Isso retoma a velha analogia entre o mundo anglo-saxônico, pretensamente racional, em dissonância com a irracionalidade, que seria provocada pelas “paixões latinas”. O vice-presidente Richard Nixon também se reuniu com Castro e teve a possibilidade de passar as suas impressões. Em seu resumo, ele falava que Fidel era “incrivelmente ingênuo” no que se referia à ameaça comunista. E que as idéias dele sobre governo e economia eram “pouco desenvolvidas”.¹⁰³

Apesar dessas impressões pouco positivas, o setor de América Latina recomendou moderação, em seu relatório final, para o presidente Eisenhower:

“Seria um erro sério subestimar este homem. Com toda a sua aparência de ingenuidade, não sofisticação e ignorância em muitos assuntos, ele tem claramente uma personalidade forte, além de ser um líder de muita coragem pessoal e convicção.”¹⁰⁴

Na verdade, mesmo diante de tantas vozes dissonantes, Castro permanecia como um enigma para a diplomacia dos Estados Unidos. Ora ele acenava com bombásticos discursos antiamericanos, era, quando se encontrava com o embaixador Bonsal, falava em termos “moderados e serenos”. Existia ainda uma esperança sincera por parte do Departamento em buscar um entendimento com os elementos mais moderados do novo governo. Da mesma forma que ainda se

¹⁰² *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 475. “He described him as a most interesting individual, very much like a child in many ways, quite immature regarding problems of government, and puzzled and confused by some of the practical difficulties now facing him. In english he spoke with restraint and considerable appeal. In spanish, however, he became voluble, excited, and somewhat wild.”

¹⁰³ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 476.

¹⁰⁴ *Op. Cit.* P. 483. “It would be a serious mistake to underestimate this man. With all his appearance of naiveté, unsophistication and ignorance on many matters, he is clearly a strong personality and a born leader of great personal courage and conviction.”

esperava que Fidel Castro baixasse o tom de seus discursos contra os estadunidenses.

Ao governo americano, não restavam muitas alternativas, pois eles compreendiam que Castro era popular, e que a oposição, por sua vez, era desorganizada e impopular. Assim, a possibilidade de incentivar um golpe via oposição era uma possibilidade destinada ao fracasso. As observações dos americanos sobre Fidel e seu grupo prosseguiram. Eram muito elogiadas a “honestidade” e a “clareza” do governo, contrastando com os tempos de Batista. Porém, o caráter dúbio do 26 de julho no que se referia ao combate ao comunismo, era uma crítica constante.

Daniel Braddock afirmava em seu relatório que apesar dos comunistas não terem feito grandes avanços, contavam com a simpatia de muitos membros do movimento, especialmente Che Guevara.¹⁰⁵ As críticas também recaíam fortemente sobre o pouco avanço da “democracia” na ilha, bem como o cerceamento de direitos individuais e o uso de um código rebelde sumário para os julgamentos de crimes políticos.

Os advogados da moderação, que desde de 1958 estavam conseguindo fazer valer o seu posicionamento sobre a situação cubana, começavam a perder força gradativamente para outros setores do próprio Departamento e do Pentágono. Allen Dulles, o diretor da CIA, era um dos mais ferozes críticos de Castro, mostrando o líder cubano como um perigo aos Estados Unidos:

“Sr. Dulles afirmou que os comunistas estavam agora operando abertamente e legalmente em Cuba. Embora o regime de Castro não pudesse ser descrito como dominado pelo comunismo, era verdade que os comunistas haviam penetrado em diversas organizações, tais como sindicatos e as forças armadas, entre outras. Eles têm um potencial para uma penetração ainda maior no futuro.”¹⁰⁶

O almirante Arleigh Burke ao se corresponder com o chefe da frota do atlântico, almirante Jerould Wright, falava que ele parecia notar um certo

¹⁰⁵ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P.419.

¹⁰⁶ *Op. Cit.* P. 441. “Mr. Dulles went on to state that Communists were now operating openly and legally in Cuba. While the Castro regime could not be described as Communist-dominated., it was nevertheless true that the Communists have penetrated into variuous organizations such as labor unions, the armed forces, and others. They have a potential for even greater penetration in the future.”

“desencanto” por parte dos diplomatas estadunidenses com o que ele chamava de “Castro Boys.” O almirante até mesmo fez uma aposta com o diplomata Murphy de que em breve Castro se revelaria pior do que Batista. E Burke estava confiante que iria ganhar a aposta.¹⁰⁷

Esse tipo de sentimento se tornava mais comum ao longo de 1959 na alta cúpula político-militar estadunidense, o que começava a gerar um clima de distanciamento entre Cuba e os Estados Unidos. Mas a passagem dos meses não trazia nenhum progresso aparente nas duas principais metas do “teste” americano para o novo governo. A primeira meta era uma demonstração sólida de apoio aos Estados Unidos e suas políticas para o hemisfério, e a segunda consistia em demonstrar um efetivo combate ao comunismo no plano interno.

Até o momento, Castro estava sendo reprovado pelos Estados Unidos nos dois quesitos. Com o agravante de flertar seguidamente com idéias, atos e elementos “subversivos” aos interesses estadunidenses. Não bastasse tudo isso, como foi possível avaliar anteriormente, Castro evocava em certas lideranças estadunidenses todos os estereótipos de um *latino*, o que colaborava ainda mais para um sentimento crescente de desconfiança e afastamento.

Em abril de 1959, Daniel Braddock, da embaixada norte-americana em Havana, estabeleceu um plano para o combate ao comunismo em Cuba. Esse plano visava ao Departamento de Estado ter um maior controle sobre as atividades comunistas no país e perceber de que forma elas estavam ligadas ao governo cubano. O plano de Braddock consistia em não bater de frente com Castro, na tentativa de isolar o líder cubano dos membros mais radicais do movimento.

Também estava previsto um trabalho de influencia sobre a imprensa cubana no sentido de expor as publicações comunistas. Da mesma forma, era uma parte importante do plano dar visibilidade às lideranças moderadas do movimento, como Felipe Pazos e Rufo Lopes Fresquet¹⁰⁸. Esses líderes seriam agraciados com vistos facilitados aos Estados Unidos, e também com visitas ao país para uma espécie de turismo orientado, tendo em vista angariar simpatia para os estadunidenses.¹⁰⁹

¹⁰⁷ Op. Cit. P. 445.

¹⁰⁸ Felipe Pazos foi presidente do Banco Central de Cuba entre Janeiro e Novembro de 1959. Fresquet Foi ministro das finanças de Cuba entre janeiro de 1959 e março de 1960.

¹⁰⁹ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.Pp. 464-465.

O planejamento e execução deste projeto por parte do Departamento de Estado traz à tona uma sutileza bastante interessante. Aqui, começa o abandono da idéia de não-intervenção, tão defendida em 1958. Durante aquele ano, os americanos tentaram ao máximo se comportarem como meros espectadores dos eventos políticos em Cuba. O seu peso político nas decisões daquele instante foi reduzido ao menor denominador possível.

Em 1959, o momento era diferente, e uma nova postura precisava ser criada diante de um novo regime que assumia um país tradicionalmente aliado, e de grande importância histórica e estratégica. Foram quatro meses de estudos, análises e percepções, onde Castro não conseguia atender às demandas para passar no “teste” feito pelo Departamento de Estado. Tornava-se necessário, a partir disso, rever alguns pressupostos e buscar uma postura mais proativa nas relações com Cuba.

Mas, ao mesmo tempo, o Departamento sabia que meramente retirar Castro do poder não era uma alternativa para o momento. A oposição em Cuba era fraca, o líder era popular e o governo Eisenhower estava muito enfraquecido no plano interno. Enfraquecido pela vexatória derrota nas eleições legislativas de 1958, pelas denúncias de corrupção e pelos fracassos na Guerra Fria¹¹⁰. Os congressistas democratas e boa parte da imprensa criticavam bastante o presidente pela falta de êxitos na política externa e pela crise interna na questão racial, que explodia nas escolas e universidades dos estados do Sul naquele exato momento.¹¹¹

Todos esses fatores, tão diversos entre si, retiravam a possibilidade do uso da força militar em um futuro imediato. Dessa forma, os Estados Unidos iriam usar outras ferramentas como uma maneira de tentar “moldar” Castro e seu governo.

¹¹⁰ Nas eleições de 1958 para a renovação do Congresso, os Democratas ficaram com uma confortável maioria de 283 congressistas, contra 154 Republicanos. Essa confortável vantagem colaborou para que Eisenhower ficasse com uma margem de manobra ainda menor de governabilidade. Para piorar, em 1959 o avião espião U2 foi derrubado sobre solo soviético, e o piloto americano sendo capturado e preso, gerando um grande mal estar diplomático entre os dois países. Por fim, um dos assessores mais ligados ao presidente, Sherman Adams foi retirado do cargo diante das acusações de recebimento de propina por parte de um empresário da Nova Inglaterra. Entre um dos “mimos recebidos”, estava um casaco de pele de Vicuña, animal parente da lhama.

¹¹¹ Em 1957, a chamada “Decisão Brown” foi aprovada na Suprema Corte, onde, a velha legislação racista do sul, conhecida como Jim Crow, estava abolida. Assim, foi dado aos negros o direito de freqüentar as escolas dos brancos, o que gerou uma série de violentos protestos no sul, principalmente no Arkansas. A União utilizou tropas do exército para efetivar a decisão do Supremo, o que gerou um imenso desgaste político de Eisenhower na região.

Hans Morgenthau afirmava que uma grande potência tem que trabalhar com o poder em política externa nas suas três dimensões: militar, econômica e ideológica.¹¹²

E que o equilíbrio entre elas era o verdadeiro sinal de uma política externa forte e consistente, facilitando a tarefa de manutenção do *Status quo*. É possível inferir, a partir da percepção de Morgenthau, que os Estados Unidos estavam realizando inicialmente um movimento no sentido de utilizar o seu capital ideológico para persuadir Castro. As iniciativas contra o comunismo em Cuba anunciadas por Braddock evidenciavam o começo de uma mudança no fluxo de poder do Departamento de Estado e até mesmo dentro da cúpula governamental.

Novas vozes se manifestavam no sentido de alertar que a ilha estava indo por um caminho “perigoso”, e que algo era necessário ser feito. Caso contrário, um vizinho comunista poderia colocar em xeque a segurança do Caribe, e por sua vez, a hegemonia norte-americana na região. A tradicional influencia dos Estados Unidos poderia ser ameaçada pela existência de um enclave comunista, que traria instabilidade para as frágeis democracias locais, e também, para os grandes investimentos das indústrias estadunidenses. É com um apelo nesse sentido que escreve o embaixador na Costa Rica, Whitting Willauer, para Roy Rubottom:

“Em apoio a esta idéia eu acredito que nós temos evitado o enfrentamento com nossos vizinhos por muito tempo. Eu sei que muitos acham que tal enfrentamento nos resultaria em perda de amigos, mas eu acredito que ocorreria justamente o oposto. Eu lhe asseguro que possuo o maior respeito pela nossa firmeza nos assuntos relativos aos comunistas, mas estou constantemente preocupado com as declarações e atitudes de outros que, no mínimo, parecem ter sucumbido ao senso de derrotismo.”¹¹³

Essa declaração do embaixador parece ao mesmo tempo ser um desabafo e uma crítica. Um desabafo, que representava o anseio de diversos setores do ARA e do CMA por uma ação mais efetiva em Cuba. E a crítica, pelo autor da carta falar de derrotismo para a pessoa que melhor “encarnava” esse sentimento, que era Roy

¹¹² MORGENTHAU, Hans J. *A Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. São Paulo: Editora UnB, 2003. Cap 2, pp. 49-199.

¹¹³ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P.496. “In support of this view I submit that we have been avoiding a showdown with our neighbors too long. I know that many feel that such a showdown would lose us friends but I feel that the opposite result would follow. I assure you that I have the greatest respect for your own firmness on Communist matters, but I am constantly worried by remarks and attitudes of others who seem at the very least to have succumbed to a sense of defeatism.”

Rubottom. Ele era um remanescente dos anos da presidência Roosevelt, com todo o legado da política de boa vizinhança conduzida por Sumner Welles e Cordell Hull.

E diante desse histórico, sempre foi um defensor de uma política afirmativa para a América Latina. Em um encontro com Fidel, ocorrido em Buenos Aires em maio de 59, esse posicionamento fica bastante evidente:

“Os Estados Unidos, a mais de 25 anos atrás, abriram mão voluntariamente de seu status especial em Cuba, e, embarcou na política de não-intervenção em toda a América Latina. Esta política pagou ricos dividendos para todo hemisfério. Nós não queremos ser um país isolado de nossos amigos latino americanos, nem queremos ver vinte países latino americanos unidos em um bloco contra os Estados Unidos. Isso seria algo trágico.”¹¹⁴

Rubottom continua:

“Eu disse que os Estados Unidos permaneciam firmes em todos os princípios do sistema interamericano, sendo que nenhum é mais importante do que a igualdade jurídica dos Estados, a não-intervenção, as consultas sobre problemas, e a segurança mútua como está expresso no Tratado do Rio.”¹¹⁵

Aqui, as declarações de Rubottom e Willauer mostram exatamente a divisão existente no Departamento de Estado naquele momento. De um lado, aqueles que possuíam as velhas visões conservadoras de uma América Latina que precisaria de um “tutor” contra perigos externos e o provável problema do efeito dominó de Cuba sobre o continente. É o amálgama das características da direita americana do período, onde o anticomunismo aparecia com bastante ênfase.¹¹⁶

¹¹⁴FRUS. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P.502. “The United States, more than 25 years ago, voluntarily forsook its special status in Cuba, and embarked upon the policy of non-intervention in all Latin America. This policy has paid rich dividends for the entire hemisphere. We do not want to be a country isolated from our Latin American friends, nor do we want to see twenty Latin American countries united in a bloc against the United States. This would be a tragic thing.”

¹¹⁵ Idem. “I Said that the United States stood firmly on all the principles of the inter-American system, none of which were more important than juridical equality of states, non-intervention, consultation on problems, and mutual security as expressed in the Rio Treaty.”

¹¹⁶ MICKLETHWAIT, John. WOOLDRIDGE. *Uma nación conservadora: el poder de la derecha em Estados Unidos*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2007. P.64.

Já Rubottom representava a tradição liberal americana, vindo de uma matriz “Wilsoniana”, de acordo com Walter Russel Mead.¹¹⁷ Tal percepção dá ênfase em uma visão onde a segurança coletiva é a chave para a formação de uma Sociedade Internacional, baseada justamente em princípios jurídicos muito semelhantes aos aplicados dentro de cada Estado. Contudo, o conceito “Wilsoniano” não deve ser interpretado ao pé da letra, pois, aqui na década de 50, as idéias liberais estadunidenses passam por princípios ainda mais complexos do que aqueles elaborados por Wilson no início do século XX.

Porém, ao contrário de 58, quando o fluxo de poder favoreceu os liberais Rubottom e Wieland, a maré parecia estar se voltando a favor de um retorno a posturas mais conservadoras. Um evento em particular parecia sedimentar tal mudança no Secretariado de Estado. Ao contrário do que poderia se pensar, John Foster Dulles não saiu por falta de eficiência, mas sim porque estava já em estágio terminal de um câncer que ele havia descoberto a um ano atrás.

Em seu lugar, assumiu o subsecretário, Christian Herter, o mesmo que havia chamado Castro de “selvagem”. Apesar de seu público desgosto pelo líder cubano, Herter sabia que não poderia quebrar a política do Departamento do dia para noite, e sabia bem que o grupo moderado de Wieland e Rubottom possuía ainda uma certa predominância no processo decisório relativo a Cuba. Herter evidenciava suas preocupações com o regime de Castro durante a reunião do Conselho de Segurança Nacional em 25 de junho.

Neste encontro, Allen Dulles pressionava o novo Secretário, já que ele afirmava que o novo regime cubano poderia trazer a instabilidade para o Caribe. E que essa instabilidade já estaria se mostrando, através de articulações rebeldes em Honduras e na República Dominicana. Em resposta, Herter atestava a Dulles que o Departamento estava atento aos desenvolvimentos das situações nestes países. Mas, que os Estados Unidos estavam diante da encruzilhada, pois não podiam apoiar ditaduras, e nem apoiar grupos rebeldes ligados ao comunismo.

¹¹⁷ Walter Russel Mead define os “Wilsonianos” da seguinte forma: Os wilsonianos acreditam que os Estados Unidos possuem uma obrigação moral e um importante interesse em disseminar os valores democráticos e sociais estadunidenses pelo mundo, criando pacífica comunidade internacional que aceite viver sob o império da Lei.

Herter também se mostrava preocupado com o anseio de uma atitude violenta por parte do governo contra Cuba, atendendo aos interesses de empresários, da mesma forma que na Guatemala em 54. Por fim, Eisenhower lhe perguntou se havia ainda uma possibilidade de mediação, via OEA. O Secretário lhe respondeu afirmativamente, mas fez a ressalva de que seria algo lento, pois não contava com o apoio de muitos países latino-americanos para medidas mais efetivas.¹¹⁸

A tarefa de Christian Herter não era nada fácil. Ele tinha de substituir John Foster Dulles, um dos membros do gabinete mais próximos ao presidente. Além disso, ele foi o responsável por coordenar uma série de iniciativas diplomáticas ousadas, o que era uma meta pessoal de Eisenhower para os seus dois últimos anos de governo. Esse programa deveria gerar sucessos não somente na América Latina, mas, principalmente na Europa e na Ásia. Também era um objetivo central de Eisenhower trazer os soviéticos para uma espécie de *detente*. Não bastasse estar sendo confrontado diante de tamanhos desafios para apenas dois anos de mandato, Herter não conseguiu ter o mesmo impacto que Dulles teve no cargo, como mostra Elmo Richardson:

“O sucessor de Dulles, o Subsecretário Christian A Herter, nunca teve um papel de liderança na política externa da administração. Herter rapidamente estabeleceu um bom relacionamento de trabalho com Eisenhower. Apesar de ele ter a confiança do presidente, Herter nunca desenvolveu o mútuo entendimento bastante íntimo com o presidente que o seu predecessor possuía.”¹¹⁹

Assim, o Secretário buscava o seu espaço na administração dentro de uma conjuntura pouco favorável para ele próprio. Dessa maneira, restava somente para Christian Herter seguir provisoriamente pela vereda dos moderados na questão cubana. Robert Kleberg, um lobbista ligado aos empresários americanos em Cuba, e, que possuía bom trânsito na Casa Branca, havia se encontrado com Eisenhower “sugerindo” medidas mais drásticas contra Castro¹²⁰.

¹¹⁸ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P.542.

¹¹⁹ PACH, Chester J. Richardson, Elmo. *The presidency of Dwight D. Eisenhower*. Wichita: University of Kansas Press, 1991. P. 204.

¹²⁰ Kleberg sugeriu ao presidente que a cota de açúcar cubano fosse cortada imediatamente, que todos os bens de cubanos nos EUA fossem congelados, que passaportes e vistos fossem pedidos para cubanos e que nenhum visto

Herter respondia ao presidente nesses termos:

”Eu acredito que a execução de qualquer uma das recomendações dele (Kleberg) neste momento não iria atingir os resultados desejados, e certamente traria críticas aos Estados Unidos por parte da maioria dos países Latino-americanos, para o deleite dos propagandistas comunistas.”¹²¹

Tal ponto de vista demonstra que o Secretário estava, na medida do possível, tentando manter o curso da política aplicada até então, que era a de espera para permitir uma melhor análise dos intentos de Fidel. Mas um Secretário fraco era algo fatal neste momento, onde outros setores da administração buscavam uma maior cota de poder nas decisões de política externa. Apesar da pressão constante do corpo empresarial, do Pentágono e da CIA, o Departamento se mantinha fortemente dentro de seu posicionamento inicial. Isso fica bem claro nas palavras do embaixador Bonsal para o Secretário:

“Eu fortemente recomendo para o presente momento que nós continuemos a política de amizade em relação a Castro e a Cuba, utilizando de toda nossa influência para guiá-lo rumo a uma situação econômica mais estável, e nós não podemos dar nenhum sinal de encorajamento para qualquer tipo de movimento que vise derrubar Castro.”¹²²

Tal posicionamento retrata bem o fato de que os diplomatas estadunidenses dessa corrente estavam tentando utilizar o poderio americano nas suas três dimensões: militar, econômico e ideológico. Contudo, para o grupo do Pentágono e da CIA, o excesso de ênfase no “prestígio” e nos valores dos Estados Unidos para trazer o novo governo para o seu lado não era suficiente. Esse tipo de discurso por parte do Departamento de Estado ajudava a reforçar certas idéias do

de turismo fosse concedido. Também sugeria manobras rotineiras da frota no Caribe e anúncio de que os EUA lutariam contra o comunismo em Cuba, seguindo os mesmos “princípios” de 1898.

¹²¹ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 553. “I believe that the execution of any one of his recommendations at this time would not achieve his desired objective and would be likely to bring strong criticism upon the United States from most other Latin American countries to the delight of Communist propagandists.”

¹²² *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 554. “I strongly recommend that for present we continue policy of friendliness toward Castro and GOC, using our influence in every way to guide him towards sounder economic ground, and that we give no encouragement of any kind to movements aimed at overthrowing Castro. ”

conservadorismo norte-americano sobre os diplomatas, como comenta Walter Russel Mead:

“Na prosa imortal de Nixon, um grupo de ‘esquerdinhas afeminados, metidos em ternos risca-de-giz’ no Departamento de Estado e de diplomados na Universidade da Covarde Contenção do Comunismo de Dean Acheson atraçou o interesse nacional. Kristol identifica o engano fundamental dessa elite: a ilusão de que marchamos, no final das contas, para uma ‘comunidade mundial’.”...Nosso Departamento de Estado atua na maior parte do tempo como se tal mundo já estivesse ao alcance da mão, como se a diplomacia não fosse mais a empregada da política externa, mas sim sua patroa.”¹²³

Diante dessa percepção da diplomacia estadunidense, os grupos opositores dentro do Estado se articulavam da forma que era possível. A melhor maneira, naquele momento, de se estabelecer uma pressão era via reuniões do NSC, que é um órgão bastante heterogêneo, próximo ao presidente e onde havia a possibilidade da confrontação direta Departamento x Pentágono. Isso estava se tornando claro nas reuniões a partir do mês de junho, quando o descontentamento com Castro aumentava entre os setores mais conservadores da política estadunidense. Em mais uma reunião do Conselho, em julho, Allen Dulles foi bastante enfático.

O diretor da CIA se mostrava preocupado com as movimentações rebeldes no Caribe, e acreditava que Castro poderia estar fomentando revoluções na República Dominicana e no Haiti. Paralelamente, Dulles alertava para a lei de reforma agrária e o risco que isso significava para os interesses americanos. Ao mesmo tempo, o Diretor sugeria que havia a possibilidade do surgimento de distúrbios domésticos em Cuba, deixando implícito que algum proveito poderia ser tirado de tal situação.¹²⁴

As inferências de Dulles iam de encontro às pretensões do Departamento e as recomendações do embaixador Bonsal. Em resposta às demandas de tal reunião, Bonsal fez um novo memorando baseado em conversas com uma “fonte” muito segura dentro do governo Castro. A partir dessa conversa, o embaixador estabelecia seis pontos básicos para buscar um melhor entendimento com o governo cubano

¹²³ MEAD, Walter Russell. *Uma orientação especial: A política externa norte-americana e a sua influência no mundo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército editora, 2006. P. 61.

¹²⁴ FRUS. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 555.

naquele momento. Os seis pontos reafirmavam as estratégias anteriores e reafirmavam a não intervenção. Contudo, havia um adendo onde se dizia que “o governo americano vai exigir tratamento justo aos seus investimentos privados em Cuba.”¹²⁵

Mas mesmo esse adendo não significava uma mudança séria em termos de estratégia. Era meramente uma adaptação tática necessária diante da lei de reforma agrária. Tanto que Douglas Dillon¹²⁶, em resposta à Phillip Bonsal, concordou com os seis pontos, e até mesmo elogiou as medidas do embaixador. E afirmou que o rumo até aquele momento estava correto, e que uma conciliação deveria ser buscada com o governo cubano na medida do possível, já que Castro ainda não havia se revelado um comunista.¹²⁷

Alguns dias depois, Castro anunciava a saída de Manuel Urrutia da presidência e até mesmo uma pretensa renúncia sua como primeiro-ministro. A renúncia de Fidel se revelou falsa, mas Osvaldo Dorticos substituiu Urrutia como novo presidente de Cuba. Sobre este evento, comenta Richard Gott:

“O próximo na linha foi o presidente Urrutia, que foi forçado por Castro a renunciar em julho, depois que ele escancarou as suas opiniões anti-comunistas em diversas entrevistas publicadas. A escolha de Castro como novo presidente foi Oswaldo Dorticos, um advogado e comodoro do Cienfuegos Yacht Club, que não era antipático aos comunistas. Ele até foi secretário de Juan Marinello, um figurão de longa data do partido comunista.”

Esta modificação simbolizava, para o governo norte-americano, que na verdade os presidentes eram instrumentos subordinados da vontade de Castro, e que a ala mais radical nacionalista do movimento estava ganhando terreno sobre a ala moderada e pró-americana. A partir disso, as pressões para uma diplomacia com maior uso da força se intensificavam em Washington. E, conseqüentemente, o espaço para as iniciativas anteriores, como as delineadas por Roy Rubottom e Phillip Bonsal, desapareciam rapidamente.

¹²⁵ Op. Cit. P. 562.

¹²⁶ Douglas Dillon foi Subsecretário de Estado durante o secretariado de Christian Herter.

¹²⁷ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 563.

O aprofundamento da crise decorrente do impasse da Lei de Reforma Agrária, o aumento substancial da influência de Che Guevara e Raul Castro nos rumos da revolução, um Fidel que se torna gradativamente mais antiamericano eram os sinais de que Cuba estava reprovada no chamado “teste” do Departamento de Estado. A possibilidade de um entendimento havia desaparecido. A política tridimensional executada pelo Departamento perderia o seu poder e prestígio junto à Casa Branca. Eisenhower, diante dessa situação iria optar pela política unidimensional.

Esta política era unidimensional, porque, contemplava apenas um aspecto em política externa, que era o uso do poder militar para acelerar a remoção de um governo estrangeiro. O processo decisório em política externa nos Estados Unidos é fortemente marcado por essa disputa vigorosa entre paradigmas discordantes. Sobre esta forma de construção da política externa estadunidense, fala Walter Russel Mead:

“A política externa norte-americana depende do equilíbrio de valores e pontos de vista contrastantes e em mútua competição: é, ou procura ser, uma sinfonia, e não um solo.”¹²⁸

O tipo de trabalho anteriormente realizado pelo Departamento foi, aos poucos, sendo abandonado nos meses seguintes. A nova solução agradava bastante os interesses da América Corporativa em solo cubano, bem como seguia os ditames que o Almirante Brurke e Allen Dulles vinham defendendo há tanto tempo. A partir de agora, o propósito é mostrar como o processo de quebra diplomática com o governo cubano realmente se efetiva, bem como o papel do contencioso sobre a Lei de Reforma Agrária na consolidação deste processo.

¹²⁸ MEAD, Walter Russell. *Uma orientação especial: A política externa norte-americana e a sua influência no mundo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército editora, 2006. P. 89.

2.2. O Rito de Passagem.

À medida que Castro estava *reprovado* no teste de fidelidade realizado pelo Departamento de Estado, a ruptura se constituiu, não em um processo de quebra imediata mas, sim, em uma lenta transição. Ela não foi imediata, pois, como comentado anteriormente, as “pombas” do Departamento ainda possuíam a primazia no processo decisório relativo a Cuba. Porém, como também já foi possível constatar, essa primazia estava sendo fortemente contestada por setores que defendiam uma política mais agressiva por parte do Estado norte-americano, representados principalmente pelo Pentágono e pela CIA.

Com o decorrer do ano de 1959, diversas situações de tensão colaboraram para uma transformação importante da política externa estadunidense, que foi a passagem da primazia do processo decisório das mãos do Departamento para as mãos da Defesa. Isso foi algo bastante importante, pois significou a vitória da agenda de um grupo muito bem articulado, que suplantou em importância até mesmo o grupo responsável pela formulação da política externa estadunidense.

Dessa forma, o objetivo desta seção é analisar este rito de passagem do eixo central de poder na questão da política externa americana em relação a Cuba. Também é importante perceber o papel da Lei de Reforma Agrária, das nacionalizações e da radicalização do movimento 26 de julho nessa mudança que ocorreu dentro do processo de formulação da política externa estadunidense.

Como comentado anteriormente, a manobra política que afastou o presidente Manuel Urrutia e um grande grupo de moderados do centro do governo cubano, irritou bastante a cúpula do governo americano. Aquilo era visto como um sinal de que a revolução estava pendendo para um caminho complicado, que eventualmente acabaria flertando de maneira muito perigosa com o comunismo. Já não existia mais a esperança por parte dos diplomatas americanos que os moderados pudessem retomar o poder. Agora eles sabiam que, além de lidar com um governo revolucionário a poucos quilômetros da Flórida, este governo estava se tornando a cada dia mais antiamericano.

Esse pessimismo se revela em boa parte quando Harry Turkel¹²⁹, Diretor do escritório de assuntos econômicos interamericanos, fez um relatório explicando a situação financeira de Cuba. Ele explicava que o país vivia uma situação muito complexa, pois o déficit na balança comercial girava em torno de 100 milhões de dólares por ano. Era também destacado por Turkel que as reservas eram muito baixas e que a situação era agravada pelo baixo preço do açúcar no mercado internacional, a principal fonte de exportação do país.¹³⁰

O diplomata afirmava que as obras públicas estavam paradas desde os tempos de Batista, e que não havia um cronograma de retomada dessas obras. Tendo em vista esses problemas, Harry Turkel comentava assim as chances de Castro de sobreviver ao primeiro ano de governo:

“Eu prevejo que Castro, visando sobreviver, vai tomar posse de todos os elementos da economia nacional, do mesmo jeito que Perón. Se ele fizer isso, (e evitar uma guerra ou seu assassinato) ele pode sobreviver a este ano. Ao contrário de Perón, contudo, ele teve o azar de assumir o poder quando: (1) as reservas monetárias estão exauridas, e (2) o preço da maior exportação do país está muito baixo.”¹³¹

Diante disso, Turkel fez três recomendações básicas ao governo no campo das relações econômicas com Cuba:

“Um empréstimo para equilibrar os pagamentos poderia ter sido considerado somente enquanto ainda havia esperança de se colocar os moderados na ascendência do governo. Esta esperança está acabada. Além do mais, considerando as políticas domésticas de Castro, um empréstimo para saldar a balança de pagamentos seria dinheiro perdido e o início de um dreno sem fim.”¹³²

Turkel prossegue:

¹²⁹ Diretor do Escritório Interamericano Regional de Assuntos Econômicos.

¹³⁰ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 546.

¹³¹ *Op. Cit.* P. 547. “I predict that Castro, in order to survive, will take over the direction of all elements of the national economy, as did Peron. If he does this (and avoids assassination and war) he may survive this year. Unlike Peron, however, he has bad luck to take over when: (1) the monetary reserves are exhausted, and (2) the price of the country’s major exports is too low.”

¹³² *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P.548. “A balance of payments loan could have been considered only while there was still hope of putting the moderates in the ascendancy. That hope is gone. Moreover, considering Castro’s domestic policies, a balance of payments loan would be money lost and the beginning of a never-ending drain.”

“Existem muitas outras armas no arsenal da guerra econômica: proibição de empréstimos públicos e privados, tratamento comercial discriminatório, desencorajamento de investimentos e impedimento de transações financeiras. Algumas dessas armas tem vantagens duvidosas, outras são desnecessárias ou são duras demais. Eu creio que o uso de qualquer uma medidas agora seria algo contraprodutivo.”¹³³

E por fim:

“Suponhamos, contudo, que nós estivermos em janeiro, e as relações de Cuba com os EUA se deterioraram ainda mais, mas não a ponto de usarmos o martelo da autoridade de cortar a cota cubana. A legislação do açúcar precisa ser passada em 1960 e dura geralmente 4 anos. Nós não gostaríamos de uma extensão de 4 anos que garantisse para Castro o mercado norte-americano para este período, seria recompensar a delinqüência.”¹³⁴

O memorando de Turkel realmente é bastante rico em dados e inferências, mas mais que isso, ele retrata bem o ponto de inflexão pelo qual passava a percepção de setores da formulação da política externa estadunidense sobre Cuba. Pode-se reparar a modificação dos termos e do tratamento que era dado ao novo regime que havia se instalado na ilha. Os clamores de não-intervenção e entendimento desaparecem, sendo substituídos por “guerra econômica” e “pressão”.

Neste momento é válido retomar Hans Morghenthau, porque ele afirmava em seus trabalhos que a projeção econômica é uma estratégia que avança sobre uma mera persuasão ideológica. Como dito anteriormente, uma potência deve lidar de maneira equilibrada com as três dimensões do poder na política internacional. De

¹³³ Idem. “There are many other weapons in the arsenal of economic warfare: prohibition against public and private loans, discriminatory trade treatment, discouragement of investment and impeding of financial transactions. Some of these are double-wedged weapons, others are necessary or too harsh. I believe that the use of these at this time would be counter-productive.”

¹³⁴ Op. Cit. P.551. “Suppose, however, that when we get to January, Cuban relations with the US have deteriorated to further, but not to the point where we want to use the sledge hammer of seeking authority to cut to cut the Cuban quota. Sugar legislation must be passed in 1960 and it is generally for 4 years. We would not want an extension for 4 years which would guarantee Castro’s US market for that period; it would be rewarding delinquency.”

acordo com o autor, quando se esgotam as possibilidades de se resolver uma questão através da via pacífica, a pressão econômica se configura no segundo instrumento de pressão. Assim fala o autor:

“O imperialismo econômico é menos invasivo e, de modo geral, menos eficaz que a modalidade militar, além de constituir um produto dos tempos modernos, na qualidade de método racional de ganhar poder.”¹³⁵

O governo americano acreditava que essa pressão seria suficiente para fazer Castro pelo menos deixar de lado por um tempo planos mais ambiciosos de nacionalização e reforma agrária. Se pensava na Casa Branca, que a dependência que os cubanos tinham em relação ao açúcar e ao mercado estadunidense como comprador principal bastariam para que Castro moderasse a si mesmo e seus correligionários mais entusiasmados, como Raul Castro e Che Guevara.

E de fato, os Estados Unidos compravam metade da plantação de açúcar de Cuba, e por um preço muito vantajoso em relação ao oferecido no mercado internacional. Essa benesse vinha do estreito relacionamento americano com a ilha, que se tornou ainda mais profundo após 1898. A troca era de que os americanos investiam na ilha tecnologia, capital e davam acesso ao seu vasto mercado. Em retorno, recebiam grandes extensões de terra seguras pelo governo, além de mão-de-obra barata, o que maximizava os lucros de firmas estadunidenses. Moniz Bandeira explica a dependência cubana em relação ao açúcar:

“As exportações totais de Cuba, para as quais o açúcar contribuía com mais de 80%, representavam cerca de 30% do Produto Interno Bruto, o que era uma proporção bastante elevada, e o mercado norte-americano absorvera, antes da vitória da revolução, nada menos que 65,6% (1955), 62,0% (1956), 54,4% (1957), e 63,3% (1958).”¹³⁶

Assim, se configura uma situação bastante complexa em termos de possibilidades de algum diálogo entre americanos e cubanos. A lei de reforma

¹³⁵ MORGENTHAU, Hans J. *A Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. São Paulo: Editora UnB, 2003. P.122.

¹³⁶ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. P. 219.

agrária afetava diretamente os investimentos estadunidenses, já que implicava na perda dos lucrativos latifúndios. Já para Castro, a reforma agrária era algo vital para o seu plano de governo, que atuava dentro de uma perspectiva socialista e nacionalista. A querela não se resumia a Cuba, já que o tema era bastante discutido na América Latina ao final dos anos 50, principalmente via CEPAL. Uma série de reformas no campo foram até mesmo patrocinadas pelos Estados Unidos em países como o Japão. Por isso, governantes latinos de ramos da esquerda pediam o apoio estadunidense nas reformas em seus países, o que acabava não ocorrendo.¹³⁷

O grupo wilsoniano do Departamento de Estado, tentava conter o ímpeto dos “falcões” do executivo estadunidense, que diante dos novos eventos na ilha estavam se articulando para uma ação militar. Assim, o grupo das “pombas” tentava articular rapidamente algum entendimento com o governo de Castro. Uma dessas tentativas realizadas foi o encontro de Phillip Bonsal com Raul Roa¹³⁸, o novo ministro das relações exteriores de Cuba. Neste encontro, Bonsal afirmava que ainda havia uma simpatia geral com o movimento revolucionário, e que os Estados Unidos se identificavam com Cuba na questão da liberdade e da busca de oportunidades.¹³⁹

Contudo, o embaixador se mostrava bastante preocupado com a severa deterioração das relações entre os dois países. Mas ele atribuía grande parte disso aos discursos antiamericanos que Castro fazia seguidamente. Assim, Bonsal sugeria através de Roa, que o ministro ponderasse para que Fidel moderasse aquelas declarações, pouco adequadas para um momento de tamanha tensão.

Por fim, Bonsal ponderou que os investimentos americanos eram algo benéfico para a ilha, e que por isso, mereciam maior respeito. Os investimentos em açúcar, gado, telefonia, mineração somente poderiam continuar colaborando com o “progresso” do país, de acordo com o embaixador.¹⁴⁰ Apesar da tentativa realizada pelo diplomata estadunidense naquele momento, ele mesmo reconhecia que a situação era muito complicada. Tanto que, em seu primeiro telegrama após o

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Representante cubano na OEA, de janeiro até junho de 1959. Após esse período foi ministro das relações exteriores de Cuba.

¹³⁹ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 569.

¹⁴⁰ Op Cit. P. 572.

encontro com Roa, ele admitia que os Estados Unidos deveriam evitar qualquer compromisso de longo prazo com Cuba, graças a incerteza do momento.¹⁴¹

Incerteza realmente é a palavra que melhor define este momento das relações entre os dois países. A situação de ambos no plano diplomático era muito semelhante, pois os dois estavam sofrendo uma forte luta interna na formulação de sua política externa. E em ambos países, os moderados perdiam força rapidamente diante de forças políticas que pediam medidas mais enérgicas. Além, do mais, os investimentos estadunidenses em Cuba não eram poucos, e havia muito em jogo, como comenta Maria Rita Guersio:

“Até a revolução, 90% das minas, 50% das terras, 67% das exportações e 75% das importações cubanas estavam sobre influência norte-americana.¹⁴²”

Diante de tal cenário, era evidente que alguma espécie de acerto entre os dois governos era algo bastante difícil. Havia ainda a questão das compensações para as eventuais perdas americanas, que geravam uma imensa polêmica. De um lado, os empresários estadunidenses que consideravam fraca a proposta cubana. E de outro lado, membros da revolução como Che Guevara que defendiam a nacionalização ampla e sem nenhuma espécie de compensação.¹⁴³

Castro havia sugerido que o dinheiro das perdas de propriedade seria devolvido através de títulos governamentais de 20 anos baseado em taxas municipais. Uma proposta que o embaixador Bonsal percebeu como “justa e pertinente”.¹⁴⁴ Mas o embaixador ainda continuava afirmando que tudo dependia muito das reações de Fidel, e de uma postura mais contida do mandatário cubano em seus discursos que eventualmente tivessem os Estados Unidos como tema.

Contudo, a argumentação de uma nacionalização para promover justiça social através da via revolucionária, nunca foi a predileta muito do corolário econômico estadunidense, especialmente no período da Guerra Fria. Principalmente para o

¹⁴¹ Op. Cit. P. 574.

¹⁴² COGGIOLA, Oswaldo. (org). *Revolução Cubana: História e problemas atuais*. São Paulo: editora Xamã, 1998. P. 125.

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P.578.

governo Eisenhower, que possuía fortes ligações com a América Corporativa e com a vertente liberal do conservadorismo norte-americano. Como analisado por Hugh Brogan:

“As grandes corporações recuperaram a sua confiança durante a prosperidade dos anos 40 e começo dos 50; e agora eles se sentiam prontos para tomar o país novamente, e governá-lo como nos velhos tempos.”¹⁴⁵

Tal ponto de vista pode ser percebido no discurso do diplomata John Hill, falando sobre a tentativa de mudança social em Cuba:

“...a questão se levanta: quem realmente quer a revolução social em Cuba. A resposta óbvia é que a minoria da classe média, que se constitui de jovens estudantes radicais, ex-estudantes e intelectuais, quase sempre marxista-nacionalistas. E também se constituem de antiamericanos e algumas vezes também de alguns elementos de orientação comunista. Este elemento, especialmente na América Latina, tende a ser o componente mais ousado e articulado na sociedade...”¹⁴⁶

No discurso de Hill podemos perceber claramente o amálgama de duas vertentes do conservadorismo estadunidense, o liberalismo econômico e o anticomunismo. Era realmente algo forte dentro de setores do executivo americano a idéia de que a América Latina estava minada por esses “estudantes radicais”, que eram uma minoria pseudo-intelectualizada, na percepção americana. E que esses jovens, com pouca experiência e capacidade de julgamento, eram um alvo fácil para uma ideologia como o comunismo, que pregava justiça e mudança imediatas.

O problema era que muitas vezes os estudantes e as classes intelectualizadas da América Latina realmente desejavam justiça social, sem qualquer ligação com movimento comunista. Mas no imaginário anticomunista

¹⁴⁵ BROGAN, Hugh. *The Penguin History of the United States*. London: Penguin Books, 2001. P. 609.

¹⁴⁶ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 585.”...the question arises: who really wants social revolution in Cuba. The obvious answer is that it is that the minority of the middle class constituting young radical students and ex-students and intellectuals, almost always Marxist-Nationalist and Anti-american orientated and sometimes also of Communist coloration. This element, especially in Latin America, tends to be the most articulate and boldest element in the society...”

estadunidense¹⁴⁷, essa ligação era óbvia, especialmente num contexto conflituoso como aquele de 1959. E tal percepção acabava por aumentar os temores de uma maior presença comunista na ilha, e fortalecia os setores anti-Castro na formulação da política externa estadunidense.

Essa visão acabou sendo reforçada pela visita de Che Guevara ao Egito e a Iugoslávia, em agosto de 1959. O setor de inteligência do Departamento de Estado interpretou o “tour” como uma tentativa da política externa cubana de buscar aliados entre os não-alinhados, o que poderia se configurar na constituição de um novo padrão na inserção internacional cubana. Gordon Arneson, o diretor do setor de inteligência analisou a viagem:

“Em cada país que ele visitou, Guevara aproveitou a ocasião para se mostrar crítico aos Estados Unidos, tanto em declarações públicas como em declarações privadas. No Egito, ele afirmou que os Estados Unidos se opõem ao regime de Castro porque eles temem que se Castro for bem sucedido, Cuba vai se transformar em um modelo para toda América Latina, e isso vai significar o fim do “Imperialismo Americano” por lá.”¹⁴⁸

As declarações de Guevara conseguiam gerar um mal estar imenso justo aos diplomatas estadunidenses. Seus discursos, somados aos acordos econômicos assinados e aos boatos de busca de armas no bloco oriental eram uma demonstração clara para os Estados Unidos que os cubanos buscavam um afastamento da esfera norte-americana.¹⁴⁹

Che Guevara merece ainda mais uma menção, pois na primeira fase do governo revolucionário, a ala moderada do movimento 26 de julho comandava a economia e a diplomacia. Porém, após o “expurgo” dos moderados, a ala chamada de radical pelo Departamento, tomou as rédeas da situação econômica. E o maior

¹⁴⁷ Ver PIKE, Fredrick. *The United States and America Latina: myths and stereotypes of civilization and nature*. Austin: University of Texas Press, 1992. p.307.

¹⁴⁸ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 590. “In each country he has visited Guevara has taken the occasion to make public and private statements critical of the United States. In Egypt, he stated that the United States opposes the Castro regime it fears that if Castro succeeds, Cuba will become a model for all Latin America and this will mean the end of the ‘american imperialism there.’ ”

¹⁴⁹ Encontros como esse de Che e Nasser insuflavam a questão do mito da Guerra Fria, de uma união de Comunistas e neutralistas para a derrubada do status quo norte-americano. Sobre o mito, ver MEAD, Walter Russell. *Uma orientação especial: A política externa norte-americana e a sua influência no mundo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército editora, 2006. Pp. 97 – 100.

defensor de um modelo econômico com uma passagem do capitalismo para o socialismo mais rápida, era justamente Guevara. A sua percepção de economia dificultava ainda mais as relações entre os dois países. Sobre essa sua participação, comenta Vinícius Bandeira:

“Para Guevara, era mais importante firmar a consciência revolucionária do que estimular materialmente os indivíduos. Ele pretendia que os trabalhadores se sentissem e fossem efetivamente os donos da revolução, responsáveis por seu desenvolvimento em direção ao comunismo. Daí sua oposição à predominância dos estímulos materiais, que considerava uma medida prenhe do individualismo burguês.”¹⁵⁰

Após as viagens de Che e o aprofundamento da crise relacionada à lei de reforma agrária, o embaixador Bonsal escreve para Herter uma carta pontuando algumas impressões sobre Cuba naquele momento. Bonsal escreveu em um tom bastante pessimista em relação a Castro, algo bastante incomum para o padrão das correspondências do diplomata. Ele afirmava que todo dia havia uma “enxurrada” de declarações contra os Estados Unidos, por parte das lideranças do movimento. E que ao mesmo tempo, Castro parece não estar atento às “ofensas” e à “ameaça” que o comunismo internacional representava para o continente.

Duas semanas depois, o Departamento de Estado enviou um telegrama com as novas instruções sobre a política em relação a Cuba. Este memorando delineava as correções necessárias para a nova situação cubana, que era de um estado de ruptura diplomática iminente. O memorando iniciava mostrando os objetivos da política externa estadunidense naquele momento:

“A política de comedimento e paciência tem sido desenvolvida para atingir um certo número de objetivos. Ao final de 1959, este governo, enquanto reconhecia a repugnância crescente do povo cubano em relação aos excessos de Batista, bem como o desejo pela restauração do processo democrático, estava também seriamente preocupado com o antiamericanismo do movimento 26 de julho, sobre indicações de ligações com o comunismo entre importantes elementos da liderança do movimento, e sobre a probabilidade de que a chegada ao poder do grupo radical revolucionário de

¹⁵⁰COGGIOLA, Oswaldo. (org). *Revolução Cubana: História e problemas atuais*. São Paulo: editora Xamã, 1998. P. 87.

Castro poderia seriamente danificar a estabilidade social, econômica e política de Cuba.”¹⁵¹

O memorando acrescentava que um corolário havia sido desenvolvido para que se pudesse criar alguma espécie de harmonia nas relações cubano-americanas no começo de 59. E que mesmo em caso de uma reação inicial não favorável por parte de Castro, os Estados Unidos deveriam manter uma atitude cuidadosa para evitar algum incidente diplomático de maior monta.

Após esta primeira parte, eram apresentadas as questões que levavam o Departamento de Estado a sugerir uma modificação de rota. Primeiramente foi argumentado que Castro demonstrava, a cada dia, dirigir-se para uma ditadura, mesmo tendo chegado ao poder como o símbolo da antiditadura. Os direitos civis e as liberdades individuais, na forma que o governo estadunidense a compreendia, não estavam sendo respeitadas.

Outro aspecto importante era o fato de que os cubanos estavam tentando “exportar” a sua revolução para os outros países da América Latina e do Caribe. E realmente, tentativas fracassadas de influenciar a vida política do Haiti e na República Dominicana já haviam sido realizadas.¹⁵² Esse objetivo era algo incompatível com os interesses estratégicos estadunidenses na região. Já que existia muito dinheiro investido em indústrias, plantações e serviços diversos. Também existia a questão das bases, dos campos de testes de mísseis e foguetes no Caribe, importantes para a corrida espacial que havia iniciado. Ou seja, era uma área de influência muito importante e que não poderia ser perdida para um movimento de caráter duvidoso, aos olhos dos estadunidenses. Além de se constituir em um desafio aberto ao *status quo* americano, vigente na região desde o século XIX.

¹⁵¹FRUS. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 600. “The policy of restraint and patience has been designed to achieve a number of objectives. By late 1959, this Government, while recognizing the increasing repugnance of the Cuban public towards the excesses with the Batista Government and the popular desire for the restoration of the democratic processes, who was also seriously concerned about the anti-americanism then already evident in Castro’s ‘26 of July’ movement, about indications of Communist among important elements of the movement’s leadership, and about the probability that the coming of Castro’s radical revolutionary group would seriously disrupt the social, economic and the stability of Cuba.”

¹⁵² Ver BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. Cap VIII.

Por fim, o contato cada vez maior entre a revolução e o comunismo era um ponto de grande preocupação. Não se considerava Castro um comunista, mas a crescente participação dos comunistas no novo governo, o descaso de Fidel pelo combate ao “comunismo internacional” e as constantes declarações contra o governo americano, vindas de importantes dirigentes do 26 de julho, davam a sensação de que o grupo pendia cada vez mais para o bloco oriental. E , de acordo com o memorando escrito por Herter para as embaixadas na América Latina, Castro seguia uma linha semelhante a de Salvador Allende e Arévalo da Guatemala.¹⁵³

O memorando teve um grande impacto, pois iniciou uma série de reuniões que iriam culminar com a efetivação de uma política praticamente explícita de remoção do governo revolucionário em Cuba. A primeira dessas reuniões, para se debater novos rumos se, deu em 18 de setembro em Washington. Lá estavam reunidos Roy Rubottom e John Hill pelo ARA, William Wieland, Robert Stevenson¹⁵⁴ e Richard Owen¹⁵⁵ pelo CMA. Somando-se a estes cinco diplomatas, se encontrava ainda o embaixador Phillip Bonsal.

O primeiro a falar foi Roy Rubottom, comentava que sabia que a revolução em Cuba iria trazer mudanças, mas esperava que um bom relacionamento poderia ter sido mantido. Ele lamentava que as coisas tivessem mudado tão rapidamente, mas que o governo cubano deveria entender que não poderia receber nenhuma ajuda financeira norte-americana enquanto continuasse a confiscar os bens de cidadãos estadunidenses naquele país. Contudo, Rubottom tinha medo de que uma política de retaliação econômica poderia ao mesmo tempo trazer ainda mais tensão com Cuba e problemas com certos setores *liberais* da sociedade americana.¹⁵⁶

O embaixador Bonsal afirmava que a revolução como estava posta naquele momento, era apenas um fenômeno passageiro ou era de fato uma permanência na política cubana. Ele também argumentava que essa reação contra os Estados Unidos era algo natural, pois o governo americano havia apoiado Batista durante muito tempo, o que passava uma idéia de revanche contra os estadunidenses. O

¹⁵³ Op. Cit. P. 601.

¹⁵⁴ Robert Stevenson era da Divisão de Pesquisa e Análise para as Repúblicas Americanas até dezembro de 1958. Após isso, foi Oficial encarregado dos assuntos cubanos no Escritório de Assuntos Mexicanos e Caribenhos, entre dezembro de 1958 e outubro de 1960. Por fim, foi diretor do Escritório de Assuntos Caribenhos e Mexicanos.

¹⁵⁵ Membro do Escritório de Assuntos Mexicanos e Caribenhos.

¹⁵⁶ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P.603.

embaixador considerou que o futuro de Cuba estava no conflito entre moderados x radicais dentro do governo cubano, e, que esse conflito ainda não estava decidido.¹⁵⁷

O último a tomar a palavra foi William Wieland, um dos árdios defensores da política de não intervenção:

“Todos nós temos sido ferozes advogados em estender a mão da amizade para Cuba e adotar uma atitude paciente e tolerante, mas não podemos continuar esta política muito tempo sem que algum fato positivo se apresente em sua justificativa.”¹⁵⁸

Este memorando, somado ao telegrama anterior, são de grande importância como registro da mudança de orientação da política externa estadunidense para Cuba. A mensagem passada por Wieland e Rubottom era de decepção com o governo cubano e, ao mesmo tempo, de capitulação diante dos interesses dos setores que defendiam uma política mais dura em relação ao novo regime.

A impressão passada era a de que o Departamento de Estado desistiu do seu ponto de vista, e cedeu diante dos fatos e da imensa pressão dos grupos ligados aos ramos mais conservadores da direita estadunidense, que concebiam uma política para a América Latina com o foco na defesa hemisférica e não no desenvolvimento econômico. Os fatos pareciam mostrar aos diplomatas que não havia mais sentido em continuar a disputa interna com estes grupos, e que era a hora de buscar uma estratégia adaptável para Cuba dentro de uma concepção muito diferente da anterior. Esse momento vem a mostrar mais uma vez que, apesar da primazia do Departamento de Estado nas questões externas, às vezes o Departamento tem de ceder diante de grupos intra estatais mais fortes, como comenta Walter Russell Mead:

“Embora essa extraordinária e profusa selva burocrática tenha atingido a sua plena e luxuriante exuberância ao final do século XX, o modelo de organização caracterizado pelo fracionamento da autoridade, breves mandatos e rivalidade interna do poder executivo é muito antigo nos Estados Unidos e vem frustrando presidentes e secretários de estado desde que George Washington tentou resolver as disputas entre o

¹⁵⁷ Op. Cit. P.604.

¹⁵⁸ Op. Cit. P. 605. “We have all been staunch advocates of extending the hand of friendship to Cuba and adopting a patient, tolerant attitude, but we cannot continue this policy much longer without some positive achievement to show in this justification.”

secretário do tesouro Hamilton e o secretário de Estado Jefferson, na década de 1790.”¹⁵⁹

Assim, os diplomatas do ARA e do CMA continuaram a sua rodada de reuniões na busca da formulação da nova estratégia para Cuba. Outro momento importante se deu no encontro entre diplomatas e diretores das maiores empresas produtoras de açúcar dos Estados Unidos. O grupo do açúcar começou exigindo do governo americano uma resposta em “linguagem firme”. E também pediram que as plantações de cana fossem retiradas da lei de reforma agrária.¹⁶⁰

Levando-se em conta que pelo menos 50% da terra que se pretendia que fosse distribuída estava nas mãos dos plantadores de cana americanos, essa era uma demanda difícil de ser cumprida. A não ser que fosse pela força, algo que não havia sido colocado em pauta na reunião até aquele momento. Roy Rubottom agradeceu as sugestões dos empresários e afirmava que o Departamento de Estado tinha de maneira continuada lembrado ao governo cubano da importância dos investimentos americanos na ilha, geradores de “emprego e riqueza.”¹⁶¹

Já o embaixador Bonsal estava focado na questão da compensação, a qual ele havia enfatizado que seria de acordo com a proposta estabelecida em junho¹⁶², era a mais viável naquele momento. E que, apesar das dificuldades que as empresas estadunidenses enfrentavam no momento em Cuba, ele acreditava que os cubanos não possuíam “tendências suicidas.”¹⁶³ Rubottom alegou que o termo “punição” não era algo adequado ainda para aquele momento, mas tanto Thomas Mann como Phillip Rosenberg¹⁶⁴ disseram que Cuba merecia uma espécie de punição. Ambos também haviam concordado que com Castro no poder não existiria mais possibilidade de mediação.

Os empresários também demonstraram a sua irritação com o Instituto Nacional da Reforma Agrária (INRA), afirmando que eram vítimas de uma série de

¹⁵⁹ MEAD, Walter Russell. *Uma orientação especial: A política externa norte-americana e a sua influência no mundo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército editora, 2006.P. 72.

¹⁶⁰ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 606.

¹⁶¹ *Idem*.

¹⁶² *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 604.

¹⁶³ *Op cit*, pág. 607.

¹⁶⁴ Presidente da Vertientes-Camaguey Sugar Company.

assédios políticos por parte de autoridades cubanas. Esse pretendo assédio estaria atrapalhando as atividades agrícolas, bem como gerando um clima de desconfiança para futuros investimentos em Cuba.¹⁶⁵

As necessidades da América Corporativa¹⁶⁶ demandavam a organização de um forte grupo de pressão em torno de uma política mais rígida em relação ao movimento liderado por Fidel Castro. Essa resposta passava imediatamente por exigências desse grupo econômico sobre os organismos de defesa do Estado norte-americano, onde certamente haveria similaridades no discurso. Sobre a questão dos grupos de pressão na democracia estadunidense, comenta Abraham Holtzman:

“ Em uma democracia, grupos de interesse são atores coadjuvantes dos partidos políticos. Estes , por sua vez, não são apenas um apêndice nem a maior personificação do Estado, como nas ditaduras modernas. Usualmente os partidos são mais poderosos que os grupos de interesse. Contudo, freqüentemente, ambos estabelecem uma parceria, e as vezes, os partidos políticos são dependentes destes grupos. Particularmente nos Estados Unidos, grupos de interesse podem apelar ao eleitorado e ao povo para rever decisões governamentais e partidárias.”¹⁶⁷

Washington continuou sendo um campo de intensa luta política ao longo do mês de outubro de 59, os diplomatas ligados aos assuntos de América Latina realizavam seguidas reuniões para se debater a crise em Cuba. Em primeiro de outubro, houve outra reunião conjunta do ARA e do Escritório de Assuntos Mexicanos e Caribenhos (CMA), além do embaixador Bonsal. A sugestão que parte dos diplomatas do ARA é a seguinte:

“O Sr. Rubotton e o Sr. Snow sugeriram que deveríamos considerar a possibilidade de procurar somente manter relações nos patamares mínimos aceitáveis com o presente regime cubano.”¹⁶⁸

¹⁶⁵ Op. Cit. P. 610.

¹⁶⁶ Para melhor entendimento do conceito , ver GORDON, John Steele. *An Empire of Wealth: the epic history of American economic power*. New York: Harper Perennial, 2005..

¹⁶⁷ MONSMA, Stephen V. VAN DER SILK, Jack R. (orgs). *American politics: research and readings*. New York: Holt, Rinehart and Winston inc., 1970. P. 599.

¹⁶⁸ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 617. “Mr. Rubotton and Mr. Snow suggested that we should consider the probability that we should seek to maintain only minimal acceptable relations with the present Cuban regime.”

Ao longo da reunião, tanto Rubottom como Snow defenderam que o Departamento deveria manter na medida do possível as cotas do açúcar cubano e que nenhum empréstimo poderia ser dado a Cuba, por causa de sua política econômica oposta aos ditames do FMI. Ambos se mostravam bastante hesitantes com uma nova política de apaziguamento, e até mesmo afirmaram que caso os russos ou os tchecos entrassem na polêmica, a política americana teria que ser ainda mais dura.¹⁶⁹

Não houve discordância por parte dos outros membros presentes na reunião em relação às opiniões dos dois diplomatas. É bastante interessante perceber que os defensores das políticas mais amenas para Cuba haviam mudado de opinião tão rapidamente. Como já comentado anteriormente, tal oscilação abria um vácuo que tinha de ser preenchido na política externa estadunidense.

A situação se agravou ainda mais com a dissolução do gabinete ministerial realizada por Castro em meados de outubro. Através dela, os moderados perdiam ainda mais espaço no governo cubano. Um bom exemplo disso é a colocação de Raul Castro como chefe das forças armadas, bem como o aumento dos poderes do INRA sobre até mesmo instituições culturais. O embaixador Bonsal considerou aquilo um evento perturbador.¹⁷⁰ Sobre o caráter do INRA, comenta Richard Gott:

“...O Instituto Nacional para Reforma Agrária logo se tornou a real base do governo revolucionário. O INRA, baseado no que um dia foi a sede de Batista, possuía um Departamento da Indústria, comandado por Che Guevara, uma milícia de 100.000 homens que era liderada por Raul Castro, e um Departamento de Comércio. Pela definição, o INRA estava ocupado cuidando de tudo relativo a reforma agrária, mas essa tarefa logo incluía também construção de estradas e casas, e se expandiu ainda mais para cobrir saúde, educação e até mesmo a defesa.”¹⁷¹

Em 23 de outubro finalmente se atinge o ponto de inflexão, onde Roy Rubottom escreve para Robert Murphy, pedindo que o Departamento de Estado legitime a nova política de ruptura diplomática com Cuba. Assim fala Rubottom:

¹⁶⁹ Op Cit. P. 620.

¹⁷⁰ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 628.

¹⁷¹ GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006. P. 171.

“Baseado nas evidências de que as políticas e programas do governo de Castro são inconsistentes com os requerimentos mínimos para boas relações entre Cuba e os EUA e que os objetivos dos EUA para Cuba e América Latina não serão alterados, a exceção de ações resultantes da oposição cubana e/ou uma mudança no regime cubano.”¹⁷²

Rubottom prossegue:

“Como vocês estão cientes, nós temos dado a Castro toda oportunidade de seguir um curso consistente com as boas relações entre Cuba e os EUA e temos exercido grande comedimento público para que fosse possível que ele mudasse as suas atitudes e políticas caso ele realmente tivesse algum interesse em manter os laços de amizade e interesse comum que ligaram este país a Cuba. Até esta data, ele tem falhado no “teste” pelo qual as suas intenções a respeito do bom relacionamento podem serem julgadas.”¹⁷³

Ao fim do memorando, Rubottom pedia que o novo padrão fosse aprovado pelas instâncias superiores do executivo estadunidense, e alegava que isso era muito importante para a manutenção da segurança estadunidense na região do Caribe. Neste ponto, finalmente se chega ao memorando apresentado no começo do capítulo 3, no qual o Departamento de Estado deixa de ser o contraponto na política para Cuba, em que se encerra a luta interna entre os ramos do executivo e as forças do governo estadunidense convergem para um ponto em comum, que é a derrubada do regime de Castro.

Poucos dias depois, é lançada a minuta que efetiva, no Departamento, a política sugerida por Rubottom, e já há muito tempo defendida pelo Pentágono e pela CIA. O memorando define a nova política para Cuba desta forma:

¹⁷² Op. Cit. P. 636. “It is based on an assessment that the policies and the programs of the Castro Government which are inconsistent with the minimal requirements of good Cuban-US relations and with US objectives for Cuba and Latin America will not be satisfactorily altered except as a result of Cuban opposition to Castro’s present course and/or a change in the Cuban regime.”

¹⁷³ Idem. “As you are aware, we have been giving Castro every opportunity to follow a course consistent with good Cuban-US relations and have exercised in public great restraint in order to make it possible for him to modify his his attitudes and policies if he had any inclination to maintain the bonds of friendship and common interest which have linked this country to Cuba. To date, he has failed the ‘test’ by which his intentions with respect to maintaining good relations can be judged.”

“O imediato objetivo dos Estados Unidos com respeito a Cuba é o desenvolvimento de uma situação na qual, não mais do que até o fim de 1960, o governo que então esteja no controle de Cuba deve, tanto na política externa como na interna, atender minimamente os padrões e objetivos indicados no OCB em seu planejamento de operações regionais para a América Latina, que dita os objetivos básicos da política dos Estados Unidos para os países latino-americanos.”¹⁷⁴

A minuta ia ainda mais além, recomendando que deveria se evitar a impressão de uma pressão direta. Ou seja, operações secretas seriam o melhor padrão para lidar com o problema enfrentado, abrindo, assim, espaço para as operações paramilitares coordenadas pela CIA. Também estava incluído no pacote atitudes para reforçar a oposição cubana e também uma campanha publicitária na América Latina visando mostrar uma imagem mais positiva dos Estados Unidos.¹⁷⁵

A ofensiva coordenada entre Departamento de Estado, Pentágono e CIA não parava por aí. Em uma reunião conjunta com o Departamento de Justiça e o FBI se discutiu a questão dos exilados cubanos e o seu papel na complexa conjuntura daquele momento. Tanto a Agência Federal de Aviação¹⁷⁶ como o FBI diziam ser impossível monitorar todos os vôos clandestinos que saíam da Flórida para bombardear as plantações de cana em Cuba.

De acordo com a FAA, existiam 200 campos de aviação de pequeno porte, que teriam de serem monitorados 24 horas por dia. E não havia efetivo para tanto, como foi prontamente alegado pelo FBI. O procurador-geral William Rodgers chegou até mesmo a afirmar que “não estava com vontade de punir ninguém.” Contudo, os diplomatas pontuavam que uma situação muito complicada poderia ter início, caso o governo desse a sua benção aos atos ilícitos dos exilados, que eram muitos.¹⁷⁷

¹⁷⁴FRUS. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 638.OCB é o *Operations Coordination Board*. O OCB foi extinto na Administração Kennedy em 1961 por estar se sobrepondo as tarefas do Departamento de Estado.”The immediate objective of the United States with respect to Cuba is the development of a situation in which, not later than the end of 1960, the Government then in control of Cuba should, in its domestic and foreign policies, meet at least minimally the objectives and the standards indicated in the OCB Regional Operations Plan for Latin America which sets forth the basic United States policy objectives for Latin American countries.”

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ Federal Aviation Agency. FAA.

¹⁷⁷ Op. Cit. P. 645.

Algum tempo depois, em nova reunião do Conselho de Segurança Nacional, o procurador Rodgers perguntou se eles deveriam prender os exilados que conspiravam contra Castro. Allen Dulles respondeu que eles deveriam ser deixados em paz, desde que não quisessem trazer Batista de volta. E Dulles acrescentou que “muitas coisas interessantes” poderiam ser feitas em operações secretas.¹⁷⁸

Enquanto a CIA cuidava das operações secretas contra Castro, o Secretário Herter buscava acertos diplomáticos visando ao apoio para a nova política em relação a Cuba. Assim, o Secretário escreveu para o Ministro das Relações Exteriores da Grã-Bretanha Lloyd Selwin. Nessa carta, se efetivou um acerto entre as duas nações, onde a Inglaterra se comprometia a não vender armas para Cuba, bem como exercer pressão sobre os aliados ocidentais para que o mesmo fosse feito.¹⁷⁹

Ao mesmo tempo, ele reforçou a sua descrença no governo de Castro ao passo que a chamada “ala radical” se consolidava como influência decisiva na articulação política do governo revolucionário. Ele também acreditava que era possível que Fidel caísse logo, e que tal evento era uma “questão de tempo”, nas palavras do próprio Secretário. E por fim, Herter fez uma interessante inferência sobre a esquerda na América Latina:

“Nós também devemos deixar claro que a questão da nossa cooperação com os governos de esquerda na América Latina não se questiona nesta instância. O nosso histórico até agora de respeito e cooperação com a Bolívia e Venezuela deixa claro que a orientação esquerdista não é um obstáculo para obter simpatia e suporte para objetivos legítimos.”¹⁸⁰

Christian Herter buscava através deste argumento mostrar que o problema de Cuba não era a esquerda, mas seria a conturbada trajetória da ilha. Contudo, esse argumento não encontra fundamentação histórica sólida, pois a história de cooperação entre Estados Unidos e as esquerdas latinas é das mais turbulentas da

¹⁷⁸ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P.706.

¹⁷⁹ *Op. Cit.* P. 653.

¹⁸⁰ *Op. Cit.* P. 655.”We should also make clear that the issue of our cooperation with the left-wing governments in Latin America does not arise in this instance. Our record for instance with respect to cooperation with Bolivia and Venezuela makes it clear that leftist orientation is not an obstacle to obtaining sympathy and support for legitimate objectives.”

política externa estadunidense. Os episódios da conturbada visita de Nixon a Venezuela e o pouco desejo em abraçar a Operação Pan-Americana de Kubischek demonstram que o governo de Eisenhower encontrava dificuldades em lidar com os diversos ramos das esquerdas na América Latina.

Logo após a sua consulta com Lloyd Selwin, Herter também reafirmou as medidas decididas por Rubottom e Wieland, que efetivavam o fim da neutralidade americana, e instauravam uma política de combate à influência de Castro nas Américas. O memorando também tinha uma justificativa diferente para a mudança da política estadunidense. Ele afirmava que se a neutralidade em relação aos Estados Unidos pregada por Castro se tornasse o padrão nos países ao sul do continente, toda política de defesa do hemisfério estaria em xeque.¹⁸¹

Enquanto isso, grandes empresários, congressistas anticomunistas, militares, a imprensa e a Casa Branca faziam parte de uma larga lista de insatisfeitos com aquilo que eles percebiam ainda como uma política moderada do Departamento de Estado. Novamente empresários do ramo do açúcar se reuniram com os diplomatas do Departamento. No encontro, os empresários pediram a criação de uma penalidade¹⁸² caso os confiscos continuassem. Porém, Rubottom e Turkel discordavam dessa iniciativa. Eles afirmavam que tal corte poderia comprometer as relações entre os dois países a longo prazo, mesmo caso Castro não estivesse mais lá.¹⁸³

Os diplomatas também argumentaram que isso ia contra as regras do GATT¹⁸⁴ e contra todos os tratados assinados pelos Estados Unidos no plano econômico após a segunda guerra mundial. Por fim, ambas as partes concordaram que seus advogados teriam que cuidar disso muito bem. E o encontro acabou de maneira inconclusiva.

A chance de um entendimento diplomático praticamente havia se encerrado bastante com a indicação de Che Guevara para o comando do Banco Nacional e com as disputas relativas ao orçamento da União estadunidense para o próximo

¹⁸¹ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P.657.

¹⁸² A penalidade consistia em uma multa de 1 centavo de dólar por libra na exportação do açúcar para os Estados Unidos. Os valores ajudariam a criar um fundo de compensação para terras estadunidenses expropriadas.

¹⁸³ *Op. Cit.* P. 678.

¹⁸⁴ Sigla em inglês para *General Agreement on Trade and Tariffs*. Precursor da Organização Mundial do Comércio.

ano. Eisenhower precisava de resultados, e dessa forma esperava que a crise cubana tivesse algum desfecho favorável aos Estados Unidos. Porém, os diplomatas do Departamento avisaram o presidente de duas notícias desagradáveis. A primeira era a de que não havia açúcar suficiente para a demanda americana no mercado mundial, caso Cuba tivesse sua cota cortada. E, segundo, que o corte da cota provocaria um sério dano nas relações diplomáticas com a América Latina.¹⁸⁵ Sem contar os problemas relativos às questões legais do GATT.

John Hill escreveu uma carta para Roy Rubottom, na qual se queixava da pressão do Pentágono para uma ação mais forte, que incluía até mesmo uma intervenção militar na ilha. Hill atribuía esse anseio dos militares estadunidenses não ao fato da belicosidade intrínseca à sua natureza, mas sim ao pouco contato entre o Departamento de Defesa e o Departamento de Estado. E, dentro dessa crença, Hill pediu para Rubottom arranjar um encontro visando explicar aos Chefes do Estado Maior Conjunto a política do Departamento.¹⁸⁶

Contudo, o Departamento de Defesa estava ciente do posicionamento dos diplomatas, mas como de praxe, acreditava que as medidas por eles tomados eram muito leves para o que a circunstância exigia. Os militares estavam sequiosos de uma ação rápida e imediata contra Cuba, antes que Castro se tornasse mais poderoso. Para eles, não havia mais tempo a perder e era hora de lutar pela implementação de seu ponto de vista. Sobre essa disputa, comenta Walter Russell Mead:

“O Pentágono mantém amplos contatos com governos e militares estrangeiros e possui opiniões de peso sobre o conjunto da política externa estadunidense. Quando discorda do Departamento de Estado sobre um ponto qualquer da política externa, em vez de ensarilhar armas em silêncio e sair arrependido, o Departamento de Defesa argumenta acaloradamente em defesa de sua posição ou simplesmente continua a conduzir a sua política sem considerar os pontos de Foggy Bottom.”¹⁸⁷

¹⁸⁵ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 69.

¹⁸⁶ *Op. Cit.* P. 698.

¹⁸⁷ MEAD, Walter Russell. *Uma orientação especial: A política externa norte-americana e a sua influência no mundo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército editora, 2006. P. 72. Foggy Bottom se refere a localização do prédio do Departamento de Estado às margens do Rio Potomac.

Outro pólo de tensão era o Congresso, cujas relações com o governo Eisenhower pioraram muito desde o começo do segundo mandato, e estavam prestes a atingir seu ápice negativo no fim de 1959. A economia estava em recessão, o Sputnik havia sido lançado, os gastos militares aumentavam exponencialmente e 1960 era ano eleitoral, o que significava contar com menor apoio da maioria democrata.¹⁸⁸

Na reunião de número 428 do Conselho de Segurança Nacional, o vice-presidente Nixon¹⁸⁹, que já era um político bem informado sobre os bastidores do poder, avisava a Eisenhower que o congresso iria pressionar o governo. E a principal crítica estaria em torno da política para a América Latina, pois os democratas estavam afirmando que o controle do continente estava sendo perdido por causa de políticas equivocadas da administração.¹⁹⁰ E os conservadores da vertente anticomunista, percebiam os diplomatas do Departamento como "frouxos", como anteriormente comentado.

Por fim, Nixon argumentava que era a hora do Departamento ser mais "discreto" e que não possuía mais autoridade para lidar com a crise. E o executivo teria agora de lidar com o congresso, que iria passar o que bem entendesse, inclusive o corte obrigatório da cota de açúcar cubano.¹⁹¹ Aproveitando-se do momento de fraqueza do executivo, o legislativo acumulava poder no processo decisório da política externa estadunidense.

Mas esse gesto por parte do congresso possuía uma outra explicação, além das já mencionadas anteriormente. Era a questão dos grupos de pressão e lobbies, que começaram a realizar a sua tarefa. Dessa forma, já que os grandes empresários, com diversos interesses em Cuba, em suas reuniões com o Departamento de Estado não encontraram eco às suas demandas, foram pressionar seus congressistas, que por sua vez pressionaram ainda mais o Executivo. Uma reunião no Departamento de Estado entre representantes da *Standard Oil, United Fruit e American & Foreign Power* ilustram bem as motivações dessa pressão:

¹⁸⁸ A maioria democrata no legislativo pressionava o governo para gastar menos com os militares, e repetidas vezes dificultava em muito a aprovação do orçamento da União, gerando um desgaste político considerável ao governo. A economia norte-americana entrou em recessão a partir de 1958, aumentando o desemprego para níveis do pré-guerra. Este movimento recessivo apenas se encerrou em 1961.

¹⁸⁹ DALLEK, Robert. *Nixon and Kissinger*. New York: Harper Collins, 2007. P.25.

¹⁹⁰ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 699.

¹⁹¹ Idem.

“Mr. Balgooyen disse que o Conselho sentiu que existe um crescente desrespeito ao redor do mundo pelos direitos de propriedade e obrigações contratuais. Eles também percebem que esse sentimento está crescendo e que não existe disposição da parte do governo dos Estados Unidos em dar proteção adequada aos investimentos americanos no exterior, apesar de o governo estadunidense ter encorajado o capital americano a investir em outros países.”¹⁹²

Eles ainda argumentavam que dos US\$ 27 Bilhões investidos naquele ano no exterior pelas empresas privadas estadunidenses, US\$ 19 Bilhões que foram colocados na América Latina não poderiam ser tomados sem nenhum ressarcimento por governos que futuramente tentariam emular Castro. O Sr. Collado, representante da *Standard Oil* afirmava que seus acionistas estavam tensos demais, e que não poderia impedir que eles “se dirigissem” aos seus congressistas. E o Sr. Balgooyen novamente advertia que o executivo não poderia evitar que o Congresso tomasse algumas “medidas desagradáveis.”¹⁹³

Esse tipo de argumento tem muito poder na formulação da política externa estadunidense. Os Estados Unidos quase foram à guerra diversas vezes e em outras foram de fato para garantir a liberdade de comércio e bem estar de seus empresários.¹⁹⁴ Isto se apresentou como a culminância de um processo de médio prazo que levou à ruptura de relações entre Estados Unidos e Cuba. Foi um processo intrincado, que, como em toda formulação de política externa, a sua aplicação esteve ligada a conjugação de diversos fatores em um dado momento.

A série de fatores aqui apresentada significou a perda da predominância do Departamento de Estado no processo decisório relativo a Cuba. À medida que outros atores de dentro e de fora do Estado norte-americano começaram a reclamar a sua parcela de poder dentro deste mesmo processo, os ditames da diplomacia

¹⁹²FRUS. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P.708.”Mr. Balgooyen said that the Council felt that there is a growing disrespect throughout the world for property right and contractual obligations. Also they sense that the feeling seems to be growing that there is no disposition on the part of the United States Government to give adequate protection to American investment interests abroad, although the United States Govnment has encouraged American capital to invest in foreign countries.” Mr. Balgooyen era Diretor do Conselho e Vice-presidente executivo da American & Foreign Power.

¹⁹³FRUS. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P.711.

¹⁹⁴Walter Russell Mead se refere a este grupo como “Hamiltonianos”. Eles seriam os representantes da tradicional elite do nordeste americano, que defenderiam um governo centralizado e forte e a indefinida expansão econômica dos Estados Unidos.

norte-americana se modificaram rapidamente. Ao Departamento de Estado nada restava, a não ser a tentativa de manter um certo controle do ritmo dos eventos, mas até mesmo isso foi impossível.

Os diplomatas tentaram persuadir a todos os interessados em Cuba que era possível conviver com Fidel Castro no poder. Mas isso acabou não se provando possível, da mesma forma que diante do rumo que a Revolução Cubana havia tomado, era impossível para Castro conviver com os Estados Unidos. Os interesses eram muito distantes e diversos, e a partir disso se iniciava o período de confrontação entre os dois países que dura até os dias de hoje. Além de interesses nacionais distintos, outro fator que começava a se apresentar era a incompatibilidade sistêmica, já que projeto político cubano cada vez mais se aproximava do socialismo, em contrapartida, os Estados Unidos eram a matriz do capitalismo. Isso naturalmente aproximava Cuba da União Soviética e a afastava da órbita estadunidense.

Por fim, é importante frisar que o ano de 1959 foi um ponto chave no desenvolvimento do contencioso entre Cuba e Estados Unidos. Esse período ajuda a compreender que o relacionamento entre a administração Eisenhower e o governo Castro não foi uma “criança que nasceu morta.” Houve, sim, um processo acumulativo de tensão diplomática e política, que acabou por culminar com a passagem de Cuba do bloco ocidental para o bloco oriental.

A bibliografia clássica do período tende a não dar muita importância para essa passagem, a desconsiderando como parte vital do processo de acirramento das relações cubano-americanas. Porém é aqui neste momento que se pode notar o traço mais marcante da diplomacia estadunidense, que é a sua diversidade. Essa diversidade e a luta entre as correntes evidenciam a sofisticação da diplomacia estadunidense, e até mesmo de um pretense “excepcionalismo americano” como retrata Kissinger.¹⁹⁵

A distância ideológica entre os dois governos era simplesmente muito grande para qualquer tipo de aproximação efetiva. Mas mesmo com essas dificuldades, existiu uma tentativa de fato de se buscar um entendimento mútuo. E também é importante perceber como as forças políticas internas colaboram na formulação de

¹⁹⁵ KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon and Schuster, 1994. P. 34.

uma política externa. O Departamento de Estado, mesmo sendo um órgão poderoso, se viu sem alternativa diante dos grupos de pressão que se articularam dentro e fora do Estado americano. Agora a questão se voltava para como formular uma política agressiva para Cuba e se livrar de Castro sem comprometer o equilíbrio na América Latina como um todo.

3. A Cuba Pária.

3.1. O presidente e lideranças.

Juntamente com o Irã e a Coréia do Norte, Cuba está na lista dos Estados considerados párias¹⁹⁶ pela diplomacia estadunidense. Isso significa adotar uma política externa de confrontação aberta com os Estados Unidos, utilizar-se de retórica abusivamente antiamericana e conspirar para a diminuição da influência estadunidense na respectiva área de influência em questão, seja ela oriente médio, extremo oriente ou América latina.

Quando um Estado atinge esse patamar para o governo americano, as conseqüências para o desafiante podem ser bastante duras, indo desde bloqueio econômico até um possível ataque militar. A única certeza existente é a de que o governo, e por sua vez, a diplomacia estadunidense, não vai encerrar a sua pressão até que o objetivo seja atingido. Mesmo que ele demore algum tempo para ser atingido, como no caso dos países citados.¹⁹⁷

Cuba há tanto tempo resiste ao bloqueio americano, ao constante assédio dos exilados em Miami e às constantes polêmicas na imprensa ocidental, que às vezes fica um pouco esquecido como esse processo de afastamento se deu em detalhes e suas motivações e repercussões conjunturais. Dessa forma, o objetivo do capítulo final desta dissertação é analisar o processo de ruptura definitiva entre Estados Unidos e Cuba, que se deu no ano de 1960.

O desenvolvimento desta parte estará dividido em três momentos bastante distintos. No primeiro, a ênfase será dada na questão do papel de Eisenhower e seu círculo mais próximo na gestão das políticas de derrubada do governo de Castro. Logo após, será a vez de mostrar como essas políticas foram desenvolvidas pelo Departamento de Estado e quais eram as estratégias para acelerar a mudança de governo em Cuba. E por fim, verificar a percepção da diplomacia americana sobre a

¹⁹⁶ *Rogue States* em inglês.

¹⁹⁷ MEAD, Walter Russell. *Uma orientação especial: A política externa norte-americana e a sua influência no mundo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército editora, 2006. Cap. 7.

efetivação da aliança de Cuba com a União Soviética, e a vida na Cuba pós-revolucionária.

1960 era o ano final da administração Eisenhower, e também era ano de eleição e o foco estava mais voltado sobre a escolha do sucessor do general na Casa Branca do que para qualquer outro assunto no momento. E as eleições prometiam ser particularmente disputadas, pois os democratas haviam vencido com facilidade os dois últimos pleitos para o legislativo e estavam na iniciativa, polemizando contra o governo sempre onde era possível. Como comenta Stephen Graubard:

“Os sentimentos do país sobre o segundo mandato de Eisenhower foram claramente mostrados nas eleições para o Congresso quando os Democratas ganharam quinze assentos no senado, subindo de uma maioria mínima de 49-47 para uma avassaladora de 64-36. Raramente algum partido havia sido capaz de ganhar tantos assentos em uma eleição. E na Câmara de Representantes a situação não era menos dramática. Os Democratas conseguiram 282 assentos em relação aos 153 dos Republicanos. Não poderia existir maior demonstração explícita de repúdio ao presidente e às suas políticas.”¹⁹⁸

O fruto disso era que o presidente estava enfrentando um momento de baixa popularidade, advindo da recessão que atingia o país naquele momento e pelo fato de que a União Soviética parecia estar na ofensiva na Guerra Fria. O partido Republicano também enfrentava uma crise sucessória, pois carecia de um candidato com maior popularidade e moderação ideológica.

Além disso, o presidente já possuía preocupações típicas de fim de mandato, tais como a montagem de sua biblioteca presidencial em Abeline, sua cidade natal, e a publicação de livros falando sobre a sua vida de Estadista. Porém, Eisenhower se viu obrigado a lidar diretamente com a questão cubana, cuja importância crescia substancialmente. Nos dois anos anteriores, pode-se perceber que ele estava delegando as tarefas relativas a este problema que os Estados Unidos enfrentavam em sua vizinhança. Agora, isso não era mais possível, pois a proporção da crise era

¹⁹⁸ GRAUBARD, Stephen. *The Presidents: the transformation of the american presidency from Theodore Roosevelt to George W. Bush*. New York: Penguin Books, 2006.P. 398.

muito maior, já que as relações entre ambos os países havia se deteriorado de tal forma que a possibilidade de entendimento estava encerrada.

O presidente também precisava tomar a liderança porque precisava se afirmar diante do público interno, bastante insatisfeito com a falta de êxitos na política externa do segundo mandato. O principal instrumento de participação presidencial foi através das reuniões do Conselho de Segurança Nacional (NSC). Nele, Eisenhower começou a coordenar de forma direta os trabalhos, exigindo ações e soluções de seus comandados.

A primeira reunião do conselho naquele ano, em 14 de janeiro de 1960, iniciou com uma explicação do Sr. Livingstone Merchant¹⁹⁹, onde ele caracterizava o problema cubano como o “mais perigoso já enfrentado nas relações com a América Latina.”²⁰⁰ Eisenhower destacou durante a reunião que era muito importante trazer os países americanos para o lado dos Estados Unidos, e que o apoio destes seria vital para a tomada de medidas mais drásticas. Ele também se mostrava temeroso de um ataque a Guantanamo, já que diante do inflamado sentimento antiamericano na ilha, essa hipótese não poderia ser desconsiderada.²⁰¹

Por fim, o presidente foi perguntado pelo seu assessor de segurança nacional, Gordon Grey, sobre qual medida deveria ser tomada em relação aos exilados cubanos que estivessem preparando algo contra Castro em solo americano. Eisenhower respondeu que era melhor deixar esse assunto de lado, pois os elementos que deveriam ter ação livre já teriam sido escolhidos.²⁰² Na verdade, a administração nunca teve uma política firme e definida em relação a esses grupos, agora ela só tornava explícita uma idéia antiga.

Outro ponto bastante interessante é o fato de que o presidente ainda estava cauteloso em agir unilateralmente, e demonstrava isso sempre que possível ao seu círculo mais próximo. Como comentado no primeiro capítulo, a política estabelecida pelo êxito americano na crise de Suez era o de que intervenção militar direta sem apoio poderia trazer um desgaste político desnecessário e resultados inexpressivos.

¹⁹⁹ Subsecretário de Estado auxiliar para assuntos políticos entre agosto e dezembro de 1959. A partir disso, tornou-se o titular da pasta.

²⁰⁰ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 742.

²⁰¹ Op Cit. P.745.

²⁰² Op.Cit. P.746.

Por isso, o apoio da OEA era visto como vital para o intento de derrubar Castro do poder. Em um encontro com o Secretário de Estado Herter, ele demonstra a sua ojeriza por aquilo que ele percebe como “ditadores” e a necessidade de apoio no continente:

“O presidente disse que ele acha que ditadores dedicados a fomentar a desordem podem ter uma terrível influência em nossos assuntos. Exceto pela existência da OEA e o seu horror a uma intervenção, nós já estaríamos pensando em um aumento das nossas forças em Guantanamo. O Sr. Herter disse que ele acredita que a próxima chamada por ação será feita pela OEA. O presidente disse que ele esperava que a gente pudesse evitar de fazer a chamada por nossa conta.”²⁰³

Aqui revela-se o Eisenhower de fim de mandato, um estadista que percebia que o uso unilateral da força trazia mais problemas do que soluções no complexo contexto da Guerra Fria. Ele também nunca perdia a oportunidade de criticar os “ditadores de terceiro mundo”, um tipo de político dos quais ele começou a ter um olhar diferente, conforme o fim do seu mandato foi chegando. O presidente geralmente se referia a Castro como um “louco”, e não fazia melhores menções a tipos como Trujillo e Nasser. Sobre esse novo sentimento de Eisenhower, comenta Stephen Rabe:

“Ao invés de conceder medalhas para ditadores, Eisenhower começou a expressar publicamente a sua preferência pela política democrática e o respeito aos direitos humanos. Em agosto de 1958, em uma cerimônia que recebeu larga divulgação em todo hemisfério, o presidente recebeu calorosamente o novo embaixador Venezuelano e declarou que “o autoritarismo e a autocracia de qualquer forma são incompatíveis com os ideais dos nossos grandes líderes do passado.”²⁰⁴

²⁰³FRUS. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 761.”The President said he is finding that dictators devoted to fomenting disorder can have a terrible influence on our affairs. Except for the existence of the OAS and its abhorrence of intervention, we would have to be thinking of building up our force at Guantanamo. Mr. Herter said he thinks that the next call for action in these circumstances will be made by the OAS. The President said he hoped we could avoid making the call on your own.”

²⁰⁴IMMERMANN, Richard H (org). *John Foster and the Diplomacy of the Cold War*. New Jersey: Princeton University Press, 1990. P. 183.

Em outra reunião de trabalho com o gabinete, o debate chegou a um ponto onde os participantes se perguntavam o que eles deveriam fazer caso a OEA não os apoiasse. O presidente respondeu com a seguinte afirmação:

“...se as coisas chegarem até esse ponto, nós poderíamos colocar Cuba em quarentena. Se eles (o povo cubano) estiverem com fome, eles vão derrubar Castro.”²⁰⁵

Essa afirmação demonstrava algo bastante natural e previsível. Os Estados Unidos iriam agir unilateralmente se utilizando de todos meios, caso isso fosse necessário. Agora começava a se manifestar o que Walter Russell Mead chama de a corrente Jacksoniana da política estadunidense, uma corrente que surge com muita força em momentos de crise. E ela se posta exatamente ao contrário das proposições mais liberais do Departamento de Estado. Assim, buscar um equilíbrio entre as duas correntes se constituía em um desafio ao executivo, principalmente dentro diante da necessidade de êxito imediato. Russell Mead comenta a vertente dessa forma:

“As pessoas que gostam de retratar a política externa norte-americana sob a forma de deletéria mistura de ignorância, isolacionismo e irresponsável diplomacia de caubóis rápidos no gatilho normalmente estão pensando nas práticas jacksonianas.”²⁰⁶

É pertinente ressaltar que Eisenhower também falava sobre quarentena, ou melhor, um bloqueio naval. Essa medida já estava sendo especulada pelos escalões mais baixos desde o início de 1960, mas aparece pela primeira vez como uma possibilidade plausível de ação. Contudo, algo como um bloqueio não é tão simples como parecia ser. Existiam uma série de questões legais e logísticas que envolviam esse procedimento. O que impedia a sua aplicação imediata.

A partir do momento quando se definiu que o objetivo da política americana era derrubar o governo de Fidel Castro, se fazia necessária uma divisão de tarefas entre os diferentes ramos do Estado norte-americano. A CIA, o Departamento de

²⁰⁵ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P.764.”...if it comes to such conditions, we could quarantine Cuba. If they (the Cuban people) are hungry, they will throw Castro out.”

²⁰⁶ MEAD, Walter Russell. *Uma orientação especial: A política externa norte-americana e a sua influência no mundo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército editora, 2006. P. 336.

Estado e o Departamento de Defesa eram os encarregados pelo planejamento e realização das operações secretas e abertas, sendo que a primazia ficou com a CIA, pelo fato de o governo Eisenhower ter uma predileção pelo uso de operações secretas na remoção de regimes indesejáveis.²⁰⁷

Em uma conferência realizada na Casa Branca, o presidente se mostrava bastante preocupado com a eficácia da organização montada para gerir o projeto. Pois não estava claro quem possuía a predominância no processo decisório das ações futuras contra o governo cubano. Assim, Eisenhower colocou todas as atividades relacionadas à queda de Castro sob o controle de um grupo do NSC, chamado de 5412.

O 5412 era um subgrupo do NSC encarregado de supervisionar certas ações secretas do governo estadunidense. Ele era principalmente composto de membros do Departamento de Defesa e de alguns especialistas em defesa de outras agências. O presidente acreditava que este grupo poderia organizar e escolher as melhores medidas, como algumas dessas medidas eram drásticas, Eisenhower acreditava que o grupo poderia chegar as melhores conclusões sobre o que fazer.

Em 17 de março de 1960, Allen Dulles trouxe ao presidente as primeiras conclusões formadas pelo grupo 5412 relativas a Cuba. Entre as medidas aprovadas estava a criação de uma estação de rádio em *Swan Island*, que divulgaria propaganda anti-Castro constantemente. Também havia-se iniciado a formação de um grupo paramilitar de exilados com o objetivo de invadir Cuba. Era o embrião da Baía dos Porcos. Dulles esperava que o grupo de invasão estivesse pronto em oito meses.²⁰⁸

O presidente se mostrava satisfeito com as iniciativas e chegou a afirmar que “não havia plano melhor.”²⁰⁹ Contudo, ele alertava que não poderia existir nenhuma espécie de vazamento para a imprensa, o que poderia comprometer seriamente a eficiência da operação. Eisenhower ainda disse, que para o próximo encontro, ele gostaria de saber como a operação funcionaria, passo a passo. E, por fim, sugeriu

²⁰⁷ GRAUBARD, Stephen. *The Presidents: the transformation of the american presidency from Theodore Roosevelt to George W. Bush*. New York: Penguin Books, 2006. P.396.

²⁰⁸ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 861.

²⁰⁹ Op. Cit. P. 863.

que era a hora de agir com força, porque Castro estaria perdendo a popularidade em Cuba, de acordo com o presidente.²¹⁰

Após este encontro o grupo sai da pauta presidencial, bem como não está mais presente no *corpus* documental. Provavelmente esta parte acabou não sendo liberada para a constituição do volume, pois, pelo seu provável conteúdo seria um acréscimo importante. Fica claro somente que o diretor da CIA, Allen Dulles, serve como intermediário entre Eisenhower e o 5412. Nomes de outros possíveis membros também não são revelados ou sugeridos. Ao passo que os nomes dos coordenadores das respectivas operações ligadas a Cuba, tanto da CIA, como do Departamento de Estado e do OCB, estão fartamente citados na documentação.

Está claro também que este grupo coordenou todas as ações relativas a derrubada de Fidel naquele momento e que o 5412 respondia apenas diretamente ao presidente. O grupo somente volta a ser mencionado em novembro de 60, em uma reunião de trabalho com o presidente e seus assessores mais próximos. Nela, aparece outro nome que contava com grande estima do presidente, William Pawley. Ele era um empresário com muito sucesso através de investimentos feitos principalmente na América Latina. Pawley era um interessado pela história do continente e geralmente dava conselhos ao presidente sobre políticas para a América Latina.²¹¹

Contudo, havia surgido uma querela entre Pawley e o 5412. Eisenhower havia comentado com seu amigo que a tropa de invasão de Cuba estaria estimada em 700 homens. William Pawley afirmava que seriam necessários 3.000 para se obter alguma chance de êxito. O presidente levou a sério aquele alerta e questionou fortemente o grupo na reunião. Além disso, o amigo do presidente sugeriu a mudança do local de treinamento das forças invasoras, ao invés da Guatemala, o treino seria na base americana em Okinawa (Japão).²¹²

O debate se tornava ainda mais acirrado com o boato de vazamento da operação de invasão. Eisenhower retrucou, dizendo que era “impossível esconder

²¹⁰ Op. Cit. P.864

²¹¹ Empresário com diversos investimentos ligados a América Latina, além de amigo pessoal de Eisenhower. Ele cresceu em Cuba, falava um espanhol excelente e era dono das companhias de ônibus e gás de Havana. Era considerado um republicano de “direita” e dava grandes contribuições financeiras para as campanhas de Eisenhower e Nixon, além de se associar com membros da máfia como Bebe Rebozo e Mayer Lansky.

²¹² *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P.1127.

algo em Okinawa.”²¹³ O 5412, por sua vez, havia decidido que o treinamento não poderia ser feito em solo norte-americano, pois caso a informação vazasse, o dano seria irreparável. Surpreendentemente, Eisenhower afirmou que os presidentes da Argentina, Chile e Colômbia ofereceram as suas bases para a preparação das forças invasoras de Cuba. Esse é um ponto bastante polêmico, que não encontra amparo na documentação e nem na bibliografia analisada.²¹⁴

Por fim, Pawley sugeriu que uma espécie de cargo executivo fosse criado para lidar exclusivamente com a operação cubana. Ele argumentava que os membros do 5412 eram “muito ocupados” para lidar com esse encargo, e Pawley sugeria de maneira “gentil e desinteressada” o seu nome para executivo chefe das operações secretas em Cuba. Eisenhower contornou a situação dizendo que gostava da idéia, mas que achava que alguém do Departamento de Estado seria mais preparado para tal função. O diplomata Douglas Dillon aproveitou a fala do presidente e complementou afirmando que o Departamento de Estado estava com uma postura mais arrojada para a América Latina, sendo assim o órgão adequado para indicar o executivo chefe²¹⁵.

Um mês após o acalorado debate, o grupo 5412 decidiu que um oficial da CIA e um do Departamento de Estado iriam exercer a função executiva. Foram escolhidos o embaixador na Costa Rica, Whitting Willauer e Tracy Barnes, pertencente ao alto escalão da CIA. Finalmente são revelados os nomes dos membros do 5412. O nome que encabeçava a lista era o de Allen Dulles, seguido de Gordon Gray, James Douglas²¹⁶ e Livignston Merchant. O grupo ainda deixava bastante claro em sua carta ao presidente que eles ainda tinham a primazia nas decisões sobre as operações secretas, e que as coisas continuariam dessa forma²¹⁷.

Ao final da carta, foi sugerido pelo grupo que o presidente mandasse Pawley para a Argentina. A recomendação estava posta dessa forma:

“O grupo foi também da opinião que seria extremamente útil pedir ao Sr. Pawley uma missão imediata para se encontrar com o presidente Frondizi, em caráter privado.

²¹³ Idem.

²¹⁴ Op. Cit. P.1131.

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ Secretário da Força Aérea até setembro de 1959, depois dessa data se tornou Secretário Adjunto de Defesa.

²¹⁷ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 1141.

(contudo, obviamente todos os recursos seriam oferecidos pela embaixada e [*menos de uma linha não liberada*]) para garantir que em detalhes a postura do mesmo em relação a atual situação em Cuba e até que ponto ele estaria preparado para contribuir com a solução.”²¹⁸

Os termos colocados eram bastante dúbios, mas demonstravam aparentemente que tinham alguma relação com a conversa que Eisenhower havia citado ao grupo anteriormente. Pode ser a ajuda para o treinamento dos paramilitares, como pode ser uma consulta buscando o apoio na OEA para uma ação mais efetiva contra o regime de Fidel. Existia também uma terceira possibilidade. Brasil, Canadá e Argentina estavam articulando uma última rodada de negociações entre os dois países. Mas, caso esse fosse o motivo, não faria sentido mandar Pawley para a Argentina sem passar pelo Brasil.

Como apontado anteriormente, a questão é polêmica e as evidências muito inconclusivas. O exame de tal assunto exige uma pesquisa ainda maior, que extrapola os objetivos da presente dissertação. Contudo, na coleção *Foreign Relations of the United States*, a documentação relativa a Cuba e a Argentina não menciona nenhuma visita de Pawley, bem como a bibliografia, que corrobora com a documentação. Mas, talvez através dessa minúscula janela aberta nas relações entre Argentina e Estados Unidos, possa se abrir mais uma possibilidade de análise sobre uma questão no mínimo curiosa.

A última citação correspondente ao grupo 5412, falava de um debate realizado ao final de 1960, onde foi decidido o plano de ataque contra Cuba. Ficou estabelecido que seria uma força entre 600 e 700 homens, e que seria um ataque anfíbio com o apoio aéreo dos Estados Unidos. De acordo com o memorando, o plano não estava ainda aprovado para a sua efetivação final. Mas, os membros do grupo e representantes da CIA estavam muito otimistas e ordenaram a continuação dos preparativos.²¹⁹

²¹⁸ Idem. “The group was also of the opinion that it would be extremely useful to request Mr. Pawley as an immediate mission to call on President Frondizi in a private capacity (though of course every facility would be provided him by the Embassy [*less than 1 line not declassified*]) to ascertain in detail the latter’s attitude with respect to the present situation in Cuba and the extent to which he might be prepared to contribute to its solution.”

²¹⁹ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 1175.

Além da participação no 5412, outra faceta bastante interessante do presidente neste momento de crise era a sua relação com o Vice Richard Nixon e o diretor da CIA, Allen Dulles. Ambos, com suas opiniões radicalmente anti-comunistas, testaram as habilidades de Eisenhower como presidente e estadista ao seu limite máximo. O presidente buscava um equilíbrio possível entre o Departamento de Estado, de ênfase mais liberal, e os ramos conservadores de sua administração.

Neste fim de mandato, o presidente se encontrava bastante enfraquecido, pois havia perdido os seus dois mais preciosos colaboradores ao longo de seu governo. O Secretário de Estado, John Foster Dulles, havia morrido de câncer no ano anterior, e Sherman Adams, Chefe da Casa civil, foi afastado por um escândalo de corrupção em 1958. Para substituir Adams, Eisenhower chamou seu velho amigo dos tempos

de exército, General Andrew Goodpaster, que durante a Segunda Guerra Mundial colaborou bastante para diminuir as rugas entre as forças aliadas.

Porém, Goodpaster não possuía o poder e o entendimento da política em Washington, qualidades que sobravam à Dulles e Nixon. Assim, era impossível que os dois não tivessem um papel importante junto à tomada de decisões na Casa Branca, por menos que o presidente gostasse disso. Ambos não simpatizavam com o comunismo e montaram suas carreiras públicas justamente no combate à hegemonia da União Soviética no sistema internacional. Eles também percebiam o comunismo como uma ideologia de cunho ateu, oriental e bárbaro, que atacava as bases do ocidente. Eles eram os legítimos representantes (juntamente com o senador republicano Joseph McCarthy), da chamada vertente anticomunista do conservadorismo estadunidense.²²⁰

O fato de Richard Nixon ter chegado na vice-presidência, já se constituía por si só em algo surpreendente. Ele superou pretendentes mais experientes e conceituados, graças ao seu bom relacionamento com a base do partido e também porque ele era um trunfo para se ganharem os votos de anticomunistas mais ferrenhos nas eleições. Quase botou tudo a perder na primeira eleição, quando se

²²⁰ MICKLETHWAIT, John. WOOLDRIDGE. *Uma nación conservadora: el poder de la derecha em Estados Unidos*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2007. Cap 1.

envolveu em um escândalo de corrupção. Foi quando ele acabou sendo acusado, nas eleições de 1952, de ter recebido dinheiro extra como suplemento do seu salário de senador, através de correligionários ricos.

A partir disso, Eisenhower não confiava mais nele. Tanto que o presidente fazia questão de gravar secretamente todas as conversas entre os dois.²²¹ O presidente também fez questão de deixar Nixon isolado das decisões essenciais do governo, fazendo o vice bastante infeliz com o tratamento que lhe era conferido. O vice teve raros momentos de brilho, como seu legendário debate com Khrushchev²²² e o tumulto em Caracas. Mas em 1960, sendo ele o sucessor natural da presidência, Eisenhower não tinha mais como deixá-lo de fora de sua cúpula. Sobre os dias de ostracismo de Nixon na vice presidência, fala Robert Dallek:

“Nixon via a vice-presidência como uma preparação para a campanha e para a presidência. Era um desafio difícil. Vice-presidentes tradicionalmente tiveram um papel menor nas decisões nos assuntos domésticos e externos. Não há nada para ser dito sobre a vice-presidência, Woodrow Wilson declarou, e depois que você disse isso, não há mais nada para se dizer. Eisenhower reforçou o argumento durante a campanha de 1960, quando foi perguntado sobre o envolvimento de Nixon em alguma decisão importante da administração, ele respondeu que precisaria de uma semana para pensar em um exemplo.”²²³

Após a sua confirmação como candidato, a sua presença se fez ainda mais importante, porque Eisenhower se preocupava muito com a continuidade de suas políticas na próxima administração. E ele esperava que Nixon as mantivesse de alguma forma. Então, mantê-lo perto era uma tentativa de assegurar isso. Nos assuntos relativos a Cuba, o vice demonstrava seu virulento anticomunismo, geralmente concordando com as opiniões de Dulles. E Nixon tentava interferir, pois acreditava possuir um grande conhecimento sobre a América Latina, após as suas

²²¹ Para mais detalhes sobre este episódio ver SUMMERS, Anthony. *The Arrogance of Power: the secret world of Richard Nixon*. New York: Penguin Books, 2001. P.146.

²²² Em uma exposição sobre o modo de vida norte-americano, realizada em Moscou no ano de 1959, Nixon e Khrushchev discutiram publicamente sobre as virtudes de cada um de seus respectivos sistemas. O momento se tornou um marco da Guerra Fria e, ficou conhecido como “Kitchen Debate”, porque foi realizado na cozinha da “casa típica da família estadunidense.”

²²³ DALLEK, Robert. *Nixon and Kissinger*. New York: Harper Collins, 2007.P. 26

recentes visitas ao continente. O diretor da CIA era também um vigoroso porta-voz das opiniões mais fortes contra o regime cubano.

Desde 1959 ele já sugeria que o regime de Castro era comunista e que o próprio não era comunista, mas possuía inclinações pela doutrina de Marx. Em 1960, ele constantemente se empenhava em mostrar para o presidente o quadro mais sombrio possível sobre a questão cubana. Em todo encontro do NSC, Dulles sempre montava uma espécie de espetáculo pessoal, com afirmações bombásticas.

Um bom exemplo disso é o primeiro encontro do NSC em janeiro de 60, onde se desenrolou uma grande discussão sobre as novas medidas para conter Cuba. Dulles começou com afirmações de que o governo cubano iria reconhecer Pequim diplomaticamente, e que iria ceder todo seu manancial de níquel para o bloco oriental. Até mesmo Eisenhower ficou intrigado com tal assertiva, pois o presidente afirmou que pensava que o grande estoque de Níquel do ocidente estava no Canadá, e não em Cuba.²²⁴

Realmente, Cuba possuía um vasto manancial de Níquel, mas que não era comparável ao canadense. Os canadenses produziam 70% do minério utilizado no ocidente, de acordo com o Departamento de Estado. E o segundo maior produtor era a União Soviética, que fornecia para todo bloco oriental. Ou seja, Cuba não ocupava o lugar central que Dulles afirmava que ocupava.²²⁵ Em relação ao reconhecimento diplomático, não existia nada de concreto naquele momento entre Cuba e China. Che Guevara e Raúl Castro ainda continuavam suas viagens aos países dos blocos comunista e neutralista, mas muitas vezes o tal apoio explícito não se efetivava.

Allen Dulles manteve o mesmo discurso ao longo do ano de 1960, sempre argumentando que Cuba se tornava rapidamente um satélite comunista e que algo drástico rapidamente deveria ser feito. As idênticas posições defendidas por ambos demonstram a ascensão da ala conservadora no processo decisório cubano, apenas reafirmando o crescimento do poder deste grupo nas fileiras do Partido Republicano. E, em um momento onde o gabinete estava fraco e as dificuldades eram muitas, a opinião que eles formulavam ganhou um peso ainda maior.

²²⁴ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 741.

²²⁵ *Op. Cit.* P.1175.

As suas percepções sobre a América Latina e a Guerra Fria, somadas ao desejo do presidente por uma solução rápida para o problema de Cuba, deram vazão ao retorno de uma política mais semelhante a implementada no primeiro mandato. Política essa mais unilateral e militarista, focada nas questões de defesa, em detrimento do fomento do desenvolvimento econômico ao sul do continente americano.

Outra maneira oportuna de se analisar a percepção de Eisenhower sobre os eventos em Cuba, é através de sua troca de cartas com o primeiro-ministro britânico, Harold McMillan. Ali, o presidente expressava as suas preocupações de uma maneira informal e apresentava um quadro bastante interessante para a análise do momento. As cartas são diretamente endereçadas à McMillan, pois Eisenhower contava com a influência inglesa para que a OTAN colaborasse em um eventual esforço militar dirigido a Cuba.²²⁶

Dessa forma, Eisenhower tentava demonstrar para o primeiro-ministro que Cuba era mais do que apenas um problema local. Era algo que poderia até mesmo afetar o equilíbrio da Guerra Fria:

“Porque o problema cubano afeta tão profundamente não somente a segurança dos Estados Unidos, mas também é um tema relacionado à segurança do mundo livre como um todo, se faz necessário rever a dimensão do problema como nós o percebemos e ver o que podemos fazer sobre ele.”²²⁷

A afirmação de Eisenhower é muito importante, porque remete imediatamente a questão do conflito intersistêmico, permitindo perceber a questão cubana acima de seu papel local e conjuntural, mas também, como parte importante do desenvolvimento da Guerra Fria e seu efeito sobre o todo do sistema. A segunda parte da argumentação consistia em provar à McMillan que Cuba era de fato um Estado comunista, e não apenas um neutralista ou um nacionalista do estilo de Nasser, um exemplo com o qual a Inglaterra já estava familiarizada. Sobre o

²²⁶ Op. Cit. P.1000

²²⁷ Idem. “Because the Cuban problem is so profoundly affects not only the security of the United States but is also related to the security of the Free World as a whole, it might be wel to review all dimension of the problem as we see it and what we are trying to do, although Iam sure and Selwyn have followed the matter closely.”

posicionamento ideológico do governo de Castro, o presidente se manifesta dessa forma:

“Nos parece que o governo Castro está totalmente comprometido com o Bloco. Nós não podemos, por prudência, perseguir políticas que visem uma mudança da opinião de Castro; precisamos confiar, francamente, na criação de condições onde cubanos com mentalidade democrática e orientação ocidental possam se levantar e retomar o controle da política e do destino da ilha.”²²⁸

Em sua segunda carta para o primeiro-ministro britânico, o presidente estadunidense estava mais focado em apresentar o seu programa para derrubar Castro. Em primeiro lugar, ele explicava o componente social da questão:

“Como você já havia corretamente apontado, a grande maioria dos elementos da classe media liberal cubana, que foram os principais responsáveis pela ascensão de Castro ao poder, agora retiraram o seu apoio e muitos até mesmo fugiram do país para se engajarem em oposição aberta ao regime de Castro.”²²⁹

Eisenhower se utiliza desse argumento para assegurar que o núcleo de apoio de Fidel está reduzido às classes baixas e a “um bando de fanáticos”, que seriam uma minoria pouco influente, de acordo com as palavras do presidente.²³⁰ Reafirmando essa teoria que já estava difundida no alto escalão do governo norte-americano. A partir disso, ele explicava para McMillan o tipo de pressão que seria realizada sobre Cuba:

“É compreensível que você pergunte como nós realmente pretendemos atingir a nossa meta de derrubar Castro e o substituir por um regime mais adequado. Isso depende de alguma forma dos resultados do próximo Conselho de Ministros das Relações Exteriores, em San José, na Costa Rica, a ser realizado em 16 de agosto, lá nós

²²⁸ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 1003. “As it appears to us, the Castro Government is now fully committed to the Bloc. We cannot prudently follow policies looking to a reform of Castros’s Attitude and we must rely, frankly, on creating conditions in which democratically and Western-orientated Cubans can assert themselves and regain control of the island policies and destinies. ”

²²⁹ *Op.Cit.* P. 1050. “As you have so accurately pictured, the great majority of the liberal middle-class elements in Cuba, which were primarily responsible for Castro’s accession to power, have now withdrawn their support and many have fled the country to engage in open opposition to the Castro Regime.”

²³⁰ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P.1051.

esperamos tocar adiante medidas econômicas destinadas a trazer pressão sobre a economia cubana.”²³¹

E, por fim, ele faz até mesmo um apelo a uma defesa da sociedade ocidental, que na visão do presidente, se encontrava sob severo ataque naquele momento. Assim ele reitera o seu pedido de apoio para o mandatário inglês, principalmente no que diz respeito ao apoio britânico no Conselho de Segurança da ONU e futuras medidas contra Cuba:

“Se Castro conseguir sobreviver por mais um ano, ou até mais, estas nações correm o risco de serem tomadas pela revolução, dentro das mesmas condições existentes em Cuba. Este tipo de mudança, quando traz o comunismo consigo, é intolerável sob o ponto de vista do nosso interesse nacional e da tradição cristã, liberal e democrática que nós compartilhamos.”²³²

Através dessas cartas com o líder de seu aliado mais próximo, é possível perceber alguns aspectos que as reuniões do NSC não deixavam muito claras. A primeira é que o presidente se encontrava bastante otimista com as ações que estavam sendo tomadas até aquele momento pelo Departamento de Estado e pela CIA. Da mesma forma ele demonstrava que a tarefa de promover a mudança era complexa e exigente, especialmente porque ele desejava que os cubanos fossem os protagonistas dessa mudança, até mesmo por uma questão política dos Estados Unidos. O que estava de acordo com a tradição secular estadunidense de levar a sua experiência democrática para outras nações.

Eisenhower superestimava os relatórios de inteligência e a retórica de Nixon, onde ambos afirmavam que o governo de Castro estava perdendo popularidade rapidamente. E também o presidente prestava pouca importância ao apoio das classes baixas para o governo cubano, acreditando que o suporte da incipiente

²³¹ Op. Cit. P. 1050. “You ask understandably how we really mean to achieve our aim of unseating Castro and replacing him by a more suitable regime. Depending somewhat on the results of the forthcoming Council of Foreign Ministers, San Jose, Costa Rica on August sixteenth, we expect to move ahead with economic measures designed to bring pressure on Cuban economy.”

²³² Op. Cit. P. 1049. “Should Castro manage to survive for another year or more, these nations run the risk of being overtaken by revolution with such conditions such as those now existing in Cuba. This kind of change, when it brings Communism on its wake, is intolerable from the standpoint of our national interest and that of the liberal democratic Christian tradition which we all share.”

classe média exilada seria suficiente para derrubar Castro. Ele desconsiderava a popularidade que o líder cubano havia angariado junto a grande parcela da população, mesmo com as dificuldades iniciais.

As correspondências demonstram também a predileção do presidente pelo uso da pressão econômica em detrimento da força militar, uma de suas principais características no cargo. Mesmo com a criação de forças paramilitares por parte da CIA, ele acreditava que o envolvimento militar direto dos Estados Unidos não traria resultados positivos. Ao passo que, ele percebia Cuba já plenamente engajada na órbita soviética, partindo desta premissa, um ataque militar estadunidense poderia trazer tensões indesejáveis com a União Soviética.

Analisar a participação do presidente e sua cúpula é vital para a compreensão da tomada de decisões da diplomacia estadunidense no caso cubano. Isso também ajuda no sentido de se entender a que tipo de pressão o Departamento de Estado estava submetido naquele momento. Nos dois anos anteriores, foi possível perceber uma certa autonomia do Departamento de Estado na formulação das políticas para Cuba, inclusive com o apoio do próprio presidente.

Contudo, em 1960, a situação havia se modificado a tal ponto e tinha assumido uma dimensão tão maior, que era impossível a ausência presidencial na tomada de decisões, por mais que o perfil do governo Eisenhower não fosse centralizador. À medida que o presidente se torna parte integrante do processo decisório, e que a influência de Allen Dulles e Richard Nixon crescem, a primazia passa para as mãos dos setores de defesa e inteligência do Estado norte-americano.

O Departamento de Estado, por sua vez, vai ter uma participação reduzida e uma influência muito menor, se comparada com o seu ápice em 1958. Um grupo da diplomacia estadunidense agia uma espécie de elemento moderador, para conter os ímpetus militares e anticomunistas mais fortes, que poderiam atrapalhar a grande estratégia estadunidense para a América Latina. Mas, após o desenrolar dos eventos, o Departamento de Estado acabaria sendo um dos articuladores dos planos de derrubada de Castro, e, esses diplomatas da linha wilsoniana acabariam trabalhando em conjunto com aqueles mesmos grupos contra os quais eles se posicionaram em 1958 e 1959.

Com relação a Eisenhower, pode-se perceber que a sua participação foi bastante limitada. Ela acabou sendo apenas decisiva para a provação das políticas defendidas por Dulles e Nixon, que refletiam bem muitos dos princípios da administração. A sua decisão de optar por um caminho mais conservador ao final de seu mandato, traz a tona uma crítica bastante pertinente por parte de Stephen Graubard:

“Somente os britânicos, que o conheceram bem durante a Segunda Guerra Mundial, anteciparam a sua falha em conceber e executar uma política externa de acordo com sua época. Nem um salvador, nem um criador, ele foi simplesmente um general de cinco estrelas que estava fora de seu lugar original, que não era a Casa Branca.”²³³

Apesar de sua passagem pela Europa, ele parecia não ter o conhecimento necessário para lidar com a situação naquele momento. Ao optar por uma retomada conservadora, e basear toda estratégia relacionada a Cuba nessas premissas, ele acabou comprometendo a situação americana na ilha, encerrando qualquer mínima possibilidade de diálogo. Mas o seu governo não viveria para pagar por essa escolha, porém, sempre seria lembrado pela formulação de uma estratégia que não dava conta da verdadeira dimensão do problema cubano.

²³³ GRAUBARD, Stephen. *The Presidents: the transformation of the american presidency from Theodore Roosevelt to George W. Bush*. New York: Penguin Books, 2006. P.397.

3.2. Mãos a obra.

A segunda parte deste último capítulo tem por objetivo primordial analisar o papel do Departamento de Estado nas operações que visavam remover o regime castrista em Cuba. Como comentando anteriormente, o presidente Dwight Eisenhower dividiu essa tarefa entre a CIA e o Departamento. A CIA possuía um papel ainda mais complexo, que era a montagem de um grupo paramilitar de exilados, visando à derrubada direta do governo cubano. Contudo, a participação da CIA já é algo bastante abordado pela historiografia, ainda mais quando a temática é Cuba e os anos 60.²³⁴

Nesta dissertação, o cerne não está no secreto, no mundo obscuro das agências governamentais de inteligência durante a Guerra Fria. A ênfase se encontra nas ações da diplomacia e como ela pode, às vezes, ocupar posições que transcendem o seu caráter original de representação e intermediação. Os diplomatas, nos séculos anteriores ao XX, sempre estiveram muito associados à espionagem. Em um mundo onde os setores de inteligência não eram desenvolvidos, essa função era exercida pela diplomacia.²³⁵

Com a chegada do século XX e o surgimento das agências de espionagem e contra espionagem, os diplomatas perderam um pouco da imagem pérfida que lhes era atribuída. Mas mesmo assim, eles ainda eram responsáveis por alguns tipos de articulações que os remetiam ao seu velho papel. Também é necessário lembrar que muitas das ações da diplomacia são baseadas na Razão de Estado, e que a defesa dos interesses de suas nações, muitas vezes se utilizando da força, é a meta prioritária de sua existência.²³⁶

A partir desses ditames, o Departamento de Estado teve a importante tarefa de articular diplomaticamente apoio na América Latina e na Europa para a remoção

²³⁴ Ver BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. Cap VIII.

²³⁵ Ver KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon and Schuster, 1994. Cap 3. WRIGHT, Jonathan. *The Ambassadors: from Greece to the nation state*. London: Harper Press, 2006. Introdução.

²³⁶ Ver MORGENTHAU, Hans J. *A Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. São Paulo: Editora UnB, 2003. Parte 5. WIGHT, Martin. *A Política do Poder*. São Paulo: Editora UnB, 2002. Cap VIII.

do governo cubano. Também foi encarregado de realizar operações de propaganda em Cuba, visando minar ideologicamente o regime inimigo, além de buscar membros compatíveis com os ideais estadunidenses, para a formação de um novo governo.

Anteriormente já foi destacado que a pressão econômica era o meio favorito do Departamento de Estado para que a mudança de regime acontecesse rapidamente. Ao longo do ano de 1959, diversos métodos foram estudados, mas somente o bloqueio da entrada do açúcar cubano nos Estados Unidos havia sido consenso entre os diplomatas. Já em 1960, o que era apenas um planejamento se transforma em prática. A complexidade, bem como as eventuais reações ao plano estadunidense, traziam uma série de problemas para a diplomacia norte-americana. Sobre essas medidas, comenta Moniz Bandeira:

“Na opinião do Secretário de Estado, Christian Herter, o Sugar Act era mais importante, desde que se constituía uma arma contra Cuba. E aqueles que criticavam o Departamento de Estado por não adotar sanções econômicas contra o regime de Fidel Castro concluíram que nenhuma outra medida seria tão eficaz quanto o corte da cana de açúcar e o desestímulo ao turismo, já a evaporar-se.”²³⁷

O Departamento já trabalhava para inicialmente buscar novos parceiros fornecedores de açúcar para os Estados Unidos. Thomas Mann, o Secretário de Assuntos Econômicos, acreditava que era vital reduzir a dependência do mercado norte-americano em relação ao açúcar cubano. Ele também ressaltava que o GATT não seria um problema, pois as violações cubanas seriam mais sérias que as americanas, o que daria aos Estados Unidos uma chance maior de vitória em uma possível arbitragem da questão. Por fim, ele destacava que a pressão seria bem sucedida, por um simples fato:

“A economia de Cuba está ligada a nossa e cedo ou tarde Cuba terá de reconhecer isso. Somente então, nós estaremos em uma vantajosa posição de barganha investidores vão

²³⁷ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.P. 225.

perder muito pouco até a espera de uma época mais razoável, já que a possibilidade de um acordo satisfatório e imediato é remota.”²³⁸

Contudo, para que o êxito fosse possível na questão do açúcar, o Presidente precisava ter a autoridade para realizar o corte, algo que somente poderia ser dado pelo Congresso. Como também destacado anteriormente, Eisenhower passava por uma fase bastante conflituosa com o legislativo, principalmente com a consolidação da maioria democrata em 1958. Cabia aos congressistas renovarem as vantagens tarifárias cubanas, de quatro em quatro anos. E muitos deputados e senadores acreditavam ser uma temeridade dar para um governo de caráter bastante incerto, um benefício tão grande por tanto tempo.

A batalha pela chamada “autoridade do executivo” seria intensa, e sua importância está bem clara nas palavras de Henry Ramsey²³⁹, do grupo de planejamento de políticas:

“O obstáculo imediato nas relações cubano-americanas é a pendente legislação do Congresso relativa a cota do açúcar. É do meu entendimento que o Poder Executivo vai pedir que a atual legislação seja estendida por um ano e que seja dado ao Executivo a autoridade de fazer ajustes nas cotas existentes. Eu espero e presumo que essa legislação vai passar. Isso nos permitiria arranjar o tempo necessário e dar ao Executivo a flexibilidade necessária para manobrar com Cuba, nas cotas e nos preços. Isso iria abrir uma área de comunicação que poderia ser útil.”²⁴⁰

Cabia agora aos congressistas republicanos e ao próprio governo a tentativa de convencer a maioria democrata da importância da medida para a solução do problema cubano. Porém, era ano eleitoral, e os democratas não estavam muito interessados em facilitar a vida do Executivo neste momento. Principalmente porque

²³⁸ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 726.”Cuba’s economy is tied to ours and sooner or later Cuba will have to recognize this. Only then will be in an advantageous bargaining position. The investors lose little by waiting for a reasonable time since the possibility of a satisfactory and immediate settlement is remote.”

²³⁹ Membro do Grupo de Planejamento de Políticas do Departamento de Estado.

²⁴⁰ *Op. Cit.* P.797. “The immediate hurdle in US-Cuban relations is the pending Congressional legislation on the sugar quota. It is my understanding that the executive branch will ask the existing legislation be extended for one year and that the executive be given authority to make adjustments in existing quotas. I hope and assume that the existing legislation will pass. It would permit us to buy necessary time and give the executive the flexibility required to maneuver with Cuba on quotas and prices. This would open an area of communication which might be helpful.”

as discordâncias mais sérias estavam justamente na formulação da política externa. Os senadores Fulbright, Johnson e Kennedy criticavam incessantemente a administração por deixar que a União Soviética estivesse na “dianteira” da Guerra Fria.

O antigo Secretário de Estado no governo Truman, Dean Acheson, reuniu um grupo de intelectuais democratas para estabelecer um constante debate sobre os rumos da política externa norte-americana. O grupo de trabalho se mostrou bastante crítico das políticas estadunidenses para a América Latina, criticando uma aparente perda de terreno do governo americano na região. Algumas das medidas sugeridas seriam incorporadas ao programa de governo de Kennedy, que se transformaram na Aliança para o Progresso.²⁴¹

Esse desejo de formular uma nova política para a América Latina tornava os Democratas bastante duvidosos das pretensões governamentais. O que deixava a liberação para a definição da cota algo ainda mais complexo. Portanto, era necessário que a liberação chegasse logo, para que ela tivesse o efeito desejado de uma vez. Castro ainda parecia bastante forte e popular, o que preocupava o Departamento de Estado. Diante disso, o Departamento trabalhava também com outras formas de pressão econômica.

Uma que se esperava que fosse bastante eficiente consistia na aplicação de um boicote de petróleo para Cuba. As companhias americanas, que eram as responsáveis pelo refino na ilha, haviam se negado a refinar mais petróleo para Castro, deixando Cuba em uma crise de combustíveis. A União Soviética se propôs a fornecer petróleo cru para os cubanos, o que foi aceito prontamente pelo país, que estava necessitado do produto.

Mas, as refinarias americanas receberam ordens diretas do Departamento de Estado, via o embaixador Phillip Bonsal, de se retirarem de Cuba, caso fossem obrigadas a refinar petróleo russo. O embaixador destacava que era “lamentável” que companhias como a *Esso* e a *Texaco*, presentes na ilha durante quase 80 anos, tivessem de encerrar as suas atividades por uma questão política. De acordo com os

²⁴¹ A partir de 1952, se forma o chamado “Grupo Finletter”, fundado pelo acadêmico democrata Thomas K. Finletter. O objetivo era a existência de um fórum constante de debates das políticas do partido. O grupo era composto por nomes do porte de Eleanor Roosevelt, George Kennan, Dean Acheson e Kenneth Galbraith. A partir de 1956, o grupo ficou conhecido como DAC (*democratic advisory comitee*), e suas idéias tiveram um imenso impacto na formulação da política externa de John Kennedy.

especialistas estadunidenses, os equipamentos americanos que ficaram em Cuba não eram adequados para o refino do petróleo russo.

O Departamento também articulou seus contatos em Londres, onde pediu ao governo de McMillan que pressionasse a *Shell* para encerrar as suas atividades na ilha. As informações passadas até aquele momento pelo governo britânico davam conta de que a *Shell* teria a mesma posição que as suas parceiras norte-americanas, e que as três anunciariam a sua decisão para o governo cubano no mesmo dia, 6 de junho.²⁴²

Outro ponto que deveria ser abordado na questão do petróleo, era a intenção de dificultar ao máximo o transporte do combustível para Cuba. Todo transporte era realizado via naval, pelos armadores gregos em sua maioria. Os diplomatas estadunidenses prontamente entraram em contato com os senhores Onassis e Niachros, os dois maiores armadores do mundo naquela época. Eles conseguiram seus objetivos através do discurso persuasivo de que a Grécia fazia parte do bloco ocidental e que a sua colaboração era essencial nesse momento de “crise”.

Os diplomatas ainda enfatizaram que seria bom para um andamento saudável dos negócios dos gregos nos Estados Unidos que eles cooperassem com os estadunidenses naquele momento. Ambos se mostraram bastante receptivos e foram devidamente persuadidos de sua importância, colaborando prontamente com a não utilização de seus navios para o transporte de petróleo para Cuba.²⁴³ Este particular método de pressão foi bastante efetivo no começo e a ilha somente iria resolver os seus problemas com o abastecimento de combustível ao se alinhar definitivamente com o bloco oriental.

Conforme, ao longo do ano, a tensão parecia se agravar, uma outra medida foi seriamente considerada. Consistia na utilização do *Trading With the enemy act*. Este ato interromperia imediatamente todo comércio entre Cuba e os Estados Unidos, bem como liberaria ao governo estadunidense a possibilidade de congelar todo dinheiro cubano que estivesse em bancos americanos. O Secretário do Tesouro, Anderson, gostava da idéia, mas ao mesmo tempo, dizia que ela tinha de

²⁴² *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 936.

²⁴³ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 980.

ser pensada com cuidado, pois não era do interesse dos Estados Unidos passar a idéia de que Cuba era uma vítima perante a comunidade internacional.²⁴⁴

Depois de uma árdua batalha no Congresso norte-americano, a autoridade do Executivo para cortar a cota do açúcar cubano foi finalmente aprovada em julho. Roy Rubottom, em encontro no Departamento de Estado, afirmou que era necessário fazer um uso imediato da autoridade, para mostrar ao Congresso que o voto de confiança no governo foi bem aproveitado.²⁴⁵ E que ele iria recomendar ao Presidente que ele cortasse 700.000 toneladas, das 740.000 que Cuba tinha direito de exportar aos Estados Unidos.²⁴⁶ E que os novos exportadores deveriam ter o seu açúcar pago de acordo com os preços praticados no mercado americano, que pagavam o dobro do que o mercado internacional.²⁴⁷

Após o êxito no bloqueio do açúcar e do petróleo, o governo de Eisenhower começava a demonstrar sinais de otimismo. Na reunião do NSC, ocorrida um dia depois do anúncio do corte, Douglas Dillon afirmava que esse ato iria gerar um efeito em cascata que iria levar a quebra da economia cubana.²⁴⁸ No mesmo encontro, o Secretário Anderson argumentou que era a hora de o governo americano congelar o dinheiro e os bens do governo cubano nos Estados Unidos. Seria o golpe final, na percepção do Executivo estadunidense.²⁴⁹

O cenário otimista se modificava a partir da segunda metade de 1960, quando o bloqueio petrolífero começava a perder efeito. Em um encontro com o presidente, Allen Dulles informou que os chineses comprariam grande parte do açúcar cubano, podendo chegar até 500.000 toneladas. Enquanto o Sr. McCone²⁵⁰ informava a Eisenhower que era impossível impedir Cuba de adquirir mais petróleo. Armadores de menor porte estavam dispostos a fornecer os seus serviços ao governo cubano, enquanto o governo americano somente conseguiu garantir um acordo com os gigantes do setor.²⁵¹

²⁴⁴ Op. Cit. P. 959.

²⁴⁵ Op. Cit. P. 976.

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ Op. Cit. P.979.

²⁴⁸ Op. Cit. P.982.

²⁴⁹ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P.986.

²⁵⁰ Diretor da Comissão de Energia Atômica a partir de julho de 1958.

²⁵¹ Op. Cit. P.1023.

A grande solução parecia ser realmente a efetivação do *Trading with the Enemy Act*, que começou a ser defendida pelo Departamento de Estado. Em uma correspondência para o Secretário de Estado Herter, o Secretário de Defesa, Thomas Gates, explica os benefícios da aplicação do ato:

“Sob o *Trading with the Enemy Act*, os EUA poderiam (1) congelar as contas de banco cubanas nos EUA e proibir todos os negócios entre cidadãos americanos e firmas cubanas; (2) embargar todas as importações de Cuba; e (3) aplicar “controle de transações” para negar à Cuba produtos de firmas controladas pelos EUA no exterior.”²⁵²

Aqui chegamos em um ponto bastante interessante, onde havia uma inusual concordância entre os diversos setores do Estado norte-americano sobre a necessidade da implementação de uma pressão econômica. Porém, as discordâncias logo retornaram, justamente no momento em que as lideranças se mostravam satisfeitas com o andamento das ações. Outros setores se mostravam desgostosos e até mesmo descrentes com a possibilidade de êxito das medidas tomadas até então. Mesmo sendo uma minoria, e com poucas chances de realmente influenciar um novo tipo de política externa, eles se faziam notados, como o caso do embaixador Bonsal:

“Nenhum dos elementos de pressão econômica já citada vai botar esse governo de joelhos, e ainda por cima, eles estão sendo interpretados, até mesmo por nossos amigos, como uma tentativa mal sucedida de fazê-lo.”²⁵³

Bonsal estava em Cuba, e era um diplomata bastante perspicaz, por isso estava bem informado e ciente do momento da ilha. Ele complementava argumentando que, se os Estados Unidos compravam 774.000 toneladas de açúcar de Cuba, o Bloco Comunista estava comprando 2.200.000 toneladas. Mesmo a um preço inferior, e com grande parte do pagamento sendo feita através de

²⁵² Op.Cit. P. 1037. “Under the Trading with the Enemy Act, the US could (1) freeze Cuban bank accounts in the US and prohibit all dealings between US nationals and the Cuban firms; (2) embargo all imports from Cuba; and (3) apply “transactions controls” to deny Cuba products of US controlled firms abroad..”

²⁵³ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 1042.”None of the above elements of economic pressure will bring this government to its knees though they in themselves are being increasingly interpreted, even by our friends, as unsuccessful attempts to do so.”

equipamentos, a demanda dos mercados da Rússia e da China, compensava boa parte da perda anterior.

Dentro dos quadros do Departamento de Defesa, crescia o descontentamento. Em um memorando, Edward Lansdale²⁵⁴ escreve para James Douglas, nos seguintes termos:

“Como você já apontou, não me parece que o nosso curso atual de ação vai trazer os resultados efetivos que desejamos. O plano atual é baseado na premissa de que o povo cubano vai se transformar em uma força anticomunista em um número suficiente para trazer uma mudança de governo. As táticas comunistas de segurança, como a de criar milícias populares, e o contínuo apoio a Castro pela maioria da população, bloqueiam o sucesso das nossas ações planejadas. Assim, me parece que é hora de darmos uma outra boa olhada em nosso plano. Se o nosso atual plano parece fadado ao fracasso, então o que pode ser feito para se ter sucesso?”²⁵⁵

Por fim, a estimativa nacional de inteligência, relativa a situação de Cuba, realizada ao fim de 60, mostrava a ineficiência das medidas econômicas até aquele ponto:

“A economia cubana como um todo continua a se deteriorar, mas não ainda ao ponto de ameaçar a estabilidade do regime de Castro.”²⁵⁶

Ainda havia esperança na implementação do *Enemy Act*, mas isso exigiria mais um esforço concentrado no Congresso, e já não havia mais tempo para a Administração Eisenhower fazer isso. Seria uma decisão a ser tomada pelo governo Kennedy, já que envolvia o reconhecimento diplomático de Cuba como um inimigo oficial dos Estados Unidos.

O que se pode perceber na questão econômica é que o governo estadunidense superestimou o potencial de suas medidas, e subestimou a ajuda

²⁵⁴ Assistente para Operações Especiais, órgão ligado ao Departamento de Defesa.

²⁵⁵ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 1115. “As you pointed out, it does not appear that our present course of action will bring the effective results we desire. The present plan is based on the assumption that the Cuban people would rally to anti-communist forces in sufficient numbers to bring about a change in government. Communist security tactics, such as creating a people’s militia, and the continued support of Castro by a majority of Cubans, block the success of planned actions. Thus, it appears to be time to take another hard look at our plan. If our present plan now seems to be doomed to failure, then what must be done for success?”

²⁵⁶ *Op.Cit.* P.1172. “The Cuban economy as a whole continues to deteriorate, but is not yet close to the point where the stability of Castro regime is jeopardized.”

oferecida pelo Bloco Comunista. Também se pode notar que a discordância dessa vez não está na centrada no triângulo Departamento de Estado, Defesa e Executivo, mas sim na hierarquia. Ao passo que as lideranças desses três ramos acreditavam que as medidas eram efetivas, os responsáveis diretos pela sua aplicação e verificação já podiam notar a sua ineficiência. Essa contradição afetou diretamente o desenvolvimento da política externa estadunidense para Cuba naquele momento, já que a falha na cadeia de comunicação (*feedback*), comprometia qualquer correção de rumo.

O fracasso inicial da pressão econômica não pode ser entendida isoladamente. Ela está ligada à eficiência duvidosa das outras iniciativas organizadas pelo governo estadunidense, como a propaganda, por exemplo. O componente essencial do plano de mudança do governo cubano, era fazer com que o próprio povo de Cuba fosse o instrumento da mudança. Para provocar a mobilização do povo cubano, era necessário apresentar os Estados Unidos como um parceiro, interessado no desenvolvimento de Cuba. E era imperativo enfraquecer a força que a retórica antiamericana Castrista possuía sobre as classes mais baixas.

Para que isso se tornasse possível, o Departamento de Estado formulou uma série de estratégias. Esse grupo de medidas está descrito em detalhes no memorando de Abbott Washburn²⁵⁷ para o embaixador Phillip Bonsal:

“Nós reconhecemos realisticamente que este esforço expandido de informação pode representar no máximo uma pequena parte da totalidade de influências em jogo na complexa situação cubana. Mas descrever o procedimento passo a passo é necessário: (1) manter uma imagem clara dos EUA o quanto for possível diante do povo cubano, já que se vive em uma época em que Castro tem constantemente retratado os EUA como a fonte da maior ameaça para Cuba.”²⁵⁸

Washburn prossegue:

²⁵⁷ Diretor Adjunto da Agência de Informação dos Estados Unidos.

²⁵⁸ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 774. “We recognize realistically that this expanded information effort will at best be but a small part of the totality of influences at play in the complex Cuban situation. But the step-up is necessary: (1) to keep as clear a US image as possible before the Cuban people at a time when Castro has increasingly portrayed the US as the source of the greatest threat to Cuba; (2) to maintain and increase the friendship Cubans as individuals hold for the US.;

“(2) Manter e aumentar a simpatia que os cubanos, como indivíduos, tem pelos EUA.;(3) Evitar deixar um vácuo que pode vir a ser preenchido por extremismo comunista ou ultranacionalista; (4) prover ainda mais material ao estoque já disponível que documente os perigos do comunismo.”²⁵⁹

Washburn indicava que todo material, que envolveria propaganda em jornais e na televisão cubana, mais a organização de exilados e americanos influentes anti-Fidel, custaria algo em torno de US\$ 200.000. Todos os recursos seriam geridos pela *United States Information Agency* (USIA), que era subordinada ao Departamento de Estado e se dedicava à promoção dos valores americanos ao redor do mundo. Sobre o caráter da USIA, comenta Nancy Snow:

“Considero a USIA um instrumento de relações públicas da propaganda corporativa que “vende” a história da América no exterior integrando interesses comerciais com objetivos culturais. Do mesmo modo que a Comissão Creel persuadiu a população americana durante a Primeira Guerra Mundial a aceitar sem questionamento uma guerra total contra a Alemanha e o povo alemão, a USIA utiliza a guerra psicológica para promover a superioridade da livre empresa norte-americana, a expansão dos interesses comerciais no exterior...”²⁶⁰

Outra medida que já estava pronta para ser efetivada era a construção de uma estação de rádio em *Swan Island*, que deveria ter programação transmitida pela oposição sediada em Miami, mas com textos feitos pela USIA.²⁶¹ Em um encontro do NSC, novas medidas foram aprovadas. Como a compra de tempo em rádios da Flórida para a transmissão de programas contra Castro, bem como a montagem de uma outra estação de rádio de 500 KW, para a transmissão de programação semelhante.

Existiram também algumas propostas que foram julgadas inadequadas, ou pelos altos custos ou, pela falta de efetividade. Uma delas foi a de se transmitir programação de TV estadunidense através de um avião que decolaria de Key West

²⁵⁹ Idem.” (2) to maintain and increase the friendship Cubans as individuals hold for the US.; (3) to avoid leaving a vacuum for Communist and ultra-nationalistic extremism to fill; (4) to provide an increased suply of readily-available material documenting the dangers of Communism. ”

²⁶⁰ SNOW, Nancy. *Propaganda Inc. vendendo ao mundo a cultura dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1998. P. 40.

²⁶¹ Op. Cit. P.851.

todo o dia. Eisenhower e Allen Dulles se mostraram bastante irritados com a proposta, pois temiam que tal ato iniciasse uma “guerra rádio-televisiva” no ocidente. Eles também temiam que essa agressão fosse muito explícita, passando dos limites de discricção impostos pela Administração para esta operação.²⁶²

Outra sugestão foi dada por Allen Dulles, que sugeriu que a transmissão de jogos de beisebol poderiam ser produtivas para a divulgação do modo de vida americano, e também porque os cubanos são fãs de beisebol. Ele ainda complementou, sugerindo que notícias pró-americanas seriam passadas nos intervalos dos jogos. Douglas Dillon e Richard Nixon debocharam da sugestão de Dulles, e ainda o vice-presidente afirmou que aquilo não era um programa “digno de um americano”.²⁶³ A idéia de qualquer espécie de transmissão de TV seria abandonada a partir daí.

A investida de propaganda não deveria se restringir somente a Cuba, mas sim para toda América Latina. Era necessário ganhar o apoio dos países latinos, visando medidas mais fortes contra Cuba na ONU e na OEA. Roy Rubottom, em correspondência para Phillip Bonsal, explica a importância desse projeto:

“É, portanto, essencial para os Estados Unidos, se utilizando da maior discricção, ter um papel ativo em levar os fatos para ao resto do hemisfério; caso contrário, nós não podemos esperar que as outras repúblicas americanas vejam a situação sob a mesma ótica que a nossa.”²⁶⁴

Rubottom ainda enfatizava que o esforço da embaixada em Cuba seria vital, pois seria ela a responsável natural em prover as informações necessárias para que o governo americano pudesse apresentar ao continente um retrato mais adequado à sua percepção do regime cubano. E, que a partir dessa percepção, novos aliados pudessem ser angariados para o apoio político e diplomático, como já comentado anteriormente.

²⁶² *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 894.

²⁶³ *Op. Cit.* P. 895.

²⁶⁴ *Op. Cit.* P. 932.”It is, therefore, essential that the United States, using the utmost discretion, play an active role in getting the facts to the rest of the hemisphere; otherwise we cannot expect the other American Republics to see the situation in the same light as we do.”

Por fim, a última menção, na documentação aos esforços de propaganda era uma informação dada por Allen Dulles em um encontro com o Presidente, onde ele avisava que a estação de *Swan Island* já estava em pleno funcionamento. De acordo com as suas fontes na CIA, o sinal só estava um pouco ruim em Havana, devido ao excesso de rádios na região. Mas ele afirmava que no resto do país o sinal estava perfeito, e que a transmissão por rádio era a melhor forma de os objetivos serem atingidos.²⁶⁵ Porém, a utilização de propaganda que enfatizava os valores estadunidenses, visando conquistar corações e mentes em Cuba, trazia consigo um interessante paradoxo comentado por Michael Allen:

“Se apela constantemente aos valores estadunidenses para justificar e legitimar decisões ou tomadas de posição. Inclusive, aqueles que defendem uma postura crítica contra o governo dos Estados Unidos invocam os valores estadunidenses, se bem que é para ressaltar suas incoerências ou hipocrisias... O mundo abriga grandes expectativas sobre os Estados Unidos precisamente porque ele encarna uma idéia de liberdade e democracia a um nível de exigência ética que habitualmente não se poderia esperar que predominasse na tarefa de construção de um Estado no cenário internacional.”²⁶⁶

A propaganda poderia ter sido um meio efetivo para a cooptação dos cubanos e para se angariar a simpatia de aliados. Contudo, a conquista de suporte efetivo das Repúblicas Americanas às medidas estadunidenses contra Cuba estava condicionada a uma intensa coordenação diplomática. O Departamento de Estado sabia que os Estados Unidos estavam em baixa ao sul do continente, e que a maioria dos governos latino-americanos adotavam uma postura ambígua diante de Castro, não demonstrando abertamente a sua ojeriza pelo ditador, visando não gerar tensões com a esquerda nacionalista.

A situação era tão delicada que, Livingston Merchant, em reunião com os Chefes do Estado Maior Conjunto disse que era realmente necessário “um escalpe, e não um machado de cortar carne.”²⁶⁷ O que ele queria passar para os militares,

²⁶⁵ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P.1058.

²⁶⁶ ALLEN, Michael. *Los valores de Estados Unidos. Vanguardia Dossier* : número 7, p.54-66, 2003.P. 54.

²⁶⁷ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P.732.

sendo ele o responsável pela ligação entre a Casa Branca e o JSC, era que uma ação militar unilateral forte por parte dos Estados Unidos não era exatamente uma opção naquele momento. Assim, era possível conter os notórios ímpetos mais belicistas, que, de resto, pudemos observar desde 1958.

Os diplomatas responsáveis pela busca de apoio no continente sabiam que era vital um bom trânsito com três países: Brasil, Argentina e Canadá. A diplomacia estadunidense sabia que com o peso desses três na OEA, qualquer ação contra Castro seria validada dentro das regras estabelecidas no sistema interamericano. E uma ação forte, referendada por uma organização multilateral de peso, era uma vantagem moral da qual os Estados Unidos não queriam prescindir.²⁶⁸

Em um memorando que o Secretário de Estado escreveu para o embaixador em Cuba, pedindo para os embaixadores do Brasil e da Argentina realizarem um papel de mediação junto a Castro, Christian Herter destacou que os dois eram “muito influentes”²⁶⁹ e pediu para que o embaixador Bonsal fosse pessoalmente agradecer a ajuda prestada. O Secretário estava impressionado com uma discussão ao vivo na televisão cubana, onde Castro brigou com o embaixador espanhol. E, deportou-o com o programa ainda no ar.

Os diplomatas do Departamento de Estado acreditavam que boas relações com o Brasil poderiam ser decisivas para carregar o apoio do resto da América Latina. Vasco Leitão da Cunha, o embaixador brasileiro em Cuba, estava em constante contato com Phillip Bonsal. E a sua percepção do problema o aproximava dos Estados Unidos, como mostra o memorando de uma conversa entre ambos:

“O embaixador brasileiro comparou a atitude cubana em relação aos Estados Unidos com a de uma criança que se volta contra seus pais ou professores, e que no final, somente destruiria o que ela tem de mais valioso. Essa teoria pode ser apoiada também pela observação dos líderes cubanos, que apesar de sua inteligência, são imaturos e inexperientes como crianças brincando com armas de fogo. Ele afirmou que a situação exige uma abordagem psicanalítica.”²⁷⁰

²⁶⁸ Para um aprofundamento maior da importância da vantagem moral nas relações internacionais, bem como dos meios de obtê-la, ver Martin Wight em sua obra “A política do Poder”, cap VIII.

²⁶⁹ Op. Cit. P. 766.

²⁷⁰ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P 768.”Brazilian Ambassador likened Cuban attitude toward US to spite of a child against parent or teacher against which could lead him even to destroying his prized possessions. This theory was further supported he believed by

Tal abordagem deixava o Departamento relativamente animado, mesmo porque vem ao encontro do pensamento de certos ramos ideológicos da diplomacia estadunidense, como foi já analisado anteriormente. A pedra no caminho da melhoria das relações e da busca de um apoio brasileiro mais efetivo era a fria recepção que o governo americano deu para a Operação Pan Americana, do presidente Juscelino Kubischek. O diplomata Henry Ramsey comenta o assunto dessa forma:

“Seria útil para reparar as nossas relações danificadas com o Brasil, por causa da Operação Pan Americana, e poderíamos lançar algo que possa ser feito com tempo, colocando o problema do desenvolvimento em um contexto hemisférico e multilateral. Isso iria permitir ao Brasil exercer influências moderadoras em Cuba.”²⁷¹

O governo Eisenhower pouco considerou seriamente a possibilidade de dar ênfase a uma política desenvolvimentista e de apoio hemisférico. Não fazia parte do ideário republicano para a América Latina este tipo de política ou suporte, mesmo que em certos setores do Departamento de Estado ainda existisse um apreço pela política de “boa vizinhança” e uma cooperação hemisférica mais intensa. Porém, ao final do mandato e com o crescente distanciamento da América Latina, o governo percebeu que uma outra orientação teria sido necessária, mas já não havia mais tempo para uma reversão de curso tão severa. Foi uma tarefa solenemente conferida à próxima administração.²⁷²

O outro interlocutor estadunidense foi o embaixador argentino em Cuba, Júlio Amoedo. Ele teve um encontro com diplomatas cubanos buscando alguma possibilidade de acordo ou de uma retomada de negociações com os Estados Unidos. Amoedo enviou alguns comentários que sugeriam o seguinte:

observation that present GOC leaders, however naturally intelligent, are immature, inexperienced and like children playing with fire arms. Situation he feels calls for psychoanalytical approach. ”

²⁷¹ Op. Cit. P. 799. “It would repair our somewhat strained relations with Brazil regarding Operation Pan-America and launch something which must be done in time, placing the development problem in a hemisphere and multilateral context. This would permit Brazil to exert moderating influences on Cuba’

²⁷² IMMERMANN, Richard H (org). *John Foster and the Diplomacy of the Cold War*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.Cap. 6.

“Para os EUA, ser uma vítima dos excessos e dos abusos de Cuba era a melhor forma de superar a predisposição dos países latino-americanos de apoiar a fraca República americana contra o poderoso EUA.”²⁷³

Amoedo complementava afirmando que era sábio para a política estadunidense manter um curso mais paciente, evitando providências mais duras e voltadas para o uso da força. Isso, na verdade, somente reforçava o discurso já defendido pelo Departamento de Estado, onde se pregava pressão contra Cuba, mas sem abusos no uso da força. Mas, o incipiente suporte de Brasil e Argentina acabou não se configurando, pois os dois países passavam por um ano eleitoral e suas necessidades de política interna impediam uma efetivação dessa aproximação. Sem contar outras questões de cunho sóciopolítico que envolviam o relacionamento dos dois países naquele instante. Por outro lado, México e Canadá, por questões de formulação de política externa, não apoiavam as medidas de pressão econômica contra Cuba, as quais julgavam excessivas.

Com o passar do tempo e a ausência de um suporte diplomático formal, o governo estadunidense demonstrava, em suas discussões internas o seu desgosto com a situação. O Departamento de Estado buscava respostas para entender esse, abandono de certa forma, inesperado de toda América em relação às atitudes que os Estados Unidos pretendiam tomar contra Cuba. Um memorando escrito pelo Secretário Assistente de Estado resume bem as motivações em cada país para essa negativa diplomática:

“Para a conversa com o presidente, tem de ter sem sombra de dúvida em mente que o México é simplesmente incapaz de qualquer raciocínio sobre o problema cubano sem remeter a revolução que ele mesmo realizou. Já o presidente brasileiro, que demonstrou desejo de participar em projetos deste Departamento, precisa ser julgado nos termos da política doméstica brasileira e no desejo do presidente Kubischek, que está apoiando o Marechal Lott, visando minimizar a visita do candidato Jânio Quadros a Cuba na primavera passada. Além do mais, de acordo com os relatórios recentes do

²⁷³ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 847. “For US to be “victim” of Cuba’s excesses and abuse was best way he thought to overcome Latin American predisposition to side with weak American republic against powerful US.”

Subsecretário Merchant, está claro que os canadenses são incapazes de entender o problema cubano à luz da verdadeira ameaça que ele representa.”²⁷⁴

Essa pretensa incompreensão da ameaça que Castro representaria para a América Latina deixava, não somente o Departamento de Estado bastante desgostoso, mas também o próprio presidente Eisenhower. Em uma reunião na Casa Branca, ele até mesmo afirmou que era “impossível ter o apoio de vinte países que viviam com governos instáveis”²⁷⁵. Assim, ao atribuir o termo “instável”, Eisenhower desqualifica imediatamente o contexto e as opções políticas de cada país. Reforçando, assim, o velho estereótipo anglo-saxônica sobre a “irracionalidade latina”.

Mas a falta de apoio do Canadá, como um vizinho rico, e membro da OTAN, consternava o governo estadunidense. O governo canadense se recusava a congelar o dinheiro cubano depositado em seus bancos e não pensava em retirar as suas empresas de Cuba. O Secretário do Tesouro americano certa vez afirmou que ninguém no governo canadense entendia de América Latina.²⁷⁶ Os diplomatas estadunidenses também atribuíram tal postura a esse desconhecimento do que realmente representava a questão cubana no xadrez da Guerra Fria. Desmond Morton explica o ponto de vista canadense neste momento:

“Os intelectuais canadenses deploravam a caça aos comunistas promovida pelos políticos americanos, e os diplomatas canadenses se preocupavam com a agressividade da política externa norte-americana...A ansiedade cresceu porque os *policy makers* dos Estados Unidos necessitavam convencer os seus aliados e seus inimigos de que eles iriam, de fato, arriscar o holocausto nuclear para defender os interesses dos Estados Unidos.”²⁷⁷

²⁷⁴ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 1027. “For a discussion with the President, you will be undoubtedly bear in mind that Mexico is simply unable to assess the Cuban problem in any terms except her own revolution. The Brazilian President, if he has evinced a willingness to participate in a good offices effort, must be judged in terms of Brazilian domestic politics and the desire of President Kubischek, who is back Marshall Lott, to offset the effects of candidate Janio Quadros’s visit to Cuba last spring. Moreover, in view of Under Secretary Merchant’s recent reports, it is clear that the Canadians are unable to see the Cuban problem in its truly menacing light.”

²⁷⁵ *Op. Cit.* P. 1086.

²⁷⁶ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P.1013.

²⁷⁷ MORTON, Desmond. *A Short History of Canada*. Toronto: McClelland & Stewart, 2001. P. 267.

A maioria dos países do bloco ocidental percebia os eventos em Cuba como um problema dos Estados Unidos, e não como uma ameaça direta do comunismo. Naturalmente, essa postura se modificaria com os eventos a partir de 1961 e com a efetivação da união entre Cuba e os soviéticos. Mas, em 1960, os Estados Unidos não conseguiram persuadir diplomaticamente as nações do seu bloco, e isso deixou o governo Eisenhower engessado em termos de alguma medida mais forte.

Assim, o suporte diplomático, que era um dos pilares do plano de remoção de Castro, havia falhado. Já que os outros países percebiam os eventos na ilha como um problema estadunidense, caberia aos Estados Unidos, unilateralmente, resolver o impasse. A questão agora era se o apoio norte-americano para isso seria de maneira explícita ou secreta. Era da concordância da Casa Branca e do Departamento de Estado, que a mudança de regime deveria ser realizada pelos próprios cubanos, com auxílio material e logístico secreto dos Estados Unidos.²⁷⁸

A pressão econômica e a propaganda tinham como objetivo minar Cuba por dentro, fazendo com que o tecido social se desintegrasse, criando as condições necessárias para a queda do regime de Castro. Havia também duas iniciativas que estavam sendo realizadas fora da ilha e com forte apoio estadunidense. Uma, era a montagem de um grupo político de oposição, baseado nos exilados de Miami, visando a montagem de um novo governo.

A outra iniciativa consistia no treinamento de mais de mil tropas paramilitares de exilados, visando uma invasão armada da ilha. O objetivo era que esse grupo, bem treinado e armado, apenas daria o golpe final em um governo pretensamente desgastado politicamente, e que cairia com facilidade diante do descontentamento do “povo cubano”. Essas tropas estavam sendo treinadas pela CIA na Guatemala, e o governo estadunidense desejava o seu uso o mais rápido possível.²⁷⁹

No que dizia respeito à criação de uma oposição forte no exílio, os problemas eram os mais diversos. Desde a fraqueza ideológica e falta de cooperação entre os diferentes partidos, até a ambição de antigos membros do gabinete de Batista de retornarem ao poder. A dificuldade inicial que se levantava já era relativa ao tipo de atividade que esses exilados realizavam na Flórida. Desde 1959, esses novos

²⁷⁸ Op. Cit. P.1049.

²⁷⁹ Ver BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. Pp. 242-243.

moradores estavam criando sérias dificuldades ao serviço de imigração dos Estados Unidos.

Até mesmo os cubanos mais ricos se dedicavam a atividades ilícitas como jogo, tráfico de drogas e vôos clandestinos para bombardear Havana. A sugestão dada pelo governo para o Departamento de Justiça foi a de que eles deveriam ser deixados em paz, pois eram muito úteis para as finalidades estadunidenses num futuro próximo. As atividades criminosas geravam um desgaste maior com o governo estadual, e os vôos provocavam seguidos incidentes diplomáticos entre Cuba e os Estados Unidos.²⁸⁰

Em uma carta para o Almirante Arleigh Burke, Livingston Merchant explica porque é era necessário suportar os “modos” dos imigrantes:

“A não ser que ocupemos Cuba militarmente por tempo indefinido, a única solução para o problema cubano é a emergência de uma liderança cubana sequiosa e capaz de governar o país de acordo com os moldes consistentes com a política básica dos Estados Unidos para a América Latina. E isso ainda vai levar tempo.”²⁸¹

Seguindo a lógica política da conjuntura, é possível entender a proposição de Merchant para Burke. Apesar da tentação de resolver o problema a curto prazo se utilizando da poderosa máquina de guerra estadunidense, o preço em vidas americanas e a incerteza do sucesso eram grandes demais para uma ação tão ousada. Como já destacado anteriormente, o exemplo de Suez ainda era bastante vivo nos diplomatas e militares estadunidenses. Dessa forma, tolerar os modos *pouco polidos* dos exilados era apenas um pequeno preço a ser pago, diante da estratégia que em tese seria a correta.

Outro ponto bastante pertinente é sobre o caráter dessa oposição. Qual era a sua base social e política? Quem eram os partidos? Eram eles confiáveis, compatíveis com as políticas americanas? Um relatório feito pelo Departamento de Estado visava a responder essas perguntas:

²⁸⁰ Idem.

²⁸¹ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P.838. “Unless we were indefinitely to occupy Cuba militarily, the only solution to the Cuban problem is necessarily the emergence of a Cuban leadership willing to and capable of governing the country along lines acceptable to the Cuban people and along lines consistent with basic US policy to Latin America.”

“a) o novo governo deve ser uma coalizão de vários grupos de oposição, de uma unidade bastante frágil, principalmente de centro ou de esquerda e fortemente nacionalista em sua orientação política. Contudo, o futuro governo vai trabalhar com os EUA para trazer estabilidade social, econômica e política.

b) Por causa do vasto apoio que muitos dos programas e objetivos do governo Castro possuem, as políticas proclamadas pelo novo governo serão variantes desta – porém, as medidas iniciais implementadas vão provavelmente ser mais responsáveis e calculadas para provocar uma menor objeção dos EUA.”²⁸²

O governo estadunidense desejava que um novo regime cubano fosse capaz de criar uma classe média liberal no país, que seria o sustentáculo de um regime democrático e aliado dos Estados Unidos. A Casa Branca também sabia que buscar ajuda nos antigos asseclas de Batista era algo impensável, por isso era necessário lidar com forças de esquerda mais moderadas, mas que ainda não eram o tipo de elite política percebida pelos norte-americanos como ideal para governar o país. Por elite política e econômica, podem-se entender homens de negócios de alto escalão e outras profissões geralmente ligadas às classes mais abastadas de uma nação. Nancy Snow explica a lógica inserida na escolha dessa elite:

“... a elite culta se encontra na melhor posição para traçar e influenciar a política pró-América em seus respectivos países. Que dizer da maioria da massa, daqueles 80 a 90% que o jornalista Walter Lippmann chama de ‘o confuso rebanho’? Espera-se que apenas leve adiante o programa e não se incomode com a tomada de decisão política ou econômica.”²⁸³

Organizar a oposição cubana exilada se mostrava uma grande dificuldade. Existiam muitos movimentos sem expressão, que mais atrapalhavam através de minúcias ideológicas. O principal movimento oposicionista era a Frente

²⁸² Op. Cit. P. 1066. “a) The new government is likely to be a coalition of various opposition groups, or fragile unity, left of center and strongly nationalistic in political orientation. It will, however, be willing to work with the US in bringing about political, social, economic and financial stability. B) Because of the widespread support enjoyed by many of the objectives and programs of the Castro government, the proclaimed policies of the new government will be variants of these – although initial measures of implementation will probably be more responsible.”

²⁸³ SNOW, Nancy. *Propaganda Inc. vendendo ao mundo a cultura dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1998.P. 48.

Revolucionária Democrática (FRD), que possuía uma agenda social não muito radical, e era claramente um movimento anticomunista. Contudo, as informações colhidas em Miami não eram muito positivas, pois o movimento era minado por brigas internas e vaidade pessoal do líder Antônio de Varona. Por fim, a Frente foi caracterizada pelo Departamento de Estado como “inerte”, não conseguindo sequer iniciar um programa de sabotagem contra o governo de Castro.²⁸⁴

Outro grupo considerado de peso era o Movimento Revolucionário do Povo (MRP), que tinha como *slogan* o seguinte mote : “fidelismo sem Fidel”. O que na verdade o grupo contemplava era o retorno da “democracia”, com a mudança da economia, seguindo alguns dos princípios de Castro. De acordo com os diplomatas norte-americanos, o Movimento queria aliar uma forte presença estatal, mas sem excluir o capital privado. Outra vantagem percebida era a de que a maior parte dos correligionários ainda estava lutando em Cuba, o que lhes daria um maior conhecimento da situação. Contudo, os relatórios da embaixada em Havana informavam que esses guerrilheiros opositores estavam sofrendo severas baixas, o que poderia comprometer a sua causa a médio prazo.²⁸⁵

Outros partidos opositores, como o Movimento 30 de Novembro, o Bloco de Organizações Anticomunistas Cubanas e a Ação Cívica Anticomunista, eram vistas como muito incipientes em sua capacidade de ação e difusas em seu caráter ideológico. Eram movimentos, de cujas intenções, que nem o Departamento de Estado possuía plena idéia, e a plataforma de alguns deles era incompatível com as metas que os Estados Unidos pretendiam atingir na ilha. Portanto, foram rapidamente descartados como alternativa viável.

A perspectiva do surgimento de uma oposição política forte em Cuba parecia cada vez mais nebulosa, conforme chegava o fim do governo de Eisenhower. Ademais das dificuldades anteriormente relatadas, ainda existiam uma série de problemas legais, tais como o reconhecimento de um governo no exílio, bem como a sua devida representação na ONU e na OEA.

Não bastasse isso, os relatos da embaixada em Havana davam conta de que Castro consolidava cada vez mais o seu poder na ilha, deixando pouca margem para

²⁸⁴ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 1155.

²⁸⁵ *Idem*.

o florescimento de um novo movimento. Também se levava em consideração que, apesar da popularidade de Fidel ter diminuído desde janeiro de 59, ela era ainda muito alta, especialmente nas camadas populares.²⁸⁶

A conclusão do Departamento de Estado nos últimos dias da administração Republicana era que a oposição não tinha a menor chance de derrubar Castro naquele momento. Era necessário continuar a pressão, e mesmo assim, esperar resultados de médio e longo prazo.²⁸⁷ Enquanto a oposição não estava pronta, o grupo de paramilitares destinados a ser o braço militar da ação política na retomada de Cuba, estava sendo treinado a pleno vapor. Vale lembrar que a organização dessa força estava por conta da CIA, mas, como todo planejamento relacionado a Cuba, estava dividido com o Departamento de Estado, mantendo-se este informado sobre o projeto constantemente.²⁸⁸

Desde que a ordem de derrubar o regime cubano fora dada pela Casa Branca, ao final de 1959, o uso de força militar era contemplado. O plano inicial formulado pelo JCS está explicado da seguinte forma:

“Sob estes planos está antecipado que as forças utilizadas podem ser dos Estados Unidos em conjunto com outras nações ou forças dos EUA podem ser utilizadas unilateralmente. Os planos visam, em uma instância, o que somente força naval e os Marines serão usados, com a marinha provendo suporte anfíbio e os Marines a força terrestre. Em outra instância, está planejado que todos os serviços militares dos EUA utilizarão suas forças, com a marinha provendo uma força tarefa, os Marines ficarão com a força de desembarque anfíbio, bem como a Força Aérea e os pára-quedistas do Exército. Esse plano pode entrar em ação em poucas horas.”²⁸⁹

Também estava previsto no plano um bloqueio naval da ilha, que demoraria algo em torno de 24 horas, de acordo com o Comando da Frota do Atlântico. Apesar da estratégia já estar montada e ser tentadora pela possibilidade de uma solução rápida, politicamente não era viável. Como foi possível verificar, não existia apoio

²⁸⁶ Op. Cit. P. 1185

²⁸⁷ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 1185.

²⁸⁸ A parte da operação da remoção de Castro que estava sob comando da CIA foi chamada de “Project Clean up”, com um orçamento estimado em US\$ 28 milhões. Ver Moniz Bandeira.

²⁸⁹ Op. Cit. P.842. “The plan envisage, in one instance, that only and Naval and Marine forces would be used with the Navy providing amphibious support and the Marines landing forces. Only a few hours would be necessary to implement this Navy-Marine plan. In another instance it is anticipated that all US services would provide forces, and the Air Force and Army airborne forces. This plan also can go into effect within a few hours.”

diplomático para uma ação militar direta dos Estados Unidos contra Cuba. E não existia, também, apoio interno, ainda mais para um governo em fim de mandato. Uma guerra em ano eleitoral poderia ter efeitos desastrosos nas eleições de 1960.

Dessa maneira, a solução intermediária foi entregar à CIA a montagem de um grupo paramilitar de exilados cubanos, que seria treinado por militares estadunidenses. A função deste grupo paramilitar seria espalhar focos de resistência em toda Cuba, colaborando para dar o golpe final contra o regime de Fidel Castro. O grupo 5412 havia estipulado, em março de 1960, que seriam necessários 6 meses para que os paramilitares estivessem prontos para agir.²⁹⁰

Os cálculos do grupo se mostraram muito otimistas. Em agosto, somente estava pronto o treinamento de 20 instrutores cubanos, realizado na Escola das Américas, no Panamá. Esses 20 instrutores já estavam a caminho da Guatemala, onde 500 exilados estavam sendo treinados para a invasão. Na Guatemala, já estavam forças especiais dos Estados Unidos e técnicos da Força Aérea, que eram responsáveis pela montagem de toda a estrutura.²⁹¹

O Secretário de Defesa, Thomas Gates, deixou bem claro que não queria forças americanas na operação de ataque direto, pois os Estados Unidos não poderiam estar diretamente ligados a qualquer evento do tipo, pois isso poderia causar um dano irreparável nas relações com a América Latina. Já Gordon Gray²⁹² discordou, e defendeu que tropas estadunidenses deveriam ser utilizadas como reservas, caso o ataque falhasse. Allen Dulles temporizou, dizendo que era uma decisão a ser tomada pelo JCS, e que ali não era o melhor momento para tal debate.²⁹³

Durante o treinamento das tropas, acabou vazando para o *New York Times* a história sobre o campo de treinamento. A notícia teve um forte impacto no continente, gerando uma crise com a oposição guatemalteca despertando a fúria do governo cubano, que se sentiu bastante ultrajado. A imprensa internacional e a ONU se tornaram atentas ao assunto, e estabeleceram uma certa cobrança sobre o

²⁹⁰ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 851.

²⁹¹ *Idem*.

²⁹² Assistente especial do presidente para Assuntos de Segurança Nacional.

²⁹³ *Op. Cit.* P. 1058.

governo norte-americano. O Secretário de Assuntos Interamericanos, Thomas Mann, comenta o vazamento:

“Para minimizar o perigo, eu creio que devemos nos mover rapidamente para tirar o foco do nosso treinamento clandestino e outras atividades que temos na Guatemala, e deveríamos transferir as operações para bases dentro dos Estados Unidos. Medidas de segurança mais eficientes seriam possíveis aqui, e outras vantagens operacionais estariam disponíveis da mesma forma. Se essa revelação pública eventualmente der resultado, os EUA deveriam, em meu julgamento, suportar o risco de uma humilhação pública ao invés de uma provável perda do atual governo da Guatemala.”²⁹⁴

A sugestão de Mann de trazer o treinamento para os Estados Unidos foi imediatamente rejeitada pela Casa Branca, que acreditava que o risco de vazamentos era ainda maior em solo norte-americano. Outro fator que colaborou para essa decisão foi que os Estados Unidos não poderiam estar de forma alguma ligados diretamente a essa operação, pelo menos publicamente. E caso ocorresse algo semelhante em uma base americana, não haveria como negar e a operação seria abortada.

O governo Eisenhower foi bastante eficiente em montar uma história para cobrir a falha, mas os meios pelos quais o objetivo foi atingido ainda não estão claros na historiografia do período.²⁹⁵ De concreto, se sabe que o treinamento continuou no mesmo lugar, e que a CIA esperava aumentar o número de tropas para acima de 600.²⁹⁶ Para que isso acontecesse, de acordo com Dulles, um novo campo de treinamento deveria ser construído na América Central, provavelmente na Guatemala.

Ao mesmo tempo, os vôos do avião de reconhecimento U2 foram autorizados pelo presidente Eisenhower, visando a angariar novas informações sobre os

²⁹⁴ *FRUS*, Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 1123. “To minimize this danger, I believe we should move promptly to de-emphasize our clandestine training and other activities in Guatemala and to transfer such operation to bases within the United States. Improved security measures would be possible here, and distinct operational advantages would be offered as well. Should public revelation eventually result, the US could, in my judgment, better stand the risk of embarrassing publicity than it could the loss of the present government of Guatemala. ”

²⁹⁵ Graubard e Elmo Richardson.

²⁹⁶ Livrão em torno de 1123.

dispositivos de defesa cubanos.²⁹⁷ O U2, avião mais moderno de sua época, estava sendo usado com bastante eficiência sobre a URSS, permitindo aos americanos monitorarem até mesmo o potencial nuclear soviético. As primeiras conclusões das análises avaliaram que o exército de Castro crescera consideravelmente, tendo em vista o ano anterior. Já havia inclusive a preocupação com a possibilidade da instalação de mísseis soviéticos, sendo eles nucleares ou não.

Essas novas informações aguçaram o sentido de urgência do governo americano. William Pawley, amigo do presidente e de Antônio de Varona, líder maior da oposição, pediam pressa na execução do plano e o aumento no número de paramilitares para 3.000.²⁹⁸ Ambos acreditavam que a janela de oportunidade para uma ação mais forte em Cuba estava se fechando rapidamente. O Departamento de Estado corroborava a idéia, mas entendia que era tarde demais para o governo Eisenhower fazer algo mais sério. Seria tarefa do presidente recém eleito, John Kennedy, dar seqüência aos trabalhos e finalizar a obra iniciada na gestão Republicana.²⁹⁹

Como foi possível perceber, a formulação das medidas que visavam a enfraquecer e derrubar Castro foram bastante heterogêneas e exigiram bastante dos recursos do Departamento de Estado, tanto no planejamento, como na complexa execução de cada uma das ações em andamento. Contudo, todas elas estavam falhando em dar o resultado esperado no momento em que foram concebidas. Cuba, com o crescente suporte do bloco oriental, resistia ao embargo econômico estadunidense, principalmente ao corte do acesso ao mercado norte-americano de açúcar.

As iniciativas no campo da propaganda apresentavam resultados inconclusivos, diante do alto investimento que receberam. Castro, conforme se consolidava ainda mais no poder, cada vez estava mais hábil em controlar o fluxo de informações dentro de seu próprio país. O suporte diplomático das Américas, tão útil para reafirmar uma liderança estadunidense no continente e dar legitimidade a uma ação militar contra Cuba, estava absolutamente esvaziado. A imagem desgastada dos Estados Unidos, diante do conhecido “descaso” ao continente no pós Segunda

²⁹⁷ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 1093.

²⁹⁸ Op. Cit. P. 1127.

²⁹⁹ Op. Cit. P.1176.

Guerra, havia diminuído o interesse de muitos dos países latino-americanos em uma aliança incondicional. O complexo contexto interno dessas nações, especialmente a sua relação com as forças de esquerda, deixavam governos temerosos de participar de uma empreitada contra um regime que era popular entre muitos setores da esquerda na América Latina.

A oposição cubana, apesar dos intensos esforços do Departamento em buscar um grupo forte e coerente com as idéias estadunidenses, era dispersa e bastante fraca. O próprio governo estadunidense reconhecia que mais tempo seria necessário para a devida maturação de uma força política de oposição que tivesse reais condições de um embate com Castro pelo poder em Cuba. Sobrava como uma espécie de “solução milagrosa”, o uso da força de invasão paramilitar. Mas até mesmo essa força estava com um número inferior ao necessário e o seu treinamento estava atrasado. Sem contar as inúmeras incertezas sobre o plano de desembarque, e a incerteza sobre o uso de tropas americanas na operação. John Kennedy acabaria pagando, em 1961 pelas dúvidas e falhas de 1960.

A questão de Cuba havia se tornado um verdadeiro *nó górdio* para a administração Eisenhower. Apesar do desaparecimento do ambiente de severas discordâncias entre os diferentes setores governamentais, que marcaram os anos de 58 e 59, os resultados foram inferiores aos obtidos anteriormente. Se o caminho trilhado anteriormente era duvidoso, pelo menos foi fruto de um sério debate de diferentes percepções sobre a política externa dos Estados Unidos, que gerou os melhores resultados possíveis no momento.

Porém, um ambiente de menor atrito e concordância quase absoluta gerou uma série de projetos falhos, que comprometeram seriamente a capacidade dos Estados Unidos atingirem seus objetivos em relação a Cuba. Esse fator, somado aos problemas internos e externos enfrentados pelo governo norte-americano naquele estágio da Guerra Fria, redundaram no fracasso da derrubada de Castro ainda em 1960, como era o desejo de Eisenhower.

Por fim, o que fica evidente é a falta de entendimento sobre a realidade latino-americana no momento, por parte da maioria do alto escalão governamental estadunidense. Também se pode perceber que a retomada conservadora do governo Eisenhower levou a busca de soluções anacrônicas, que foram insuficientes

para a execução de um plano efetivo. E, paradoxalmente, um ambiente de entendimento entre os diferentes setores governamentais acabou por gerar uma política que era, ao mesmo tempo, tudo e nada. Não era militarista o suficiente (“jacksoniana”) e nem idealista (“wilsoniana”) o bastante. Diz-se usualmente que a virtude está no caminho do meio. Neste caso, o caminho do meio foi, talvez, o que acabou sendo o calcanhar de Aquiles do planejamento estadunidense.

3.3. Meu vizinho é um satélite comunista.

Desde quando o governo de Fulgêncio Batista começou a dar os seus primeiros sinais de desgaste em 1956, era importante para a diplomacia estadunidense entender o caráter político e ideológico da oposição cubana. Esta tarefa era bastante valiosa, pois Cuba era um ponto estratégico do Caribe, sede de uma base americana e localizada a poucos quilômetros da costa da Flórida. A partir dessas premissas, uma Cuba comunista não era uma opção aceitável para os interesses estadunidenses no contexto da Guerra Fria.

Portanto, a missão da embaixada em Havana e dos consulados no interior era a de identificar tendências comunistas nos movimentos da oposição cubana. A intensidade e determinação desse trabalho puderam ser percebidas no ano de 58, quando a guerra interna entre governo e os rebeldes atingiu seu ápice. Foi quando o embaixador americano, Earl Smith, entrou em choque com as interpretações do ARA e do CMA sobre o caráter do principal movimento de oposição, liderado por Fidel Castro.

Para Smith, Castro era um perigoso comunista; já para os especialistas em América Latina do Departamento, ele era um nacionalista de esquerda que poderia ser trazido para o lado estadunidense. Saber se o novo governo, surgido dessa oposição, era comunista ou não era decisivo para a escolha da política a ser desenvolvida para Cuba. O surgimento de um país comunista em plena América, área de influência consagrada dos Estados Unidos, era algo inaceitável pela Doutrina Monroe. Sobre o tema, comenta Russell Mead:

“A Doutrina Monroe era mais que simplesmente não-isolacionista: ela era anti-isolacionista. Ela chegava a reconhecer que a segurança dos Estados Unidos dependia do equilíbrio do poder na Europa. Com a sua promulgação, a primeira fase da política externa norte-americana chegou ao fim. Os princípios estratégicos da Doutrina Monroe continuaram, sem interrupção, a moldar a nossa política externa, daquela

época até os dias de hoje. As intervenções estadunidenses nas guerras mundiais e na Guerra Fria não representam uma série de radicais afastamentos dos princípios instituídos por Monroe: são, ao contrário, exemplos do mesmo pensamento que o levou a proclamar a sua doutrina.³⁰⁰”

A Doutrina, como comentou Mead, apesar de ter tido seu maior impacto no século XIX, representa um princípio basilar da diplomacia estadunidense até os dias atuais. No delicado jogo de xadrez da Guerra Fria, ela representava o fato de que os Estados Unidos não iriam tolerar qualquer intervenção da URSS no continente. A sobrevivência dos Estados Unidos na Guerra Fria estava ligada assim, à capacidade de manter a hegemonia na sua zona de influência historicamente consagrada. E que a resposta para tal tentativa seria a ameaça do uso imediato da força contra a nação que se submetesse ao jugo soviético, e até mesmo contra a própria União Soviética.³⁰¹ Dessa forma, determinar o grau da “ameaça” significava a medida da força que deveria ser empregada.

Se em 1959 ainda existiam dúvidas sobre a possibilidade de Castro cooperar com os Estados Unidos, em 1960 elas já haviam desaparecido. A questão não estava mais centrada na possibilidade de uso da força ou não, mas sim na medida do uso dessa força. E aqui é que se fecha o círculo, já que, entender o grau de periculosidade do regime cubano para os objetivos estadunidenses era o fator determinante para a dosagem do “remédio”. Assim como anteriormente, cabia aos diplomatas estadunidenses residentes em Cuba essa avaliação, bem como era importante o trabalho realizado em Washington pelos analistas do Departamento de Estado, de Defesa e da CIA.

Gordon Gray, um dos membros mais influentes do gabinete de Eisenhower, afirmava que “Cuba não era mais apenas um problema diplomático”, mas sim que já era um problema para a segurança dos Estados Unidos no continente.³⁰² O Departamento de Defesa sintetizava sua percepção dessa maneira:

³⁰⁰ MEAD, Walter Russell. *Uma orientação especial: A política externa norte-americana e a sua influência no mundo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército editora, 2006. P.125.

³⁰¹ Ver MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of Power Politics*. New York: W. W. Norton & Company, 2001. P.322-328.

³⁰² *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 724

“(a) O Sr. Erwin, da Defesa, argumentou que os nossos interesses estratégicos e militares são estes, (1) vão além de uma mera retenção da base naval, e (2) inseparável dos aspectos políticos e psicológicos da nossa situação vis-à-vis com Cuba. Todos os presentes concordaram não apenas com a resposta do Sr. Erwin, mas, também com a proposição geral de que o controle comunista de Cuba – seja pela URSS ou indiretamente – seria intolerável.”³⁰³

Como Erwin deixou bem claro, a questão era também psicológica e não meramente estratégica. Isso era oriundo da percepção estadunidense de que a URSS estava na ofensiva, e até mesmo estava vencendo a Guerra Fria, na visão de alguns observadores mais exagerados.³⁰⁴ Para estas pessoas, Castro era apenas a extensão de Nasser, Mao e Ho Chi Minh. Todos percebidos como marionetes do Comunismo internacional, comandado pela União Soviética. Em relação a “ofensiva” soviética, comenta Stephen Graubard:

“Isto se tornou aparente nos últimos meses de 1957 quando os soviéticos lançaram o satélite Sputnik. O congresso, a imprensa, e o público, alarmados pelo que viam como a mais nova evidência da superioridade soviética em desenvolvimento de mísseis e conhecimento científico, exigiam alguma resposta.”³⁰⁵

Interpretar com precisão os indícios de aproximação de Cuba com o bloco comunista e até que ponto isso realmente significava uma real inserção na órbita soviética, não era uma tarefa fácil. Mandatários como Tito e Nasser faziam um jogo duplo, visando a seus interesses nacionais; porém, ambos correram sérios riscos ao fazê-lo. Já em relação à China, a interpretação predominante nos círculos diplomáticos estadunidenses era ainda pouco desenvolvida, pois ainda se pensava em China e Rússia como partes de uma mesma proposta, e não como entes distintos de um grupo de contestação à ordem capitalista.

³⁰³ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 737.”(a) Mr. Erwin of Defense pointed out that our strategic military interests in Cuba are both, (1) far broader than merely the retention of the naval base, and (2) inseparable from the political and psychological aspects of our situation vis-à-vis Cuba. All present agreed not only with Mr. Erwin’s response but the general propositions that Communist control of Cuba – either by the USSR or indirectly – would be intolerable.”

³⁰⁴ Joseph McCarthy, Richard Nixon, entre outros.

³⁰⁵ GRAUBARD, Stephen. *The Presidents: the transformation of the american presidency from Theodore Roosevelt to George W. Bush*. New York: Penguin Books, 2006.P. 388.

À medida que o governo estadunidense começa a boicotar Cuba economicamente, o governo de Castro busca suporte econômico no Bloco Comunista. Tal gesto, por sua vez, era percebido por ramos conservadores da política estadunidense como a definitiva demonstração de uma simpatia antiga pelo comunismo, e não como um movimento pragmático de autodefesa do regime, o que seria o caso de Nasser. Allen Dulles, representante dessa corrente mais conservadora, acreditava que o nacionalismo era um estimulante ao comunismo. Em contrapartida, Eisenhower não percebia ligação direta entre os dois fenômenos.³⁰⁶

O grupo que interpretava o regime cubano como sendo uma “esquerda nacionalista”, estava em baixa no Departamento de Estado desde outubro de 59, quando ocorreu a mudança da política americana para a ilha. A definição então em voga no Departamento era essa:

“O governo Castro, além de ser totalitário, marxista e antiamericano, está cada vez mais colocando Cuba dentro do sistema econômico, militar e político sino-soviético, ambos sob a influência do comunismo internacional nas suas políticas interna e externa.. Sob Castro, Cuba se tornou o mais novo satélite comunista. É agora a ponta de lança para a penetração comunista no hemisfério ocidental. A propaganda de Castro já incita o ódio de classes e a revolução, os agentes de Castro encorajam e financiam a subversão, dinheiro e armas de Castro estão disponíveis para financiar e equipar a revolução em toda a América Latina.”³⁰⁷

Interessante perceber a personalização do memorando. São as “armas de Castro” e não as armas de Cuba. Esse tom é bem típico do momento, onde tudo parece convergir para Castro como o mentor dessa nova movimentação diplomática cubana. Nos anos anteriores, Fidel era um “enigma”, enquanto Che Guevara e Raúl Castro eram “os agentes do comunismo.” Agora tudo que está relacionado ao

³⁰⁶ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 858.

³⁰⁷ *Op. Cit.* P.1143.”The Castro Government, in addition to being totalitarian, Marxist and anti-American, is constantly placing Cuba more securely within the Sino-Soviet economic, political and military system and under the influence of international communism both with respect to its external and internal policies. Under Castro, Cuba has become the newest communist satellite. As such it is a bridgehead for communist penetration of the western hemisphere. Already Castro propaganda incites class hatred and revolution, Castro agents encourage and finance and equip armed rebellion, throughout Latin America. ”

comunismo passa por Fidel, mesmo que ele ainda não tivesse se declarado publicamente seguidor do marxismo.³⁰⁸

Independentemente do tipo de retórica ou do papel de Dulles e da CIA na formulação da imagem de um Castro comunista, pode-se perceber que Cuba era de fato tida e havida como um satélite da URSS. A crença da diplomacia estadunidense nesse fato se aprofundava à medida que a ilha firmava novos acordos de parceria com países do Bloco Oriental. O Departamento de Estado esperava que Cuba reconhecesse diplomaticamente a China comunista e a Alemanha Oriental ainda naquele ano. Anastas Mikoyan, membro do *Politburo* soviético, em visita a América Latina, transferiu a exposição soviética da Cidade do México para Havana.³⁰⁹

A exposição aconteceria em 30 de janeiro daquele ano, com a presença de Mikoyan e mais 80 oficiais do alto escalão soviético. De acordo com as fontes da CIA, as embaixadas da Rússia e de Cuba estavam em amplo contato, para a retomada dos laços diplomáticos formais, porque Cuba receberia até 6 milhões de dólares em crédito. Dulles aproveitou para dizer que era melhor que a ilha demonstrasse os seus laços com a URSS, pois assim seria mais fácil para os Estados Unidos tomarem as “medidas corretas”.³¹⁰ Com relação a visita de Mikoyan, comenta Richard Gott:

“Mikoyan teve longas conversas com Castro e viajou ao redor do país. Seu filho, Sergo, selou uma amizade imediata e duradoura com Guevara. Ambos retornaram para Moscou com um relatório atualizado da revolução. O relacionamento foi estabelecido no tempo preciso, agora que Cuba e os Estados Unidos estavam engajados em uma batalha.”³¹¹

O embaixador Phillip Bonsal, em consulta com Eisenhower em Washington, alertou que havia uma forte presença comunista na ilha. Que eles então possuíam jornais e membros influentes dentro do governo cubano. Bem como já havia a presença de estrangeiros no país, que comungavam com a ideologia comunista. Em

³⁰⁸ Declaração ocorrida em abril de 1961 após a invasão da Baía dos Porcos, Castro declarava o “caráter socialista” da Revolução Cubana.

³⁰⁹ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P.741.

³¹⁰ *Op. Cit.* P.749.

³¹¹ GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.P. 182.

anexo, Roy Rubottom afirmou que a diplomacia cubana se voltava para a América Latina, buscando o que ele chamou de “Conferência dos Subdesenvolvidos”. As fontes de Rubottom igualmente lhe passaram que a iniciativa cubana estava sendo friamente recebida no continente.³¹² Mas, paradoxalmente os norte-americanos percebiam que havia simpatia pela Revolução em determinados segmentos sociais da América Latina, como refere a Estimativa Nacional de Inteligência para o ano de 61:

“O regime de Castro possui uma considerável medida de simpatia entre o público geral na América Latina, pois aparenta se levantar pelo progresso social e pela emancipação do domínio econômico dos EUA.”³¹³

O relatório argumentava também que mesmo dentro de um ideal libertário, o governo de Castro assustava diversos setores políticos na América Latina, principalmente no que dizia respeito à pregação revolucionária do movimento. Mas ainda se afirmava que não existia espaço para um apoio efetivo dos países latino-americanos contra Castro, pois estes governos temiam a ação da “oposição nacionalista” de seus países, que muitas vezes simpatizava com o regime cubano.

As pretensões de Castro na América Latina preocupavam sob outra perspectiva, que era justamente a exportação do modelo revolucionário para outros países do continente, iniciando assim o chamado “efeito dominó”. Henry Ramsey, do Grupo de Planejamento de Políticas, fez um memorando refletindo essas questões. Ele percebia que Venezuela, Panamá, Colômbia, Peru e Guatemala eram os candidatos mais prováveis para uma “revolução financiada com dinheiro cubano”.³¹⁴

Ramsey criticava o ARA, pelo que chamava de um “estado de semiparalisa” por parte da diplomacia americana em relação a Cuba. O discurso de moderação deveria se encerrar imediatamente, pois ele acabaria por deixar a diplomacia estadunidense sem ação e o uso da força a partir disso provavelmente seria na dose

³¹² *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. 765.

³¹³ *Op. Cit.* P. 1171. “The Castro regime enjoys a considerable measure of sympathy among the general public in Latin America because it appears to stand for social progress and for emancipation from US economic dominance.”

³¹⁴ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P. 795.

errada. De acordo com Ramsey, já que as medidas necessárias não foram empregadas na hora certa, Cuba acabaria isolada do sistema estadunidense e terminaria obrigando os Estados Unidos a tomar uma medida militar unilateral, que teria como efeito a consolidação da ilha na “esfera sino-soviética”.

Ramsey caracterizava Castro como um “anarco-sindicalista ao molde espanhol, agregado de algumas óbvias tendências comunistas”. Ele argumentava que era desnecessário debater com um homem que possuía tais idéias, que eram bem o oposto de tudo o que os Estados Unidos significavam como projeto de nação. Ele concordava com o ARA em uma coisa: a batalha contra o ainda chamado “castrismo” se daria em nível continental, e que era necessária uma “doutrina” para garantir a segurança do continente. Nos moldes que Ramsey propôs, poderia até ser mesmo algo parecido com o que ficaria conhecido como Doutrina de Segurança Nacional.

Contudo, ao final ele sugere uma solução que aponta para um caminho diferente do que é sugerido no parágrafo acima:

“O nosso objetivo deve ser o de alcançar as massas não privilegiadas do hemisfério da mesma forma que Milo Perkins atribuiu a imagem criada por F.D.R dos EUA nos tempos da Política de Boa Vizinhança. Se as massas latino-americanas conseguirem identificar os EUA como realmente preocupados com o seu bem estar, certamente os principais motivos do sentimento anti-EUA existente pode ser diminuído, e aí poderemos conversar com os Castros de uma posição mais forte.”³¹⁵

Pode-se perceber que a posição de Henry Ramsey é bastante distinta do Departamento de Estado e dos grupos mais conservadores. Ele combinava a idéia de segurança hemisférica com o retorno a uma política de boa vizinhança, que já era uma discussão forte em certos meios *liberais* ao final da década de 50. Ao final de seu relatório, chega até mesmo a argumentar a favor de industrialização e reforma agrária para a América Latina. Ele se colocava contra o militarismo anticomunista e

³¹⁵ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 796. “Our objective should be to reach the underprivileged masses of the hemisphere in somewhat the same fashion that Milo Perkins has attributed to the US image projected by F.D.R. in the Good Neighbor days. If the Latin American masses can again identify the US as having a true concern for their welfare, certain of the mainsprings of existing anti-US sentiment can be abated and we can begin to talk with the Castros from a position of greater strength.”

igualmente desgostoso com a posição do ARA, em simplesmente entregar o problema para os anticomunistas do governo e para a próxima administração.

Neste momento é válido retomar o debate Mead X Kissinger, analisando características e padrões da política externa norte-americana. O posicionamento de Ramsey, demonstra bem a imensa diversidade de opiniões existentes na formulação da diplomacia estadunidense, o que Mead acredita ser fruto do caráter único da democracia americana. Já para Kissinger, esse discurso evidencia a presença da tendência idealista e liberal de Wilson, que seria o grande fio condutor das relações internacionais dos Estados Unidos. Ele explica o seu ponto de vista através de uma comparação entre Wilson (idealista liberal) e Theodore Roosevelt (realista):

“Woodrow Wilson foi a encarnação do excepcionalismo norte-americano, e originou o que iria se tornar a corrente intelectual dominante da política externa norte-americana – uma corrente onde Roosevelt é considerado na melhor hipótese como irrelevante e na pior é visto como adverso aos interesses de longo prazo da América.”³¹⁶

No caso cubano, o posicionamento de Ramsey consegue desagradar a quase todos e acaba sendo considerado anacrônico em relação as necessidades do momento. Russell Mead, ao apontar os embates das correntes políticas na democracia americana, colabora para o entendimento desse fenômeno. O espaço para a manifestação de uma opinião contrária existe, mas a mudança constante do equilíbrio de forças entre os diferentes ramos políticos que subjazem à estrutura governamental e partidária impedem a transformação da idéia em política de Estado. Assim fala Russell Mead:

“Virtualmente, em todos os momentos da Guerra Fria, a política externa estadunidense parecia uma total bagunça: idealistas e realistas brigavam entre si para dominá-la; demagogos levavam o país para uma direção ou outra, e o complexo industrial-militar ainda para outra.; lobbies étnicos distorciam-na em seu conjunto; o país fez o que não deveria ter feito, como permitir que a companhia United Fruit

³¹⁶KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon and Schuster, 1994.P. 44.

ditasse a política para a Nicarágua, em 1954; e deixou de fazer o que deveria ter feito, como normalizar as relações com a China antes de 1973.”³¹⁷

Henry Kissinger, por sua vez, percebe essa correlação entre as correntes de forma mais estanque, com a predominância liberal. Considerando na Guerra Fria apenas o governo Nixon como uma honrosa exceção. Isso até mesmo poderia ser considerado fato, tendo em vista um olhar de longa duração. Mas, diante de uma análise mais profunda, podemos perceber as oscilações da política externa estadunidense na Guerra Fria. Do mesmo jeito que existia a visão de Ramsey, existia a visão de Allen Dulles e da CIA.

A dicotomia entre ambas é que compõe a chamada “selva exuberante” de Mead, onde ele descreve como diferentes correntes acabam se acomodando na formulação de novas políticas. Estabelecendo um ambiente de uma anárquica coexistência intelectual. Existiam certos grupos no Departamento que também acreditavam que Cuba desejava uma espécie de acordo com os Estados Unidos, por causa da pressão econômica. Outros diplomatas argumentavam que ainda havia uma imagem muito positiva dos Estados Unidos perante o povo cubano. E que isso deveria ser mais bem explorado.³¹⁸

Outro aspecto que preocupava o governo estadunidense era o fornecimento de armas soviéticas para Cuba, principalmente após os acordos de cooperação assinados entre Castro e Mikoyan, no começo de 1960. Uma das antigas batalhas da diplomacia norte-americana era impedir Cuba de adquirir aviões a jato. Em 1958, ainda no governo de Batista, a Inglaterra quase selou uma venda de jatos. Mas, isso foi impedido pela ação do ARA, seguindo os ditames da política de não intervenção do período.

Ao longo de 1959, as fontes diplomáticas estadunidenses indicavam que estava havendo uma venda de armas para Cuba, via Tchecoslováquia. O país seria na verdade apenas um intermediário entre Cuba e a URSS, algo que acabou também não se confirmando. Já em 1960, com a assinatura formal do acordo, a União Soviética se comprometeu em fornecer aviões a jato MIG para os cubanos, o

³¹⁷ MEAD, Walter Russell. *Uma orientação especial: A política externa norte-americana e a sua influência no mundo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército editora, 2006. Pp. 89-90.

³¹⁸ FRUS. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P.773.

que representaria um incremento substancial na força aérea. Alguns aviões russos não eram páreos para toda a frota americana, mas representavam um perigo iminente para Guantanamo.

A partir disso, o governo estadunidense chegou a pensar em pedir uma ação coletiva, tendo como base a Resolução de Caracas³¹⁹, que pedia por ação militar dos membros da OEA, caso algum Estado americano estivesse sob jugo comunista. Mas já sabiam que não havia espaço para tal medida, porque o seu pedido não encontraria eco nas outras repúblicas americanas. Ao final, a embaixada americana em Moscou enviou ao governo soviético um aviso de que estaria interferindo nas regras da OEA, e que estaria sujeita a sanções e punições.³²⁰

Na verdade, até mesmo o recado da embaixada não surtiu efeito, e os aviões acabaram sendo enviados para Cuba. A consumação desse ato, gerou uma nova preocupação para o governo estadunidense, que já era a questão dos mísseis. Já em 60, isso era uma possibilidade bastante viável para os estrategistas norte-americanos.³²¹ Porém, a ameaça já começava a tomar forma, pelo menos no discurso, como comenta Richard Gott:

“Em uma declaração taxativa que já ensaiava a crise nuclear de dois anos depois, Castro afirmou que a Cuba revolucionária tinha suporte militar de fora do continente. Cuba “aceita com gratidão”, ele disse, “a ajuda dos foguetes da União Soviética caso o nosso território seja invadido pelas forças militares dos Estados Unidos”. A referência de Khrushchev à morte da Doutrina Monroe começava a tomar o seu pleno significado.”³²²

Já a Allen Dulles apresentava a questão da seguinte maneira:

“Khrushchev ridicularizou a idéia de bases soviéticas em Cuba, dizendo que a URSS poderia lançar seus mísseis da União Soviética. Contudo, alguns largos carregamentos não identificados têm chegado em Cuba em uma certa base militar remota. Pode ser

³¹⁹ A Resolução de Caracas foi adotada na nona Conferência dos Estados Americanos, que tinha como objetivo principal “a solidariedade para a manutenção da integridade política dos Estados Americanos contra a agressão comunista.” Este texto foi referendado na décima Conferência, realizada em Caracas em 28 de março de 1954.

³²⁰ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 801.

³²¹ Para mais detalhes sobre a estratégia nuclear americana na Guerra Fria, ver MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of Power Politics*. New York: W. W. Norton & Company, 2001. Pp. 224-233.

³²² GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.P.185.

que os soviéticos colocassem, apenas por diversão, alguns mísseis de curto alcance em Cuba. A CIA estava observando essa ação cuidadosamente.”³²³

O fato é que tal movimentação preocupava os norte-americanos, e na estratégia nuclear da Guerra Fria, possuir mísseis nucleares perto do território adversário significava a possibilidade de uma resposta mais rápida e mortal. Era justamente por isso que os Estados Unidos mantinham seus mísseis na Europa Ocidental e na Turquia. As ogivas nucleares soviéticas eram menos precisas que as americanas, dessa forma, ter uma base de lançamentos em Cuba era um passo estratégico importante. Isso porque a chance de atingir com precisão os alvos estadunidenses seria muito maior, caso o míssil soviético tivesse de percorrer uma distância menor.

Mesmo sabendo que os russos ainda se encontravam um pouco reticentes em relação à colocação de mísseis em Cuba, era um risco com o qual os Estados Unidos não podiam jogar. Por isso Eisenhower ordenou, no segundo semestre de 1960 os vôos de espionagem do U2, para que possíveis instalações de mísseis fossem encontradas. O governo Kennedy manteve o mesmo planejamento e, em 1962, encontrou evidências para essa idéia, o que acabou por gerar a Crise dos Mísseis.

Havia igualmente a necessidade de compreender como estava a vida civil cubana naquele momento, para que os esforços direcionados para a derrubada do regime fossem mais efetivos. A percepção geral do Departamento de Estado era a de que Castro ainda contava com uma alta popularidade, que não existia uma oposição efetiva, que os comunistas estavam cada vez mais no controle do Estado e que somente a pressão econômica traria algum resultado ao longo do tempo.³²⁴

Na opinião da cúpula do Departamento, o governo cubano recebia apoio principalmente das classes mais baixas. Tal apoio era atribuído à pouca instrução desses indivíduos, que, de acordo com os diplomatas estadunidenses, seriam

³²³ Op. Cit. P. 1015.”Khrushchev had ridiculed the idea of Soviet bases in Cuba, saying the USSR could launch its missiles from the Soviet Union. However, some unidentified, large packages had been coming into Cuba and a certain military base had been put off bounds. It might be that the Soviets would, “just for fun”, put up a short-range missile base some place in Cuba. CIA was watching this situation carefully. ”

³²⁴ Op. Cit. P.885.

guiados apenas por “emoções” e pela “psicologia do estômago cheio”. O comentário prossegue:

“A massa amorfa que representa as classes baixas tem caracteristicamente estado do lado de qualquer um que esteja no poder. Isso não é menos verdadeiro na atitude deles em relação a Castro hoje do que foi com Batista e Machado em suas respectivas épocas. As questões “intelectuais” dos direitos humanos, governo representativo, livre iniciativa, etc.. tem pouco efeito nas suas reações.”³²⁵

Entre o que o Departamento identificava como “classes baixas”, era percebido que os maiores focos de apoio ao governo cubano estavam entre os estudantes e os sindicalistas. Cidadãos de outros setores ainda mais pobres, principalmente da zona rural, ainda não teriam se manifestado porque os efeitos das restrições econômicas ainda não eram evidentes. Com relação aos adjetivos empregados aos cidadãos cubanos no relatório, isso pode ser explicado através daquilo que João Feres Júnior chama de “oposição assimétrica”. Ele define o conceito dessa forma:

“Cada uma das características atribuídas a eles, dominados por clérigos (católico), indolentes, ignorantes, supersticiosos, incapazes de se esforçar e desprovidos de iniciativa, correspondem univocamente a uma característica positiva da auto-imagem americana: protestante (portanto, anticatólico), trabalhador, educado, racional, industrioso e provido de espírito de iniciativa. Dado que esses adjetivos pejorativos descrevem estilos de vida, hábitos e costumes, eles podem ser agrupados sob a denominação de oposições culturais assimétricas.”³²⁶

Já a classe média era a esperança do Departamento, que era apresentada como “complexa” e “politicamente sofisticada.” Os números levantados pela embaixada em Havana, estimavam que ela seria algo em torno de 30% da população. A classe média era considerada vital, porque teria sido ela a força motriz

³²⁵FRUS. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P.1152.”The amorphous mass representing the lower classes has characteristically been on the side of whoever was in power. This is no less true of their attitude toward Castro today than it was toward Machado and Batista in their eras. The “intellectual” issues of human rights, representative government, free enterprise, etc., have little bearing on their reactions.”

³²⁶JÚNIOR, João Feres. A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos. Bauru: EDUSC editora, 2005. P.59.

do processo da derrubada de Batista. A partir disso, era necessário fazer com que esse grupo social se levantasse novamente, para que Castro fosse removido.³²⁷

A embaixada acreditava que a classe média não toleraria uma guinada para o comunismo, e que ali ninguém tinha a intenção de se tornar um “empregado do Estado”. Outro ponto a favor dos norte-americanos seria o “fator democracia”, porque a falha de Castro em realizar eleições e trazer de volta o sistema democrático à ilha, minaria a sua legitimidade perante essa classe. Por fim, faltava dar coesão e extensão ao movimento oposicionista baseado nessa classe social. E o Departamento reconhecia que, quanto mais tempo o governo se estabelecesse no poder, mais ele seria capaz de se articular contra qualquer espécie de oposição.³²⁸

Para que esta mesma oposição pudesse surgir, se fazia necessário que o descontentamento fosse maior. O caminho mais rápido para isso, de acordo com o Departamento, era a pressão econômica. Bradley Fisk³²⁹, afirmava que Cuba poderia ser muito bem suprida pela URSS. Contudo, ele apontava que os cubanos passariam por um processo bastante custoso de troca de maquinário americano por maquinário soviético. A economia cubana estava totalmente voltada para os Estados Unidos e, para muitas funções específicas, não haveria compatibilidade entre os dois tipos de equipamento.³³⁰

O problema era mais evidente na questão do petróleo, já que todo maquinário de refino era americano, o qual por sua vez era incompatível com o petróleo russo. Essa fase de transição gerou sérios problemas de abastecimento para a ilha. Mas, para a surpresa do Departamento, ao invés disso gerar descontentamento e instabilidade interna, Castro virou a situação ao seu favor. Ele transformou o tema em uma questão patriótica, como comenta o embaixador americano Phillip Bonsal:

“É a minha crença que o governo vai tentar vencer o desafio à sua autoridade pelas ‘companhias de petróleo imperialistas apoiadas pelos governos imperialistas’ de uma maneira drástica. Além da possível ajuda da URSS, ou da União Árabe, e talvez de outros, o governo vai, ao meu julgamento, tentar fazer disso uma grande polêmica popular sob o lema “*Pátria o Muerte*”, através do racionamento de gasolina e outros

³²⁷ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. P.1151.

³²⁸ *Idem*.

³²⁹ Secretário Assistente de Comércio.

³³⁰ *Op. Cit.* P.1097.

produtos de petróleo, intervenção nos postos e nas refinarias, etc.. E nós vamos ouvir um bocado dos estudantes, camponeses, trabalhadores e a sua milícia.”³³¹

Os responsáveis pela operação de remoção do governo revolucionário se espantavam como tudo que seria contra ele, acabava se transformando em algo positivo. O que esse episódio do petróleo caracterizava precisamente. A frustração gerada pelas dificuldades na implementação da estratégia americana, somadas aos êxitos do líder cubano, criaram alguns comentários anedóticos por parte das lideranças estadunidenses. Como o de Allen Dulles, parafraseando um amigo exilado cubano:

“O senhor Betancourt me disse que Castro tem uma personalidade pervertida e prontamente nos sugeriu que o governo dos EUA apontasse um comitê de três pessoas para lidar com ele- o comitê consistiria de um psicólogo, um diplomata e um ator do estilo de Orson Welles.”³³²

Ou, como o antes moderado Roy Rubottom define o apoio cubano à URSS:

“Tais atos arrancam a máscara do rosto de Castro e o mostram como a marionete do comunismo que ele realmente é.”³³³

Entre outros “elogios” também citados, estão: “messiânico”, “desregrado” e “marionete do comunismo.” Além do aspecto histórico, essas palavras ajudam a evidenciar algumas situações correntes no momento. Anteriormente, como vimos, o tratamento dado a Castro era outro, pelo menos na adjetivação. E os termos mais formais refletiam um exercício mais equilibrado da diplomacia, como foi em 1958,

³³¹ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P. 937.”It is my belief that the Government will try to meet the challenge to its authority ‘by imperialist oil companies backed by imperialist Governments’ in drastic fashion. In addition to possible help from the USSR and UAR and perhaps others, the Government will, in my judgment, try to make of this a big popular, political issue under the ‘*Patria o Muerte*’ slogan with rationing of gasoline and other petroleum products, intervention of service stations in refineries, etc. We will hear a lot from students, campesinos, workers and their militia.”

³³² *Op. Cit.*P.893.”Senor Betancourt said to me that Castro was warped personality and he had accordingly suggested that the US appoint a committee of three to deal with him – a committee consisting of a psychologist, a diplomat and an actor of the Orson Welles type. ”

³³³ *Op.Cit.* P. 962.”Such acts tear the mask from Castro’s face and show him for the commie stooge that he is.”

quando havia um ambiente de uma disputa intelectual pela formulação de políticas, geralmente tendo a racionalidade como base.

A utilização de palavras chulas para se referir ao líder de uma outra nação evidencia, muitas vezes, a quebra da racionalidade no processo diplomático, e a predominância de uma visão maniqueísta das relações internacionais. Essa é uma tendência da qual Henry Kissinger é bastante crítico, apontando que diplomacia não deveria ser vista apenas em termos de valores, mas sim de necessidades. Já Russell Mead liga esse tipo de comportamento na diplomacia estadunidense com a eventual predominância do que ele denomina de “corrente jacksoniana”, que estaria ligada a um comportamento mais fervoroso³³⁴, que seria uma quebra da tão decantada “racionalidade” anglo-saxônica.

As definições sobre Fidel presentes nesses documentos citados geralmente são seguidas da palavra “comunismo” ou “conspiração comunista”. O que reforça ainda mais o argumento de que, na última fase do governo Eisenhower, os conservadores anticomunistas tomaram as rédeas da situação cubana, sobrepujando os liberais do Departamento de Estado.

Mas a retomada de poder veio tarde demais, pois a administração estava chegando ao seu final e o próximo governo seria democrata. O que sugeria mudanças na condução da diplomacia estadunidense. Agora seria a vez dos liberais darem as cartas novamente. A título de consumo interno, o Departamento de Estado fez uma avaliação sobre a repercussão da eleição de John Kennedy em Cuba.

De acordo com a embaixada, pouca coisa foi comentada, e ainda eram muito pouco amistosas. A imprensa cubana tratava o assunto como a mera continuação de um “governo imperialista” com intenções de “desestabilizar o regime” cubano. Era destacado pela imprensa cubana, conforme a embaixada, que nada mudaria porque Allen Dulles e Edgar Hoover ainda estariam lá promovendo o “imperialismo yankee”. A embaixada também se encontrava muito pessimista em relação a qualquer mudança de posicionamento em Cuba, diante de um novo governo nos Estados Unidos.³³⁵

³³⁴ Ver MEAD, Walter Russell. *Uma orientação especial: A política externa norte-americana e a sua influência no mundo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército editora, 2006. Cap 7.

³³⁵ FRUS. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P.1176.

Contudo, havia um sentimento em círculos republicanos mais conservadores segundo o qual se imaginava que Cuba estaria disposta a apenas cooperar com um governo Democrata, pois este seria mais fraco no combate ao comunismo. O Secretário Herter trouxe a informação, após conversa com algumas autoridades cubanas. Como o assunto foi comentado antes do período eleitoral, Eisenhower pediu que o staff da Casa Branca lidasse com o assunto de uma forma rápida.³³⁶

A transição que Eisenhower realizou juntamente com Kennedy foi bastante tranqüila, se comparada a dele próprio com Harry Truman. O jovem presidente eleito olhava para o ancião estadista com deferência, sendo bastante atento aos conselhos do general reformado.³³⁷ Assim, a preocupação do Departamento de Estado foi passar para o grupo da nova administração um panorama do que eles iriam encontrar em Cuba durante o seu mandato.

O relatório, datado de 8 de dezembro³³⁸, fez uma análise da conjuntura daquele momento e já tentava perceber algumas possíveis tendências para o futuro. Inicialmente, se afirmava que Castro já estava bem consolidado no poder e com vasto apoio entre as camadas mais pobres da população, onde ele seria visto como um “símbolo de revolução”.

Também era destacada a competência de Castro que, em apenas dois anos, havia se livrado de todos os adversários, e virtualmente eliminando a influência da Igreja Católica da vida política cubana. O único partido forte era o Partido Comunista Cubano (PSP), que participava ativamente de todos os aspectos da vida cubana. A oposição política era vista como “ineficiente”, e alguns grupos guerrilheiros combatiam em Sierra Escambray e na Província Oriente, mas estavam sendo derrotados rapidamente pelo governo.

O montante das forças de segurança, de acordo com o relatório, em Cuba era algo que também preocupava o governo estadunidense. As milícias estavam estimadas em 200.000 soldados, todas armadas com armamento soviético. Um pequeno grupo dessas milícias era considerado qualificado tecnicamente e bastante leal ao governo cubano. O exército regular contava com algo em torno de 32.000

³³⁶ Op. cit. P. 780.

³³⁷ NEAL, Steve. *Harry & Ike: the partnership that remade the postwar world*. New York: Scribner, 2001. Cap. 32.

³³⁸ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991. Pp. 1169-1174.

soldados, mas estava em fase de reconstrução após os expurgos realizados em 1959 e 1960. O prospecto não era bom para os Estados Unidos, já que era esperado que esse grupo armado se tornasse ainda mais forte nos próximos anos.

Os governos latino-americanos também eram vistos como “simpáticos a Castro”, que representaria um modelo independente dos Estados Unidos, o que seria uma espécie de objetivo histórico do sul do continente. Os estadunidenses poderiam contar apenas com o apoio certo da Guatemala e da Argentina, pois os demais não dariam suporte para uma ação mais efetiva na OEA. Contudo, os especialistas do Departamento enfatizavam que uma proposta comunista, como a cubana, assustava as tradicionais classes dominantes da América Latina, e isso poderia ser melhor explorado no futuro próximo.

Fora da América Latina, havia ainda menos preocupação com Castro, já que ele era percebido como um problema local dos Estados Unidos. Era algo que estava fora da disputa global da Guerra Fria. Também haveria muita simpatia pelo governo cubano na África e na Ásia, locais onde a URSS buscava mais apoio diplomático para a sua projeção de poder.

A economia cubana era percebida como enfraquecida, mas estava longe de quebrar a estabilidade interna do governo. Era enfatizado que a pressão econômica que os Estados Unidos estavam fazendo já apresentava alguns resultados, como a falta de suprimentos e uma queda de quase 75% das reservas cubanas em moeda estrangeira. Porém, o apoio que o Bloco Soviético estava oferecendo era vital para Cuba, pois estaria ajudando, em muito, a mitigar os males econômicos que a ilha sofria. Apesar da incerteza dos resultados, a recomendação era manter a política econômica então aplicada.

Por fim, analisaram-se os prospectos para uma participação maior da URSS em Cuba. Entendia-se na época que a União Soviética não pretendia se expor demais em Cuba, por questões estratégicas, mas que aproveitaria toda e qualquer oportunidade para expandir sua influência e colaborar com a formação de um governo comunista na ilha. Os soviéticos também iriam colaborar para um aumento das potencialidades econômicas e militares de Cuba, bem como evitar uma maior influência chinesa na formação ideológica do PSP.

A missão que se encontrava diante do governo Kennedy era bastante complexa, uma que o governo Eisenhower não havia conseguido lidar efetivamente. A natureza do desafio a ser enfrentado pelo novo presidente pode ser bem retratada no trecho final do relatório:

“Para as potências comunistas, Cuba representa uma oportunidade de um incalculável valor. Dentro de Cuba, as instituições sobre as quais um regime comunista pode ser baseado estão sendo criadas, com o PSP ganhando uma valiosa experiência ao longo do processo. Mais importante, é o advento de Castro, que proveu aos comunistas base amigável para propaganda e para agitação na América Latina, com um exemplo de êxito revolucionário e de desafio bem sucedido aos EUA. O fato de Castro poder ser considerado como um nacionalista reformador ao invés de um arraigado comunista é, nesse estágio, uma grande vantagem.”³³⁹

Diante do cenário assim apresentado, John Kennedy resolve seguir com todas as iniciativas relacionadas com a derrubada do regime de Fidel, acreditando ser esta a única saída possível.³⁴⁰ Porém, logo em seus primeiros meses de mandato, Kennedy já se deu conta do que lhe esperava, ao ser confrontado com o fracasso na Baía dos Porcos, que proveu o ensinamento necessário para o êxito conseguido na Crise dos Mísseis. Mas isso é uma outra história.

Percebe-se aqui a ligação entre percepção e processo decisório. A princípio, ambas poderiam ser consideradas coisas distintas, mas na verdade são estágios complementares da ação política, seja ela interna ou externa. No caso das relações internacionais, a visão do outro ganha uma dimensão ainda maior, porque ela será a baliza da natureza da relação a ser estabelecida com uma outra nação.

É através do olhar que temos do “estranho” e do “estrangeiro” que alianças e guerras são feitas e desfeitas. E para um entendimento dos valores que nortearam o processo decisório diplomático americano, era de suma importância compreender

³³⁹ *FRUS*. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.P.1174.”For the Communist powers, Cuba represents an opportunity of incalculable value. Within Cuba, the institutions on which an avowed Communist regime could be based are being created, with the PSP gaining valuable experience in the process. More importantly, the advent of Castro has provided the Communists with a friendly base for propaganda and agitation throughout the rest of Latin America and with a highly exploitable example of revolutionary achievement and successful defiance of the US. The fact that Castro can be depicted as a nationalist reformer rather than as an avowed communist is, at this stage a net asset.”

³⁴⁰ GRAUBARD, Stephen. *The Presidents: the transformation of the american presidency from Theodore Roosevelt to George W. Bush*. New York: Penguin Books, 2006. Pp. 415-416.

como essa percepção evidenciava os princípios da ação política. Este procedimento de compreender a vida interior de um Estado, para, a partir disso, formular uma política externa está bastante presente na diplomacia estadunidense.³⁴¹

Mesmo que existisse pela primeira vez uma concordância geral no governo estadunidense sobre as medidas que deveriam ser tomadas em Cuba, isso não impedia que vozes isoladas manifestassem o seu descontentamento. Mesmo que fosse evidente que tal manifestação não encontraria eco nas camadas superiores da administração Eisenhower. Também é possível perceber a conclusão de um movimento iniciado em 59, onde se efetiva a passagem da primazia do bloco liberal wilsoniano do Departamento de Estado, para uma política com ênfase na contenção de Castro e na segurança regional. Política essa que comunga com princípios bem distintos da escola anteriormente citada. A partir da avaliação de Cuba como um país de fato ligado ao comunismo, as ações tomadas por este grupo acabaram por refletir o seu olhar sobre a América Latina.

Mas mesmo com a predominância de uma visão mais conservadora, pequenas diferenças sutis na interpretação dos eventos em Cuba são perceptíveis. Os escritos do Departamento de Estado tendem a colocar sob um prisma mais comedido a possibilidade de êxito americano em retomar Cuba, bem como duvida de uma ação mais ousada por parte da União Soviética.

Em contrapartida, setores anticomunistas do executivo, mais as agências de segurança e defesa, comungavam de uma visão, ao mesmo tempo alarmista e otimista. Alarmista porque percebiam uma conspiração comunista sem precedentes e em larga escala, que se procedia em Cuba. E otimista, devido a uma crença desmedida de que as providências que estavam sendo tomadas para derrubar Castro pudessem ser efetivas em curto prazo.

Em comum, ambos percebiam Cuba como um problema que transcendia uma mera questão regional, mas que poderia comprometer o equilíbrio da Guerra Fria, em médio prazo. Também compartilhavam uma tendência de centralizar todos os eventos em Castro, revelando até mesmo comentários pouco condizentes com uma pretensa racionalidade. Era um misto entre desprezo, pelo que parecia ser um típico

³⁴¹ WALTZ, Kenneth N. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: gradiva editora, 2002. Cap2.

“demagogo de uma república de bananas” e a preocupação de que ele se tornasse uma ameaça hemisférica.

Esse colabora para a exposição das entranhas do imaginário estadunidense na Guerra Fria. O medo do comunismo, o ataque nuclear, a irracionalidade latina, todos são elementos que influenciaram a tomada de decisões da política externa estadunidense. E a presença de todos eles, somados, caracterizaram Cuba não mais como o aliado de 58 ou a incógnita de 59, mas sim o inimigo, cujo estado de beligerância ainda não está encerrado.

Considerações finais

O processo de constituição de uma política externa passa por diversos fatores, sendo muitos previsíveis, e outros, aleatórios. O caso da formulação da política estadunidense para Cuba enseja uma reflexão bastante interessante sobre esses fatores acima citados. Além disso, remete às limitações que até mesmo uma superpotência pode encontrar na obtenção de seus objetivos. Pretende-se aqui retomar os fatores que conduziram a diplomacia estadunidense em Cuba e também propor algumas reflexões sobre a natureza do poder nas relações internacionais.

A política externa não é apenas decidida nos grandes processos e nos momentos históricos dos foros internacionais, mas também é construída nas pequenas ações da burocracia diplomática. Esse foi um ponto fundamental apresentado ao longo deste trabalho, onde a rotina dos contatos entre a cúpula em Washington e a embaixada em Havana foi o meio pelo qual fluíram a aplicação de medidas de forças e de idéias. E através de uma análise das mensagens contidas nos memorandos, nos telegramas e nas reuniões departamentais foi possível evidenciar outros pontos que compuseram o processo decisório norte-americano.

A primeira grande decisão a ser tomada no caso cubano surgiu em 1958, quando o governo de Batista começava a dar sinais de que não conseguiria conter a rebelião iniciada por Fidel Castro em 1956. Ao mesmo tempo, o governo estadunidense via as suas relações com a América Latina se deteriorarem severamente, tornando-se necessário que novas alternativas fossem formuladas. Além do mais, a administração republicana enfrentava sérios problemas, pois estava bastante enfraquecida politicamente pelas recentes derrotas nas eleições para o Congresso.

Tendo em vista este cenário, havia a dúvida entre seguir o clássico padrão reativo da política estadunidense ou esperar um pouco mais antes de se efetivar uma política de intervenção na crise vivida por Cuba. A decisão assumia uma dimensão maior dada a conjuntura da Guerra Fria vivida no momento. Havia a

impressão, por parte de setores da imprensa “liberal”, do partido Democrata e de anticomunistas em geral, de que os Estados Unidos estavam perdendo espaço para a União Soviética. A liderança russa, por sua vez, maximizava a sua retórica para reafirmar um sentido de controle do contexto internacional.

Assim, a crise cubana era um risco e ao mesmo tempo uma oportunidade, já que um desfecho favorável poderia trazer de volta aos setores anteriormente citados a tão necessária sensação de segurança e estabilidade. E a criação de um bom ambiente era vista como vital para o sucesso republicano nas eleições presidenciais de 1960, onde a percepção sobre a Guerra Fria realmente acabaria sendo um fator decisivo no resultado eleitoral daquele pleito.

Cuba envolvia muitos interesses militares e econômicos, o que dificultava bastante o planejamento do Departamento de Estado. Roy Rubottom e William Wieland, do setor responsável pela formulação de políticas para a América Latina, haviam optado por um plano que contemplava um grau mínimo de intervenção nos assuntos internos de Cuba. Eles esperavam com isso criar melhores possibilidades de observação, visando a uma melhor compreensão da nova situação política que se desenhava na ilha.

Porém, este tipo de abordagem logo encontrou adversários bastante articulados na cúpula do Estado norte-americano, principalmente os militares e os empresários com investimentos em Cuba. No caso do Pentágono, se percebia a retórica nacionalista do movimento de Castro como um risco para a segurança no Caribe e para a base naval de Guantanamo, um ponto tido como estratégico para os americanos na região. O almirante Arleigh Burke foi um dos que mais pressionou os dois diplomatas para uma mudança na política, já que os militares queriam uma intervenção direta e uma retomada do apoio a Batista. Os empresários estadunidenses se dividiam entre aqueles que praticavam atividades legais, como o cultivo de cana de açúcar, refino de petróleo e exploração das minas de níquel e, os ilegais, que, por sua vez, pertenciam às famílias da máfia estadunidense, que apenas faziam de Cuba uma extensão da sua vasta rede de negócios já estabelecida nos Estados Unidos.

Havia, ainda, uma última oposição, aquela existente dentro do próprio Departamento de Estado. O embaixador Earl Smith era um grande amigo de Batista,

e discordava veementemente das políticas defendidas pelos seus colegas diplomatas. Mais por afinidade pessoal do que por convicção ideológica, o embaixador tentou de todas as formas persuadir o Secretário Dulles e o presidente para que houvesse uma mudança de 180 graus na política estadunidense para Cuba. Rubottom e Wieland habilmente tiveram que lidar com essas forças, visando a implementação da sua percepção de política externa.

Para que isso fosse possível, eles contaram com algumas condições extraordinárias, sendo a principal delas o ritmo de trabalho da administração de Dwight Eisenhower. Segundo biografias consagradas, o presidente não era um concentrador de poder, muito pelo contrário, a sua experiência nas forças armadas o ensinou que delegar tarefas era a melhor forma de se obter eficiência administrativa. Dessa forma, o Departamento teve uma autonomia considerável para formular suas políticas, e tal perspectiva contava com o apoio de Foster Dulles. Isso possibilitou a utilização de uma perspectiva diferente de inserção na questão cubana, que pregava a não intervenção e o abandono da antiga aliança com o governo de Batista.

Uma união conjuntural nas perspectivas dos diplomatas responsáveis pela formulação de políticas para a América Latina também foi um ponto importante. Mesmo com percepções e convicções bastante diferentes, os diplomatas do ARA e do CMA lograram em estabelecer um consenso, mesmo com a notória discordância de Smith. Esse consenso, associado ao modelo administrativo descentralizado, permitiu a efetivação dessa perspectiva bastante polêmica. Existe a tendência por parte da historiografia clássica do período³⁴² em minimizar esta atitude da diplomacia estadunidense, até mesmo chegando-se a argumentar que ela não teve efetividade.

A não intervenção representou um duro golpe para Batista, que perdeu diversos carregamentos de armas, munições e equipamentos dos programas de fornecimento, muitas vezes intermediados pelo Departamento de Estado. Além do aspecto prático, existiu também o simbólico, já que a medida representava uma quebra importante no padrão reativo. Mesmo que tenha sido de curta duração, essa quebra foi significativa porque representou a vitória política de um grupo pertencente

³⁴² Ver GADDIS, John Lewis. *The Cold War: a new history*. New York: Penguin Press, 2005. KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon and Schuster, 1994.

ao Estado sobre outros agrupamentos mais fortes e com interesses bastante consolidados.

A nova política mereceu constante atenção e defesa por parte dos diplomatas estadunidenses, já que seqüestros de cidadãos americanos, a destruição de patrimônio e os constantes subornos dos rebeldes aos empresários estrangeiros tornavam a situação muito complexa. A política foi mantida sob um equilíbrio muito perigoso, mas acabou prevalecendo e se tornando um bom exemplo da atuação de uma visão “liberal” de mundo na implementação da política externa norte-americana.

Com a retirada do apoio oficial do governo estadunidense à Batista, a queda do ditador se revelou apenas uma questão de tempo. Em primeiro de janeiro de 1959, Fidel toma o poder em Cuba, iniciando uma nova era na história política cubana. Cabia, então, ao Departamento de Estado analisar o comportamento do novo governo e avaliar as possibilidades de trazer os novos governantes cubanos para a aliança ocidental. Desde o princípio, a tarefa se revelava trabalhosa, já que Fidel comungava com uma plataforma política nacionalista. Para alguns observadores de Washington, especialmente do Pentágono e da CIA, isso era visto como sinal de simpatia com o “comunismo internacional.”

Apesar de sua ideologia e de suas alianças com partidos de esquerda cubanos, o Departamento de Estado recomendava moderação em relação a Fidel. Assim, houve um período de 9 meses, que marcou uma espécie de neutralidade da diplomacia norte-americana, que se encerrou com o fracasso das tentativas de mediação entre os interesses do governo cubano e do governo americano. Nesse meio tempo, os diplomatas estadunidenses tentaram interpretar as motivações de Fidel e suas lideranças, realizando análises bastante profundas sobre a natureza do movimento revolucionário, não apenas no campo da política, mas também no campo antropológico.

Neste momento, foi possível perceber que os velhos estereótipos relacionados aos latino-americanos ainda vigoravam. Até mesmo no meio diplomático, a percepção do “latino” era a de um ser humano movido pelas “paixões”, em contraste com a pretensa “racionalidade” anglo-saxônica. A figura de Castro foi construída em grande parte calcada nesses estereótipos concebidos ao longo da história da cultura estadunidense. E tal visão colaborou para o processo

decisório, à medida que influenciou a construção de uma idéia negativa sobre o líder cubano, afastando definitivamente qualquer possibilidade de entendimento.

Naturalmente, uma coexistência pacífica entre os dois países era algo bastante difícil, visto que, as metas que ambos possuíam eram essencialmente contraditórias. Fidel não podia abrir mão do apoio da esquerda, que conferia sustentação ao seu governo que ainda estava em busca de legitimidade, em um ambiente político bastante instável. Para o governo americano, aceitar medidas que comprometessem os seus investimentos no exterior, tais como nacionalizações e reforma agrária, além de uma aliança com movimentos comunistas, era inaceitável.

Este período de nove meses também teve outro fruto bastante importante, que foi a quebra da unidade do Departamento de Estado quanto a questão. Se em 1958 a unidade permitiu o surgimento de uma política diferenciada, em 1959, as diferenças floresceram novamente e o padrão reativo retornou. Roy Rubottom, defensor da não intervenção, havia mudado de lado, agora defendendo um pacote de retaliação contra Castro. De outro lado, William Wieland e o novo embaixador em Havana, Phillip Bonsal, defendiam a continuidade das negociações até o último segundo.

Conforme Fidel reforçava a sua retórica nacionalista e antiamericana, Eisenhower abandonava a sua postura de indiferença de 1958 e começava a demandar medidas contra o mandatário cubano. Paralelamente, após a morte de John Foster Dulles, o seu irmão, Allen, ganhava destaque e poder no comando da CIA. O diretor da agência, notório anticomunista, começou a pressionar pela introdução de uma agenda mais dura contra o governo de Castro. Ele também encontrou apoio no vice-presidente Nixon, nos militares de alta patente, e em certos nichos do Departamento de Estado.

A partir dessa nova configuração, uma nova política para Cuba foi montada, na qual onde o principal objetivo era o enfraquecimento econômico da ilha. Esperava-se que a deterioração da economia da ilha trouxesse a instabilidade social que derrubaria o governo. Quando este momento chegasse, haveria uma invasão de paramilitares exilados que acabariam por finalizar o trabalho de remoção do grupo 26 de julho. A partir de outubro de 1959, quando o mandatário cubano efetivou a sua

proposta de reforma agrária e de nacionalização de muitas empresas estadunidenses, o governo norte-americano decidiu pela sua remoção.

Isso significou uma mudança da hierarquia no Estado americano, já que o Departamento de Estado havia conduzido todo processo de negociação com Cuba, até então. Agora o foco não estava mais no processo diplomático, mas sim em uma operação secreta de remoção de um governo estrangeiro, algo que era responsabilidade da CIA. Assim, o Departamento estava subordinado aos propósitos da agência de inteligência, restando-lhe apenas um papel relativamente marginal, se for comparado com a sua participação em 1958.

A diplomacia estadunidense se concentrou principalmente em duas tarefas. A primeira consistia em buscar informações efetivas sobre as relações de Cuba com a União Soviética e a segunda era a de coordenar os esforços de retaliação econômica e diplomática contra a ilha. O Departamento de Estado se encontrava bastante dividido, porque alguns acreditavam que a retaliação econômica contra Cuba seria eficiente, enquanto outros, possuíam sérias dúvidas a respeito. Dentro do próprio ambiente do ARA e do CMA, esses grupos que pregavam a continuidade das relações com a ilha haviam perdido poder, em detrimento de um outro grupo que defendia o retorno do padrão reativo.

A partir de 1960, as medidas começaram a ser aplicadas, sendo a principal delas a proibição do acesso do açúcar cubano ao mercado estadunidense. Dado o fato de que a venda do açúcar para os Estados Unidos era o principal negócio da ilha, se esperava que o resultado fosse imediato. Paralelamente a isso, a diplomacia estadunidense coordenava um bloqueio da venda de petróleo refinado e uma campanha de contra-informação em Cuba. Esse pacote de medidas seria complementado pela invasão das tropas de exilados que estava sendo treinada na Guatemala, pelos especialistas da CIA e por militares norte-americanos.

O otimismo que marcava a Casa Branca em relação às novas medidas logo estava encerrado nos primeiros meses do ano. Derrubar Castro se revelava uma tarefa mais complexa do que anteriormente fora imaginado, mas ainda havia esperança por parte da cúpula governamental para os meses seguintes. Com o tempo as coisas se tornaram ainda piores, já que Fidel parecia se fortalecer ainda

mais, e o pior, se aproximava da União Soviética. Os contatos, que ainda eram tímidos em 1959, ganharam contornos mais nítidos em 1960.

Missões diplomáticas soviéticas chegavam em número cada vez maior, estabelecendo acordos comerciais e defensivos. Cuba, por sua vez, promoveu acordos de colaboração com países do leste europeu, vendendo seu açúcar e recebendo produtos industrializados. Isso permitiu criar um lastro que determinou a sobrevivência da ilha diante da severa pressão econômica norte-americana. Porém, o planejamento estadunidense já estava em andamento, e não existia um plano alternativo, caso o primeiro fracassasse.

E foi justamente o que acabou ocorrendo, com o governo Kennedy tendo que arcar com o peso do que fora realizado ao final da administração Eisenhower. Os recursos pedidos já haviam sido concedidos, as tropas já estavam em treinamento, os bloqueios já estavam efetivados. A partir de 1960, não havia mais um ponto de retorno e o processo que então se iniciou acabou resultando no fracasso da Baía dos Porcos.

O objetivo aqui é mostrar que até mesmo as ações de uma superpotência podem encontrar restrições, diante da forma na qual o sistema internacional está posto, isso se torna até mesmo muito provável. Porém existe uma diferença entre as possibilidades das grandes potências e dos países menores, como comenta Waltz:

“Os estados fracos operam em margens estreitas. Atos inoportunos, políticas imperfeitas, e movimentos inoportunos podem ter resultados fatais. Em contraste, os estados fortes podem estar desatentos; podem dar-se ao luxo de não aprender, podem fazer as mesmas coisas estúpidas vezes sem conta.”³⁴³

O que Kenneth Waltz chamou, em linguagem coloquial, de “coisas estúpidas”, poderíamos chamar de falhas sistêmicas, que são inerentes à política de qualquer país. No caso deste trabalho, certas percepções desenvolvidas na cúpula governamental estadunidense, somadas ao contexto do período, acabaram por conduzir aos eventos aqui analisados. A percepção daquele momento acabou por afetar de forma decisiva a tomada de decisões do governo estadunidense.

³⁴³WALTZ, Kenneth N. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: gradiva editora, 2002.P. 266.

Porém, nem tudo pode ser compreendido através de aspectos conjunturais. Questões históricas da política estadunidense também colaboram para um possível entendimento dos procedimentos tomados no caso cubano. Niall Ferguson aponta para um aspecto bastante interessante, que é a ênfase excessiva nos aspectos militares e o poder dos aparatos de segurança e inteligência na formulação da política externa estadunidense. Ferguson argumenta que este predomínio é um elemento muito presente nas derrotas estadunidenses ao longo do século XX, pois ele impediria o florescimento de outras soluções fora do plano militar, que se adaptassem melhor a circunstâncias diferenciadas:

“As piores falhas – no Haiti, em Cuba e Vietnã – ocorreram acima de tudo, por causa dessa combinação fatal de recursos inadequados para propósitos não militares e uma percepção de tempo bastante truncada. Seria uma tragédia se o mesmo processo se repetisse nos Balcãs, no Afeganistão e no Iraque. Mas não uma surpresa.”³⁴⁴

Por fim, o próprio caráter da diplomacia estadunidense foi decisivo no desenrolar dos eventos em Cuba. A atividade diplomática americana apresenta a característica mais presente do sistema político de seu país, que é a diversidade. Essa profusão de idéias e correntes, consegue ser ao mesmo tempo uma grande qualidade e um fator problemático. Walter Russell Mead, conclui favoravelmente sobre essa divisão:

“No caso da política externa estadunidense, devemos admitir a possibilidade de que existe um método em sua loucura. A ascensão do poder norte-americano ocorreu de forma consistente, surpreendente e sustentada no longo prazo e cobrou preço incrivelmente baixo, se consideradas as dimensões e a amplitude do poder acumulado pelo país.”³⁴⁵

A disputa dessas correntes é natural na formação da política externa estadunidense, e para algum observador mais incauto, a impressão de uma falta de norte é natural. No período aqui analisado, apenas uma repetição desse padrão, com os diplomatas de diferentes tendências debatendo entre si. É normal também

³⁴⁴FERGUSON, Niall. *Colossus: the rise and fall of the american empire*. London: Penguin Books, 2005.P.295.

³⁴⁵MEAD, Walter Russell. *Uma orientação especial: A política externa norte-americana e a sua influência no mundo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército editora, 2006. P. 65.

esse movimento de aliança conjuntural entre essas diferentes tendências, como se percebeu em 1958, e a ruptura entre elas ocorrido em 1959. O verdadeiro cerne da questão é como a percepção desses diplomatas, de diferentes concepções teóricas, influencia na formação da política externa estadunidense.

Quando o confronto entre pontos de vista diferentes não consegue gerar uma percepção clara e aceitável para as diferenças esferas governamentais, o processo decisório tende a enfrentar sérios problemas. Sobre o tema, comenta novamente Mead:

“Em outras épocas, porém, o país careceu de um claro consenso quanto ao relacionamento que deveria manter com o sistema global, e diferentes escolas defenderam a abordagem dos principais temas da política externa norte-americana segundo enfoques estratégicos fundamentalmente diferentes. Foram tempos em que, historicamente, os Estados Unidos viveram momentos muito mais difíceis, e nossa política externa mostrou-se muito menos eficaz.”³⁴⁶

Russell Mead considera a Guerra Fria como um desses momentos onde existiria uma visão clara, que elucidaria os princípios para a aplicação de uma política externa eficiente naquele momento. Contudo, é fácil hoje em dia categorizar a Guerra Fria dessa forma, principalmente com o desfecho favorável aos Estados Unidos. Olhando para escritos da época, é possível perceber que as águas eram mais turvas do que os escritos de Mead dão a entender. Em 1956, Henry Kissinger escreveu um artigo para a revista “Foreign Affairs” intitulado, “*Reflections on American Diplomacy*”.

Kissinger teceu um quadro bastante pessimista da diplomacia americana naquele momento, aliás, bastante condizente com o contexto do período. O então professor de Harvard afirmava que os Estados Unidos não possuíam uma visão clara de mundo, e isso tornava o processo decisório bastante lento em relação aos soviéticos, como argumentava o autor:

³⁴⁶ Idem. P. 428.

“O resultado paradoxal é que nós, os empiristas, aparentamos ao mundo que somos rígidos, sem imaginação e de alguma forma cínicos, enquanto, os dogmáticos bolchevistas exibem flexibilidade, ousadia e até mesmo sutileza.”³⁴⁷

Ao final da década de 1950, a afirmação de Kissinger poderia ser considerada, em grande medida, verdadeira. A diplomacia estadunidense ainda estava vivendo um processo de constituição de um novo perfil para o exercício de sua política externa, um perfil definitivamente internacionalista. Era necessário encontrar o ponto de equilíbrio adequado para as demandas que rapidamente se avolumavam no cenário internacional. Esse foi um período de maturação que cobrou um determinado preço, que foi a “perda” de Cuba para os “comunistas.”

Retomando o que Waltz disse anteriormente, a vantagem de ser uma superpotência é de que a margem de erro é muito maior e possibilita o aprendizado no longo prazo. As falhas em Cuba e no Vietnã possibilitaram a retomada dos anos 1980 e a vitória na Guerra Fria. Interessante é notar a repetição de alguns comportamentos e a consolidação de um padrão histórico no modelo de inserção internacional estadunidense. Cuba acabou sendo a escola para a diplomacia estadunidense criar um modelo de atuação para a América Latina na Guerra Fria. E a criação desse paradigma terminou por gerar a “visão clara” da qual Kissinger falava, com resultados efetivos para a política externa norte-americana e um fardo pesado para os países latino-americanos. Por fim, este trabalho pretendeu ser uma modesta contribuição para o entendimento de tão complexo processo, pretendendo colaborar com a criação de um espaço ainda maior para as pesquisas brasileiras sobre os Estados Unidos da América.

³⁴⁷ HOGE, James F. ZAKARIA, Fareed. *The American Encounter: the United States and the Making of the Modern World*. New York: Basic Books, 1997.P 172.

Referências Bibliográficas

ALLEN, Michael. *Los valores de Estados Unidos. Vanguardia Dossier* : número 7, p.54-66, 2003.

ARON, Raymond. *Peace & War: a theory of international relations*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2003.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização: rivalidade emergente*. São Paulo: Editora SENAC, 1997.

BOBBIO, Norberto. *Três Ensaios sobre a Democracia*. São Paulo: Cardim & Alário Editora, 1991.

BRANCATO, Sandra Maria Lubisco, MENEZES, Albene Miriam (Orgs.). *Anais do Simpósio o Cone Sul no contexto internacional*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

BROGAN, Hugh. *The Penguin History of the United States*. London: Penguin Books, 2001.

BUENO, Clodoaldo, CERVO, Amado. *A política Externa Brasileira 1822-1985*. São Paulo: Ática, 1986.

CARROL, James. *House of War: the Pentagon and the Disastrous Rise of American Power*. New York: Houghton Mifflin Company, 2006.

CHOMSKY, Noam. *O que o Tio Sam realmente quer*. Brasília: Editora UnB, 1999.

COGGIOLA, Oswaldo. (org). *Revolução Cubana: História e problemas atuais*. São Paulo: editora Xamã, 1998.

DABÈNE, Olivier. *América Latina no Século XX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

DOBBINS, James. *Who Lost Iraq?. Foreign Affairs*. New York, vol.86, number 5, p.61-75, 2007.

DALLEK, Robert. *Nixon and Kissinger*. New York: Haper Collins, 2007.

FERGUSON, Niall. *Colossus: the rise and fall of the american empire*. London: Penguin Books, 2005.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Cubana: da guerrilha ao socialismo*. São Paulo: editora expressão popular, 2007.

FRUS. Volume VI, 1958-1960 Cuba. Washington: United States Government Press, 1991.

GADDIS, John Lewis. *The Cold War: a new history*. New York: Penguin Press, 2005.

GORDON, John Steele. *An Empire of Wealth: the epic history of American economic power*. New York: Harper Perennial, 2005.

GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

GOULD, Lewis L. *Grand Old Party*. New York: Random House, 2003.

GRAUBARD, Stephen. *The Presidents: the transformation of the american presidency from Theodore Roosevelt to George W. Bush*. New York: Penguin Books, 2006.

GRIFFITHS, Martin. O'CALLAGHAN, Terry. *International Relations: the key concepts*. Padstow: Routledge, 2004.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003

HOGUE, James F. ZAKARIA, Fareed. *The American Encounter: the United States and the Making of the Modern World*. New York: Basic Books, 1997.

IMMERMANN, Richard H (org). *John Foster and the Diplomacy of the Cold War*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

ISAACSON, Walter. THOMAS, Evan. *The Wise Men: six friends and the world they made*. New York: Touchstone, 1988.

JÚNIOR, João Feres. *A história do conceito de "Latin America" nos Estados Unidos*. Bauru: EDUSC editora, 2005.

KENNAN, George Frost. *American diplomacy 1900-1950*. Chicago: Mentor Books, 1962.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon and Schuster, 1994.

LÉVY, Bernard-Henri. *American Vertigo*. New York: Random House, 2007.

MEAD, Walter Russell. *Uma orientação especial: A política externa norte-americana e a sua influência no mundo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército editora, 2006.

MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of Power Politics*. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

MICKLETHWAIT, John. WOOLDRIDGE. *Uma nação conservadora: el poder de la derecha em Estados Unidos*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2007.

MORGENTHAU, Hans J. *A Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. São Paulo: Editora UnB, 2003.

MONSMA, Stephen V. VAN DER SILK, Jack R. (orgs). *American politics: research and readings*. New York: Holt, Rinehart and Winston inc., 1970.

MORTON, Desmond. *A Short History of Canada*. Toronto: McClelland & Stewart, 2001.

NEAL, Steve. *Harry & Ike: the partnership that remade the postwar world*. New York: Scribner, 2001.

PACH, Chester J. Richardson, Elmo. *The presidency of Dwight D. Eisenhower*. Wichita: University of Kansas Press, 1991.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: UFRGS editora, 2003.

PIKE, Fredrick. *The United States and America Latina: myths and stereotypes of civilization and nature*. Austin: University of Texas Press, 1992.

POLETTI, Dorivaldo Walmor. *A Cepal e a América Latina*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

RAMEL, Frédéric. *Philosophie des relations internationales*. Paris: presses de sciences po, 2002.

RODEGHERO, Carla. *O Diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no RS*. Passo Fundo: Editora UPF, 2003.

RYAN, David. *US Foreign Policy in World History*. Bristol: Routledge, 2000.

SNOW, Nancy. *Propaganda Inc. vendendo ao mundo a cultura dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1998.

SUMMERS, Anthony. *The Arrogance of Power: the secret world of Richard Nixon*. New York: Penguin Books, 2001.

WALTZ, Kenneth N. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: gradiva editora, 2002.

WIGHT, Martin. *A Política do Poder*. São Paulo: Editora UnB, 2002.

WITCOVER, Jules. *Party of the People*. New York: Random House, 2003.

WRIGHT, Jonathan. *The Ambassadors: from Greece to the nation state*. London: Harper Press, 2006.